2021

PERFIL DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO

Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

Instituto Jones dos Santos Neves

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

PERFIL DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO

FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 2021

Vitória, Outubro 2021

Instituto Jones dos Santos Neves
Perfil da pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no CadÚnico 2021. Vitória, ES, 2021.

87p.: il.

1.Pobreza. 2.Renda. 3.Família. 4.Domicílios. 5.Educação. 6.Mercado de Trabalho. 7.CadÚnico. 8.Mapas. 9.Espírito Santo(Estado). I.Título.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORA
Jaqueline Moraes

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Duboc

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Lira

Coordenação de Estudos Sociais
Sandra Mara Pereira

Equipe Técnica
Características Gerais e Renda
Marlon Neves Bertolani

Domicílios
Marlon Neves Bertolani

Educação
Marlon Neves Bertolani

Mercado de Trabalho
Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGDM
Marlon Neves Bertolani

Índice de Desenvolvimento da Família – IDF
Marlon Neves Bertolani

COLABORAÇÃO
Secretaria Estadual de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)

BIBLIOTECÁRIO
Jair Rosário Filho

FOTOGRAFIA
Isabella B. Muniz Barbosa

EDITORAÇÃO
Eugênio Herkenhoff

Sumário

APRESENTAÇÃO 08

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA 11
Famílias inscritas 12
Responsável pela família 13
Renda média domiciliar per capita 14
Percentual e estimativa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico, 2021 15
Pobreza e extrema pobreza por situação do domicílio 24
Pobreza e extrema pobreza na primeira infância 25
Pobres e extremamente pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor 27
Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões 29
Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo 31
Pobres e extremamente pobres por faixa etária 32
Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico 34

DOMICÍLIOS 42
Situação do domicílio 43
Espécie de domicílio 44
Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio 45
Coleta de lixo 46
Esgotamento sanitário 48
Iluminação 50
Abastecimento de água 51
Água canalizada 53

EDUCAÇÃO 54
Taxa de Analfabetismo 55
Escolaridade 57
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais 58
Frequência escolar (4 a 17 anos) 60
Educação Infantil (0 a 3 anos) 62
Educação Infantil (4 e 5 anos) 63
Rede escolar 64
Educação inclusiva 65

MERCADO DE TRABALHO 66
População em idade ativa (PIA) 67
Distribuição da população em idade ativa ocupada, por sexo 69
População em idade ativa ocupada por setor formal e informal 70
Situação dos jovens no mercado de trabalho 72
Trabalho Infantil na família 73
Rendimento do trabalho 75
Mercado de trabalho e escolaridade 77

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M) 79
Índice de gestão descentralizada municipal (IGD-M) 80

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) COM BASE NO CADÚNICO 84
Índice de desenvolvimento da família (IDF) com base no CadÚnico 85

ANEXOS 90

Lista de Mapas

Mapa 01 – Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião - 2021

Mapa 02 – Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por município - 2021

Mapa 03 – Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião - 2021

Mapa 04 – Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por município - 2021

Mapa 05 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2021

Mapa 06 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por município, 2021

Mapa 07 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2021

Mapa 08 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por município, 2021

Mapa 09 – Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza, por município, 2021

Mapa 10 – Volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza, por município, 2021

Mapa 11 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com coleta inadequada de lixo, por município, 2021

Mapa 12 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com escoamento sanitário inadequado, por município, 2021

Mapa 13 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com abastecimento de água inadequado, por município, 2021

Mapa 14 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico, por município, 2021

Mapa 15 – Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, por município, 2021

Mapa 16 – Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola, por município, 2021

Mapa 17 – Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade) inscrita no CadÚnico, por município, 2021

Mapa 18 – Percentual da PIA inscrita no CadÚnico com ocupação informal, por município, 2021

Mapa 19 – Número de famílias inscritas no CadÚnico com trabalho infantil, por Município, 2021

Mapa 20 – Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico, por Município, 2021

Mapa 21 – Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu até o Ensino Fundamental, por município, 2021

Mapa 22 – Índice de Gestão Descentralizada Municipal, janeiro de 2021

Mapa 23 – Índice de desenvolvimento da família, por município, 2021

Mapa 24 – Índice de Desenvolvimento da Família, por município, 2020

Apresentação

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves tem como missão prover e ampliar conhecimento econômico, social e territorial acerca do Espírito Santo realizando estudos e pesquisas, articulando redes de informação, subsidiando e avaliando as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A publicação "Perfil da Pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no Cadastro Único" destaca aspectos relevantes como pobreza, características dos domicílios, educação e mercado de trabalho, além de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Família- IDF e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGD-M, importantes ferramentas para aferir o desenvolvimento da família e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Os indicadores foram construídos com base nas informações contidas no Cadastro Único que subsidiam Programas Sociais do governo federal (Cadastro Único, base: janeiro de 2021). Este Cadastro é um instrumento fundamental para a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e seleção de beneficiários de programas federais e estaduais.

Na elaboração do presente estudo, tendo em vista garantir a maior consistência das informações e análises, foram utilizados os dados das famílias e pessoas que tiveram o seu cadastro atualizado entre os anos de 2018 e 01-2021, ou foram cadastradas nesse período.

Importante ressaltar que o acesso a esse Cadastro só foi possível a partir da parceria com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). Os procedimentos adotados pela SETADES para a disponibilização dos dados ao IJSN, bem como para a utilização das informações obtidas, foram pautados pelas determinações contidas na PORTARIA Nº 10, de Janeiro de 2012 e respeitam a dignidade do cidadão e a sua privacidade.

O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 03 salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo per capita poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, pelos estados ou pelos municípios.

O cadastramento de cada família caracterizada como pertencente à camada de baixa renda é realizado pelos municípios, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, sendo os dados coletados e anotados em formulário específico para este fim. Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS), de caráter único, pessoal e intransferível. O NIS permite aos operadores do Cadastro Único localizar os indivíduos cadastrados, atualizar seus dados cadastrais, verificar e controlar a situação do benefício, se existente, bem como proceder à realização de ações de gestão de benefícios.

Em suma, a principal contribuição do Cadastro Único — que consiste em permitir o acesso das famílias aos programas sociais — se deve a duas características. Primeiro, sua abrangência é quase censitária, cobrindo grande parte da população mais pobre do estado. Segundo, sua natureza cadastral (inclui o nome e o endereço das famílias) permite selecionar as famílias de acordo com uma ampla variedade de critérios. Assim, no

CadÚnico é possível identificar informações como: famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; coleta de lixo; abastecimento de água; taxa de analfabetismo; escolaridade da população de 25 anos ou mais, média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, trabalho informal entre outras características.

O Cadastro Único vem sendo utilizado também no cadastramento de famílias de trabalhadores informais com renda per capita de até R$ 550,00, ou familiar de até 3 salários mínimos que recebem o auxílio emergencial com vistas a amenizar o agravamento da situação de vulnerabilidade e escassez de renda provocado pela pandemia de Covid 19.

Embora não seja o padrão do estudo, em razão do contexto de aumento da vulnerabilidade e escassez de renda provocado pela pandemia, foi feita, excepcionalmente, no decorrer do presente trabalho uma comparação entre o ano de 2021 e o ano de 2019, envolvendo alguns indicadores cuja mudança pode estar associada a crise econômica agravada pela pandemia.

Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

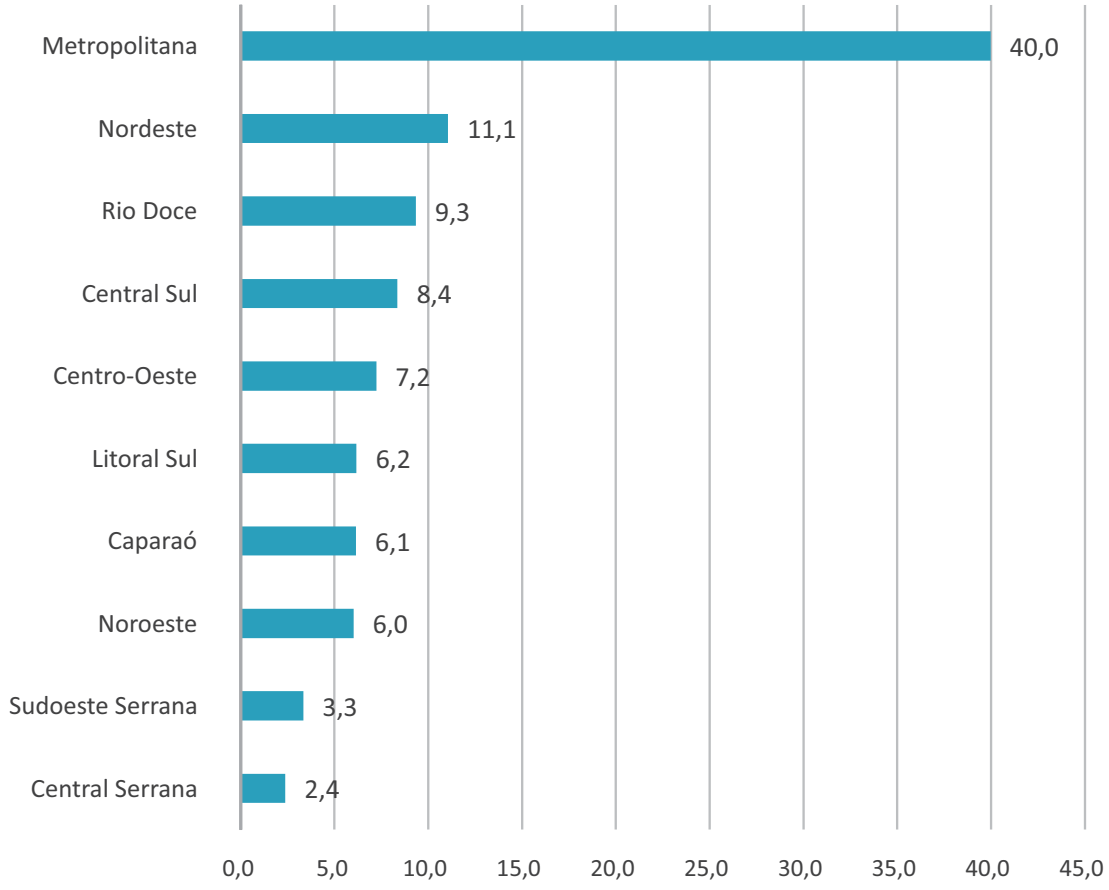
Características Gerais e Renda

Famílias inscritas

O número de famílias cadastradas no Espírito Santo em 2021 corresponde a 451.654 mil (Gráfico 1). Um aumento de 36.545 mil famílias se comparado ao ano de 2019 (415.119). Esse aumento pode ser atribuído ao uso do Cadastro Único para o pagamento do auxílio emergencial do Governo Federal com vistas ao enfrentamento da dificuldade de auferir renda decorrente da pandemia de Covid 19. Famílias providas por trabalhadores informais que antes da pandemia não dependiam das políticas de transferência de renda ingressaram no Cadastro Único. Entre as microrregiões do estado, a Metropolitana apresenta o maior percentual de famílias inscritas no CadÚnico (40,0%), totalizando, 180.518 famílias. As microrregiões Sudoeste Serrana e Central serrana somadas representam menos de 6% das famílias inscritas no Cadastro Único no estado.

Gráfico 01

Percentual de famílias inscritas no CadÚnico, por microrregião, 2021



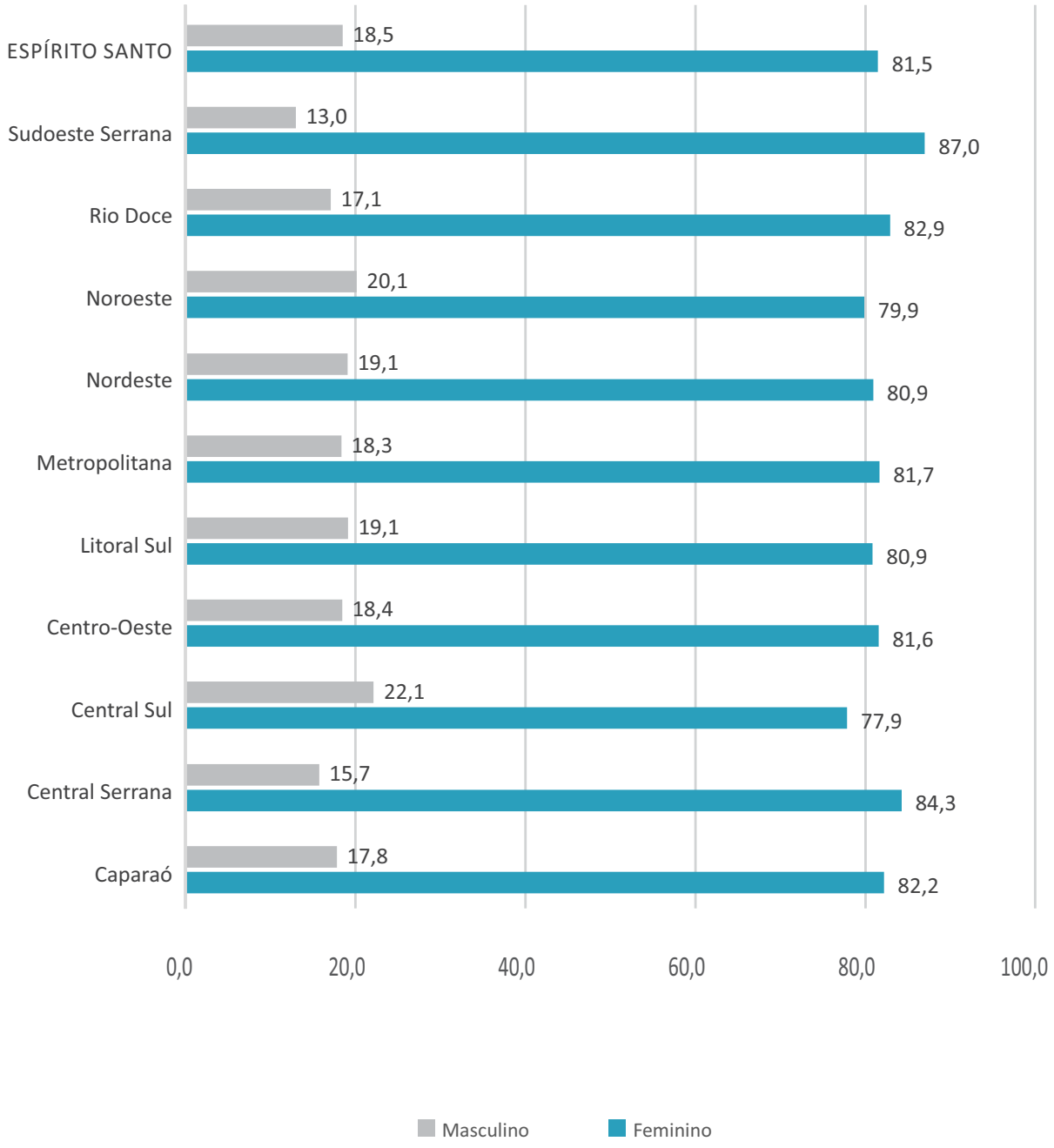
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Responsável pela família por microrregião - 2021

No Espírito Santo, 81,5% dos responsáveis pelas famílias inscritas no CadÚnico são do sexo feminino (Gráfico 2). Essa proporção de mulheres ocupando a posição de responsáveis pela família deve ser compreendida à luz da indicação contida no Programa Bolsa Família para que o benefício seja repassado para as mulheres.

Gráfico 02

Percentual de responsáveis pela família por sexo - Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

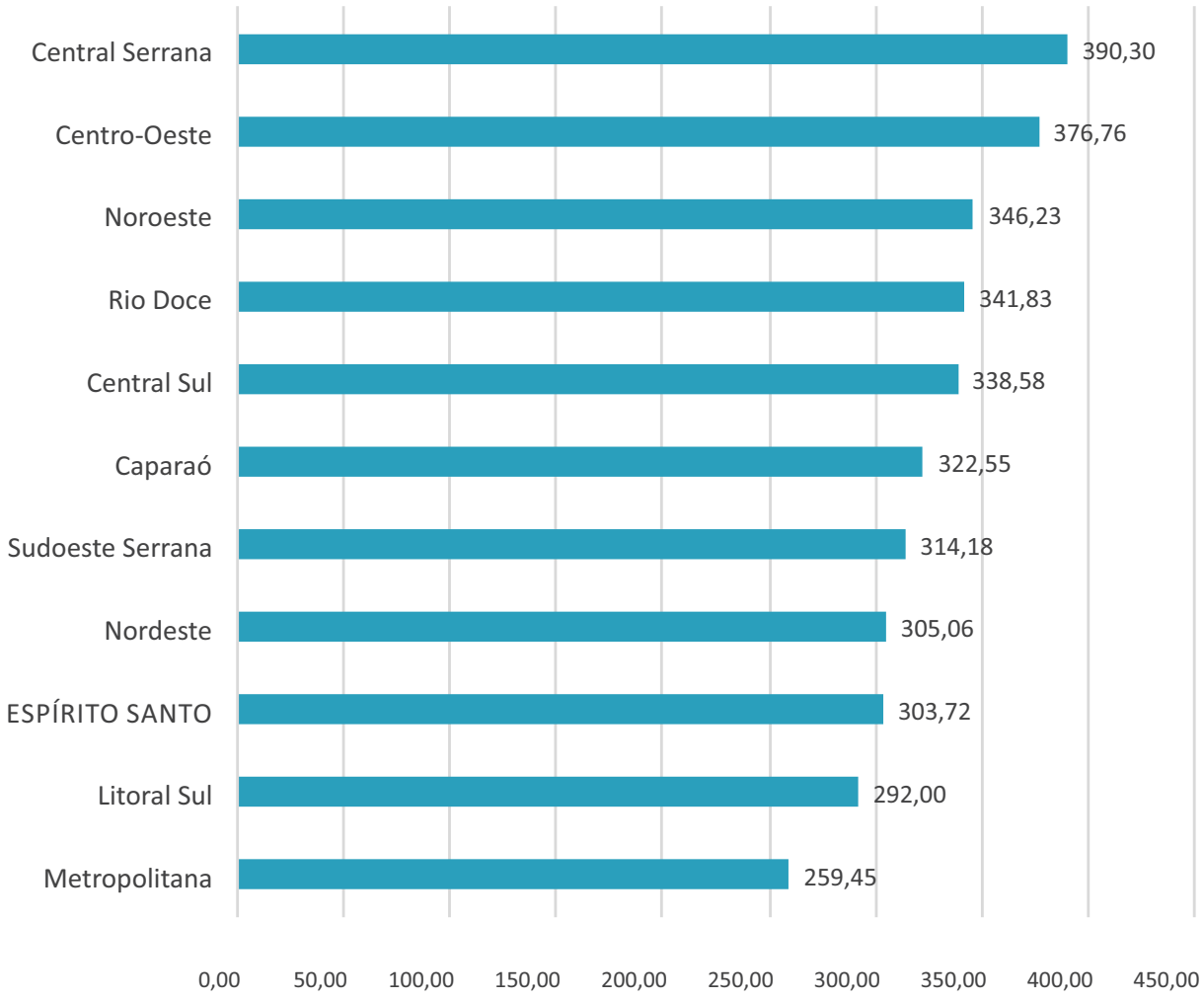
Renda Média domiciliar *per capita*

A renda familiar *per capita* consiste na soma dos rendimentos das pessoas que compõem o mesmo grupo familiar dividido pelo total dessas pessoas dessa família[1]. Conforme se observa no Gráfico 3, a microrregião com a média de renda domiciliar per capita mais elevada entre as pessoas inscritas no Cadúnico foi a Central Serrana(R$390,30), a microrregião com a segunda maior média de renda entre foi Centro-Oeste (R$376,6). A média do estado foi R$ 303,72. A microrregião com a menor média foi a Metropolitana (R$ 259,45). Outra microrregião que também apresentou média de renda inferior à do estado foi a Litoral Sul (R$292,00).

A renda média *per capita* das pessoas cadastradas sinaliza que em média o Cadastro Único abrange uma parcela considerável da população vulnerável, que em sua maioria corresponde aos beneficiários dos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual, entretanto, para melhor aferir o grau de focalização desses programas são necessários estudos mais aprofundados.

Gráfico 03

Renda média familiar *per capita* das pessoas cadastradas no CadÚnico por microrregião, 2021. (R$/mês)



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

[1] Família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores de um mesmo domicílio. Mesmo as pessoas que não sejam parentes, mas dividam rendas e despesas de um mesmo domicílio,são consideradas uma família para o Cadastro Único. A pessoa que mora sozinha também é considerada uma família (família unipessoal).

Percentual e estimativa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico, 2021

Mensurar a pobreza é tarefa indispensável na elaboração, na avaliação e monitoramento das políticas públicas que pretendem impactar essa questão social. Qualquer análise acerca da pobreza no âmbito das políticas públicas exige de imediato que se responda à seguinte questão: quem é considerado pobre?

Nos órgãos de planejamento e institutos de pesquisa aplicada do Brasil - seja em nível federal, estadual ou municipal - e em organizações internacionais, como o Banco Mundial, de maneira geral, essa questão vem sendo abordada principalmente por meio da definição de uma linha de pobreza, usada para delimitar o número de pessoas com renda inferior a um determinado nível.

Em qualquer sociedade o indivíduo que não tenha condições de alimentar-se adequadamente será considerado pobre. Essa premissa serviu de base para a construção de linhas de extrema pobreza. As necessidades calóricas fornecem o parâmetro que tem sido utilizado para estabelecer a linha de indigência. Outras necessidades como moradia, vestuário, transporte, saúde, educação etc. entraram no cálculo da linha de pobreza. De acordo com Rocha (2006) o indivíduo que, com sua renda familiar per capita, não consegue garantir o valor necessário para própria sobrevivência e da família é considerado pobre, ao passo que indigente, é aquele indivíduo cuja renda familiar per capita não é suficiente nem para cobrir os gastos com a alimentação.

Claro está que o conceito de pobreza é mais amplo e, portanto, não se restringe à renda, trata-se de uma questão social multifacetada. Entretanto, isso não reduz a importância dos indicadores baseados na renda para mensurar a pobreza, uma vez que a renda consiste no principal determinante do nível de bem-estar da população.

As instituições empregam diferentes metodologias ao definirem suas linhas de pobreza. O programa de combate à extrema pobreza "Brasil Sem Miséria" do Governo Federal adotou a definição de extremo pobre como o membro de uma família com renda per capita inferior a R$89,00.

Mantendo a metodologia usada no perfil de 2019 a linha de pobreza adotada no presente estudo é a de US$5,50 per capita dia, indicada pelo Banco mundial como limite abaixo do qual as pessoas não conseguem obter os recursos necessários para sobreviver em países de renda média alta.

Por sua vez a linha de extrema pobreza adotada neste perfil é a de US$ 1,90 per capita dia, estabelecida pelo Banco Mundial tomando como base os países extremamente pobres. O objetivo institucional do Banco Mundial de acabar com a extrema pobreza até 2030 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 1.1, são estabelecidos em relação a essa linha.

Os Valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC) de 2011 que equivale a R$ 1.66 para US$ 1,00 e corrigidos pela Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio até a data de referência do banco do Cadastro Único. Assim os valores mensais das linhas de pobreza (US$5,50) e extrema pobreza (US$ 1,90) obtidos foram respectivamente R$ 450,00 e R$ 155,00[2].

O percentual de pobreza e de extrema pobreza consistem no percentual de pessoas na população cadastrada, com renda domiciliar per capita inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas. Esse indicador mede o grau de pobreza na população cadastrada e sinaliza o alcance do Cadastro Único em relação a população em situação de pobreza e extrema pobreza monetária.

[2]A metodologia adotada é semelhante a utilizada na Síntese dos indicadores sociais do IBGE com algumas adaptações necessárias devido as características do banco de dados do Cadastro Único.

$$\textbf{Taxa de pobreza} = \frac{\text{Nº pobres inscritos no CadÚnico (renda < a linha) x 100}}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (município ou micro.)}}$$

A partir dos dados do Cadastro Único é possível estimar o percentual que o número de pobres e extremamente pobres cadastrados representa na população do estado, microrregião e município. Esse indicador mede o grau de pobreza e extrema pobreza na população estimada do estado, microrregião e município, ou seja, indica em termos percentuais a parcela da população que se encontra em situação de pobreza ou de extrema pobreza monetária.

$$\textbf{Taxa de Extrema pobreza} = \frac{\text{Nº extremo pobres inscritos no CadÚnico (renda < a linha) x 100}}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (município ou micro.)}}$$

A análise das taxas de pobreza e extrema pobreza da população capixaba com base no CadÚnico requer alguns esclarecimentos. Inicialmente, deve-se considerar que se trata de um cadastro composto em sua maioria por beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, que declararam sua renda antes de receberem o benefício, uma vez que é esse o critério de inclusão no programa. Portanto, os percentuais de pobreza e extrema pobreza, calculadas com essa base, serão necessariamente mais altos do que, por exemplo, os percentuais que são calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que inclui em seu universo pessoas com rendimentos mais elevados, e além disso, captam o efeito das políticas de transferência de renda.

No Espírito Santo, em 2021, o percentual de pobreza entre pessoas inscritas no CadÚnico foi de 75,3% e o de extrema pobreza foi de 48,1%. A partir desses dados estimasse que 22,6% da população do estado vivam na pobreza e 14,4% na extrema pobreza. Esses números são elevados mesmo considerando que não captam os efeitos das políticas de transferência de renda estadual e federal. São aproximadamente 916mil pessoas vivendo com menos de R$ 450,00 e aproximadamente 586 mil vivendo com menos de R$ 155,00.

O Quadro 1 apresenta alguns indicadores pertinentes para comparar a atual situação do Espírito Santo com a situação em que o estado se encontrava no ano anterior a pandemia. Tal comparação deve ser realizada com cautela uma vez que os resultados embora revelem impactos causados pela pandemia também podem ter sido influenciados pelo uso da base para o cadastramento de beneficiários do auxílio emergencial.

Inicialmente observa-se que a população cadastrada no Estado aumentou em cerca de 42 mil e o percentual da população capixaba inscrita no CadÚnico teve alta de 0,7 p.p. Esses aumentos se devem ao ingresso de famílias providas por trabalhadores informais no Cadastro Único que passaram a necessitar da assistência do Estado em razão dos impactadas causados pela pandemia em suas condições de vida.

Entre 2019 e 2021, o número de pobres cadastrados diminuiu em aproximadamente 2,5 mil e o de extremamente pobres aumentou em 10,3 mil. Embora esses dados precisem ser observados com cautela, eles demonstram que os extremamente pobres foram os mais afetados pela crise econômica agravada pela pandemia.

Os percentuais de pobreza e de extrema pobreza na população cadastrada diminuíram em 2,9 e 0,3 p.p. no período. Dado que o percentual mede o grau de pobreza na população cadastrada esses dados foram impactados pelo ingresso de famílias que passaram a necessitar do auxílio emergencial cuja renda mensal pode eventualmente ser superior as linhas de pobreza e extrema pobreza utilizadas no

presente estudo (R$ 450,00 e R$ 155,00) uma vez que estão aptas a receber o auxílio as famílias de trabalhadores informais inseridas no Cadastro Único com renda per capita de até R$ 550,00, ou familiar de até 3 salários mínimos.

As estimativas de pobreza e extrema pobreza que medem o grau de pobreza e extrema pobreza na população do estado não apresentou grandes mudanças no período, redução de 0,3 p.p. na pobreza e alta de 0,1 p.p. na extrema pobreza.

Quadro 1: Comparação dos indicadores do Espírito Santo nos anos de 2019 e de 2021

Ano	2019	2021	Variação 19-21
População Cadastrada	1.174.599	1.216.544	41.945
Percentual da população inscrita no CadÚnico	29,2	29,9	0,7
Nº Pobres CadÚnico	918.990	916.487	-2503
Nº Ext. Pobres CadÚnico	575.400	585.705	10.305
Percentual de Pobreza	78,2	75,3	-2,9
Estimativa de pobreza	22,9	22,6	-0,3
Percentual de Extrema Pobreza	49,0	48,1	-0,8
Estimativa de Extrema pobreza	14,3	14,4	0,1

Fonte: CadÚnico. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

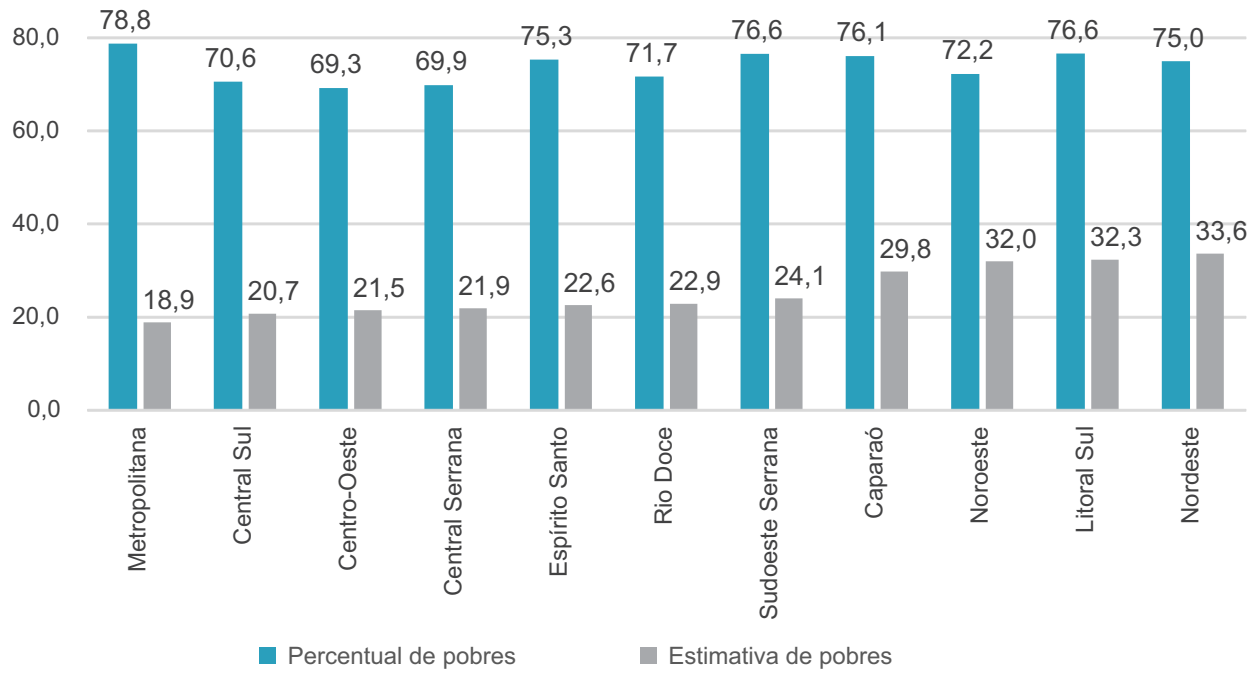
Conforme observa-se no Gráfico 4, de acordo com os dados de 2021 as microrregiões que apresentaram os percentuais de pobres entre a população cadastrada mais elevados foram: Metropolitana (78,8%), Litoral Sul (76,6%), Sudoeste Serrana (76,6%) e Caparaó (76,1%). Os menores percentuais de pobres foram apresentados por: Centro-Oeste (69,3%), Central Serrana (69,9%), Rio Doce (71,7%) e Central Sul (70,6%).

As maiores estimativas de pobres na população foram apresentadas pelas microrregiões Nordeste (33,6%), Litoral Sul (32,3%), Noroeste (32,0%) e Caparaó (29,8%). As menores estimativas de pobres na população foram apresentadas pelas microrregiões Metropolitana (18,9%), Central Sul (20,7%), Centro-Oeste (21,5%) e Central Serrana (21,9%). Embora a microrregião metropolitana possua a segunda menor estimativa de pobres na população, comparado as demais microrregiões, ela concentra 41,4% do total de pobres cadastrados que vivem no estado, o que corresponde aproximadamente 379 mil pessoas, a maior concentração de pobres do estado[3].

[3]Isto ocorre porque a estimativa expressa uma correlação com a população total de cada região, e a microrregião Metropolitana apresenta uma considerável diferença em termos absolutos da sua população para as demais microrregiões.

Gráfico 04

Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por microrregião, 2021



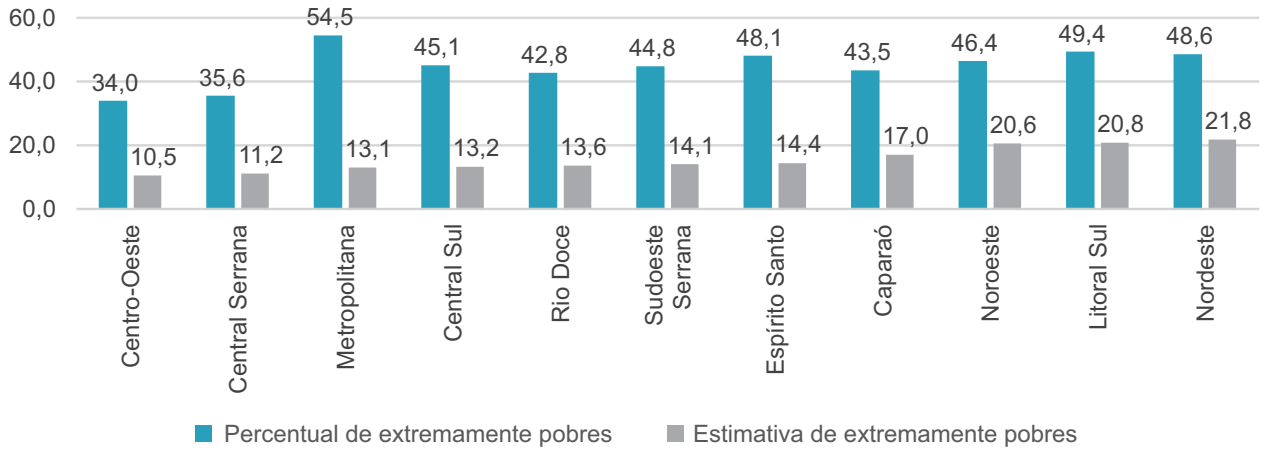
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

De acordo com o Gráfico 5 as microrregiões Metropolitana (54,5%), Litoral Sul (49,4%) e Nordeste (48,6%) apresentaram percentuais de extrema pobreza na população cadastrada superiores à média do estado (14,4%). As microrregiões Centro-Oeste (34,0%), Central Serrana (35,6%) e Rio Doce (42,8%) apresentaram os menores percentuais de extremamente pobres cadastrados no estado.

Tal como ocorre na pobreza as microrregiões Nordeste (21,8%), Litoral Sul (20,8%), Noroeste (20,6%) e Caparaó (17,0%) apresentaram as estimativas de extremamente pobres na população mais elevadas. De outro lado, Centro-Oeste (10,5%), Central Serrana (11,2%), Metropolitana (13,1%), e Central Sul (13,2%) apresentaram as menores estimativas.

Gráfico 05

Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população dos municípios por microrregião, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

O Mapa 1 apresenta simultaneamente a estimativa e o percentual de pobreza em cinco classes por microrregião e o Mapa 2 por municípios. Na sequência, o Mapa 3 apresenta a estimativa e o percentual de extrema pobreza em cinco classes por microrregião e o Mapa 4 por município.

No Mapa 1, nota-se que as microrregiões Nordeste (33,6%) e Noroeste (32,0%) que formam a porção norte do Espírito Santo estão entre as três microrregiões com estimativas de pobres mais elevadas. Ao sul do estado destaca-se a microrregião Litoral Sul (32,3%) com a segunda maior estimativa de pobres e Caparaó (29,8%) com a quarta maior estimativa de pobres no estado. Na microrregião Metropolitana observa-se o contraste de uma baixa estimativa de pobres na população (18,9%) e um elevado percentual de pobres entre cadastrados (78,8%). Esse fato pode ser atribuído a maior concentração de pobres observada nessa microrregião.

O Mapa 2 apresenta a estimativa e o percentual de pobres por município. As maiores estimativas de pobres foram apresentadas pelos municípios de Água Doce do Norte (53,7%), Ibitirama (52,9%), Alto Rio Novo (51,5%), Presidente Kennedy (50,4%), %), Montanha (47,2%) e Ponto Belo (44,8%). Os municípios com as cinco menores estimativas de pobres na população foram Vila Velha (12,9%), Castelo (14,3%), Iconha (14,5%), Santa Teresa (16,1%) e São Gabriel da Palha (16,1%). Entre os cinco percentuais de pobreza mais elevados estão os municípios de Brejetuba (87,9%), Ibitirama (85,4%), Água Doce do Norte (84,4%), Muqui (83,6%) e Apiacá (83,3%). Os municípios com os menores percentuais de pobres foram Iconha (54,1%), João Neiva (61,4%), Ibiraçu (61,5%), Castelo (61,7%) e Itarana (63,1%).

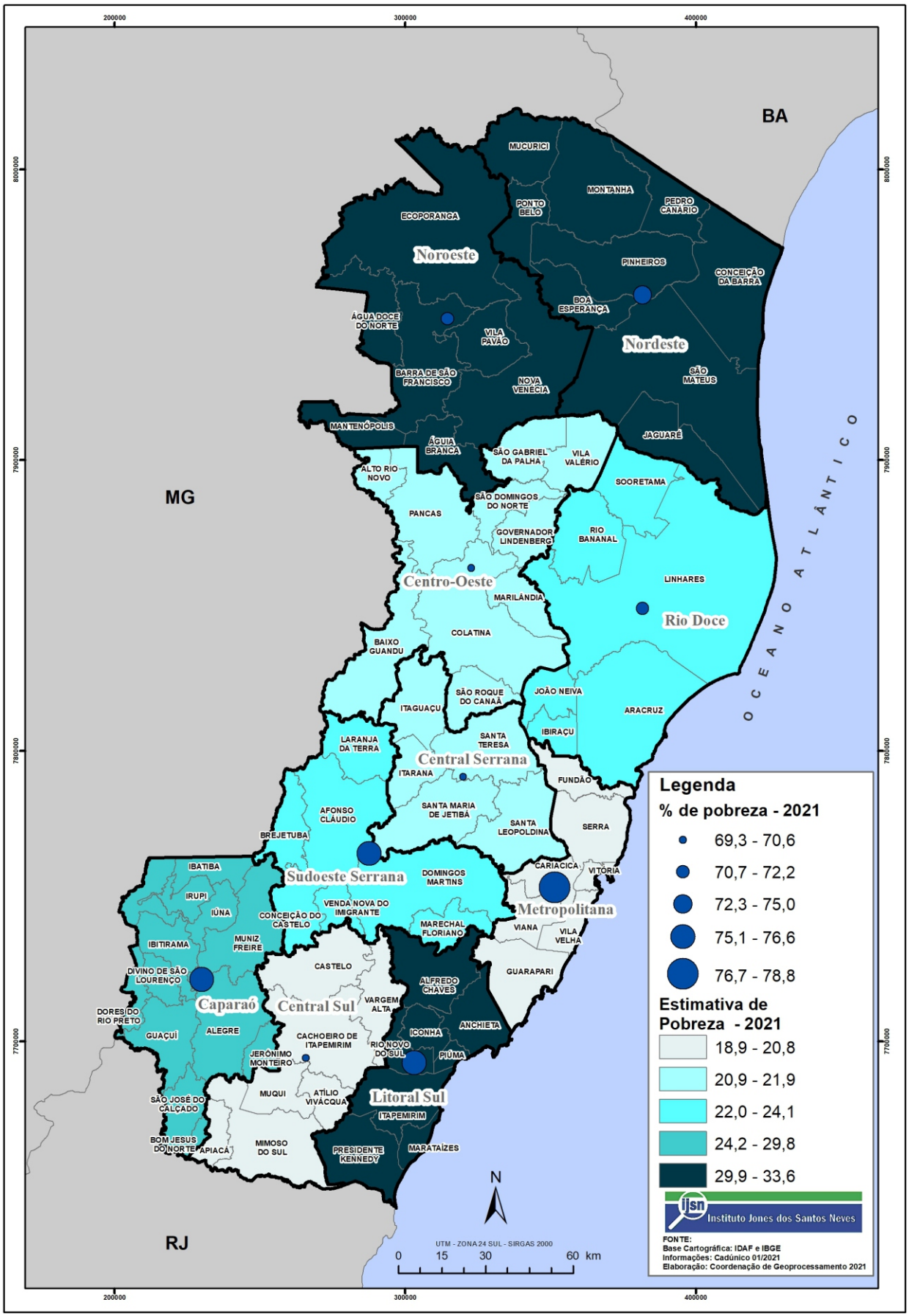
No Mapa 3 destaca-se a porção norte do estado onde as microrregiões Nordeste (21,8%), e Noroeste (20,6%) figuram com a maior e a terceira maior estimativa de extrema pobreza na população. Na porção sul a microrregião Litoral Sul (20,8%), e Caparaó (17,0%) apresentaram respectivamente a segunda e a quarta maior estimativa de extrema pobreza entre as microrregiões do estado. A microrregião Metropolitana (13,1%), que concentra o maior número de extremamente pobres do estado, apresentou a terceira menor estimativa e o percentual de extremamente pobres na população cadastrada mais elevado do estado (54,5%).

Conforme observa-se no Mapa 4 os municípios capixabas com as maiores estimativas de extrema pobreza foram: Água Doce do Norte (44,6%), Presidente Kennedy (39,2%), Ibitirama (38,3%), Alto Rio Novo (34,9%), Ponto Belo(34,1), Montanha (31,7%), Itapemirim (29,7%), Apiacá (29,7%), Boa Esperança 29,6. Entre as cinco menores estimativas de extremamente pobres do estado estão os municípios de Iconha (5,6%), Venda Nova do Imigrante (6,1%), Colatina (6,6%), Marechal Floriano (6,7%), São Gabriel da Palha (7,0%). Os cinco municípios com percentuais de extrema pobreza mais elevados dos estados foram Ibitirama (70,1%), Laranja da Terra (64,0%), Apiacá (63,2), Muqui (62,4%) Água Doce do Norte (61,9%). De outro lado, os cinco menores percentuais de extremamente pobres no Cadastro Único foram apresentados pelos municípios de Iconha (20,8%), Venda Nova do Imigrante (21,1%), Colatina (24,6%), Marechal Floriano (25,7%). Piúma (27,9%).

Observação: O Cadastro Único foi utilizado em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do Espírito Santo e pela ampla variedade de informações sobre condições de vida. O CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre, no entanto, é importante frisar que sua abrangência não é total e depende dentre outros fatores, do gerenciamento do Cadastro pelas Prefeituras.

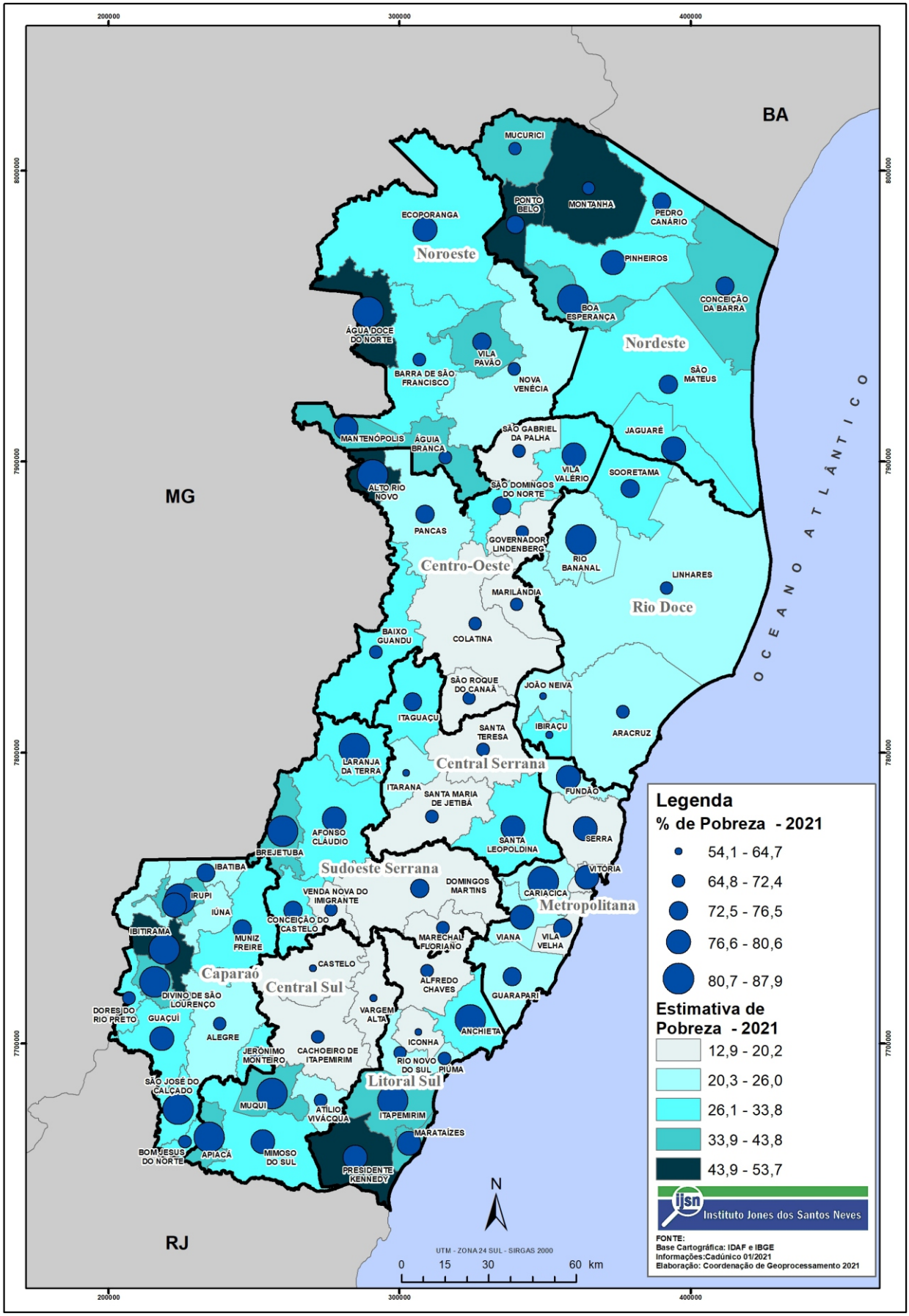
Mapa 01

Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião - 2021



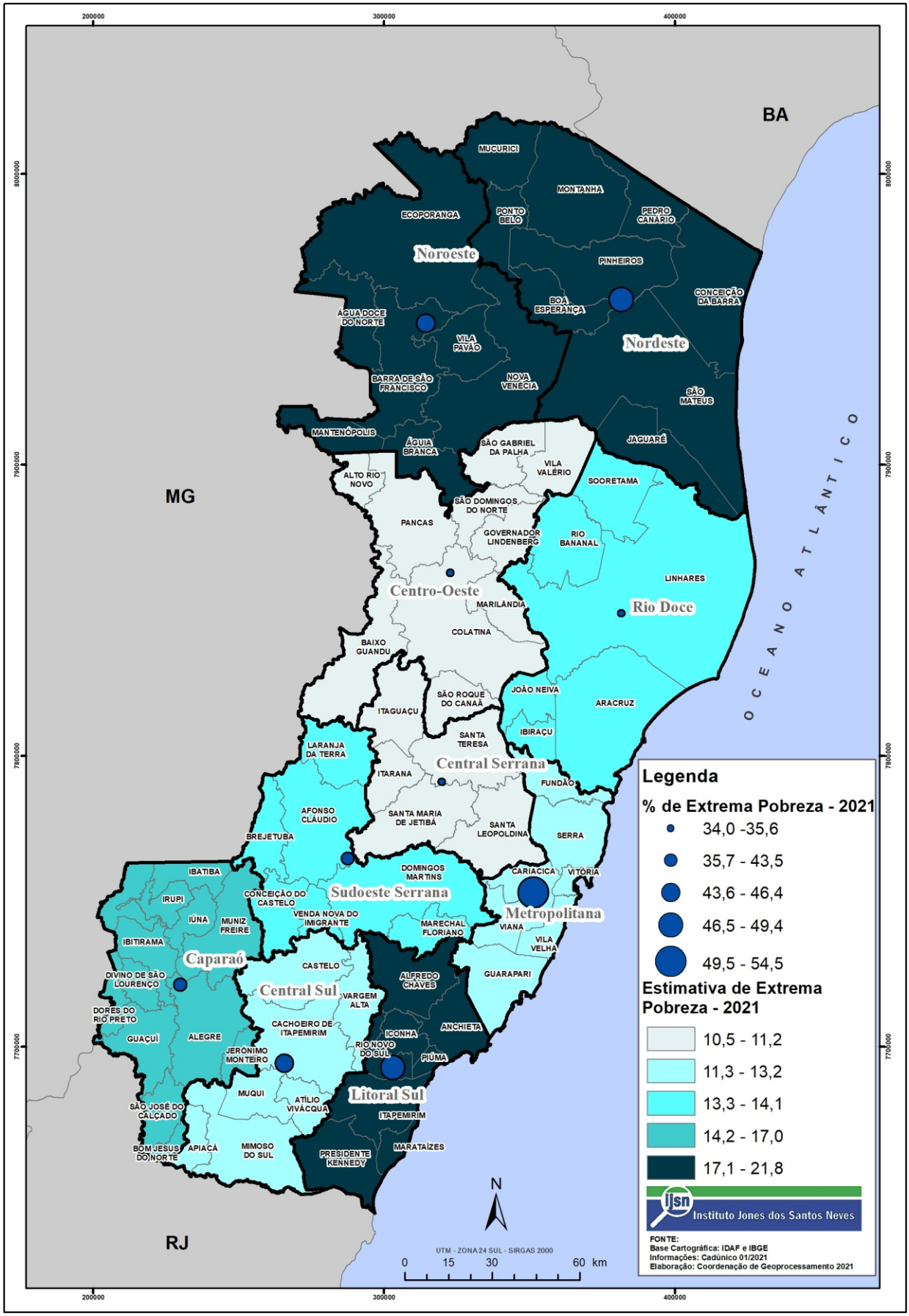
Mapa 02

Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por município - 2021



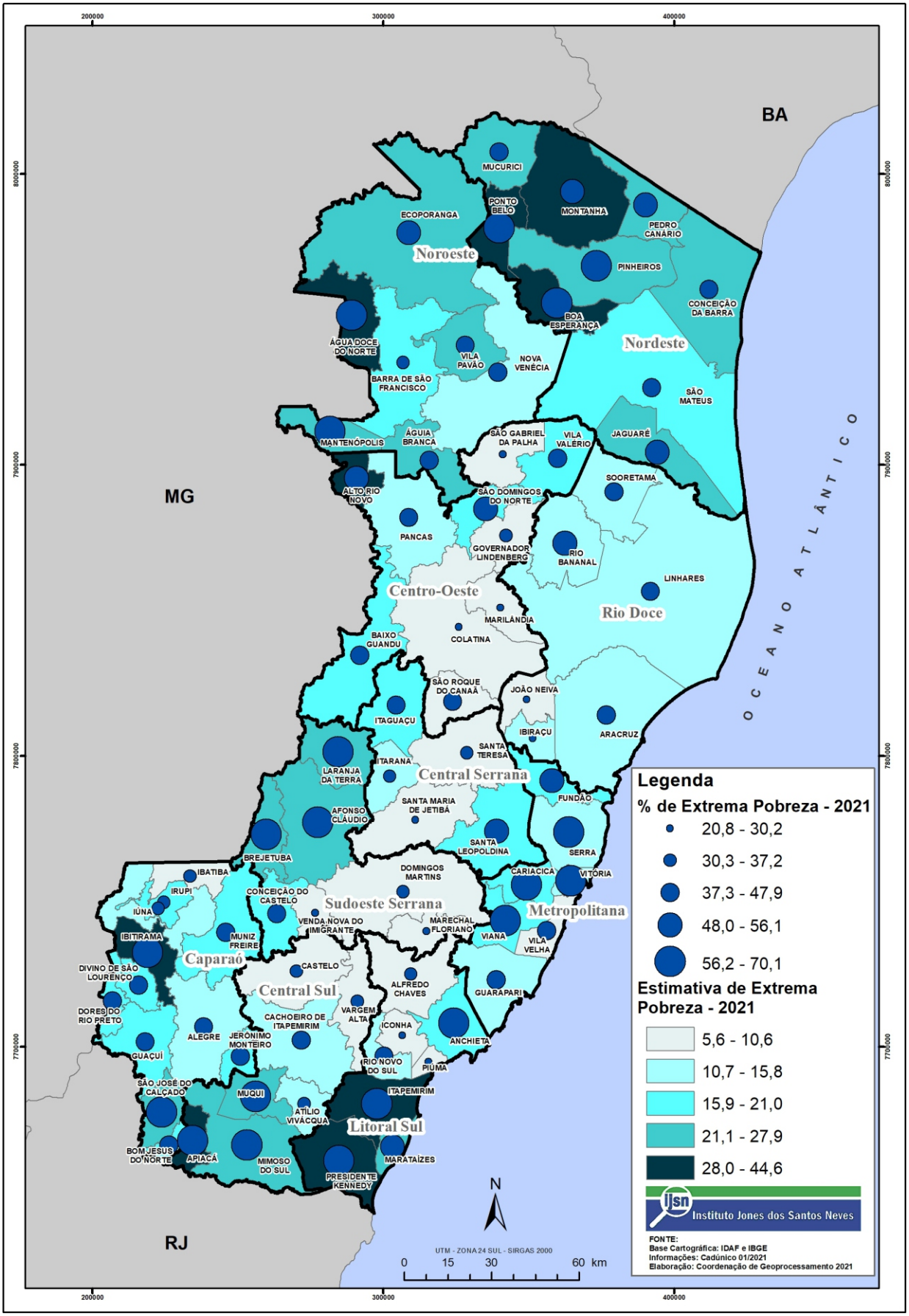
Mapa 03

Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião - 2021



Mapa 04

Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por município - 2021



Pobreza e extrema pobreza por situação do domicílio

A pobreza rural possui especificidades em relação a urbana embora no geral se assemelhem como formas de privações. Estudos têm apontado que a pobreza no Brasil se apresenta de forma ainda mais severa nas áreas rurais, face as maiores dificuldades de acesso a serviços públicos básicos como saúde, assistência, educação e a maior precariedade observada no tocante a habitação (MALUF; MATTEI, 2011; COSTA; COSTA, 2016)

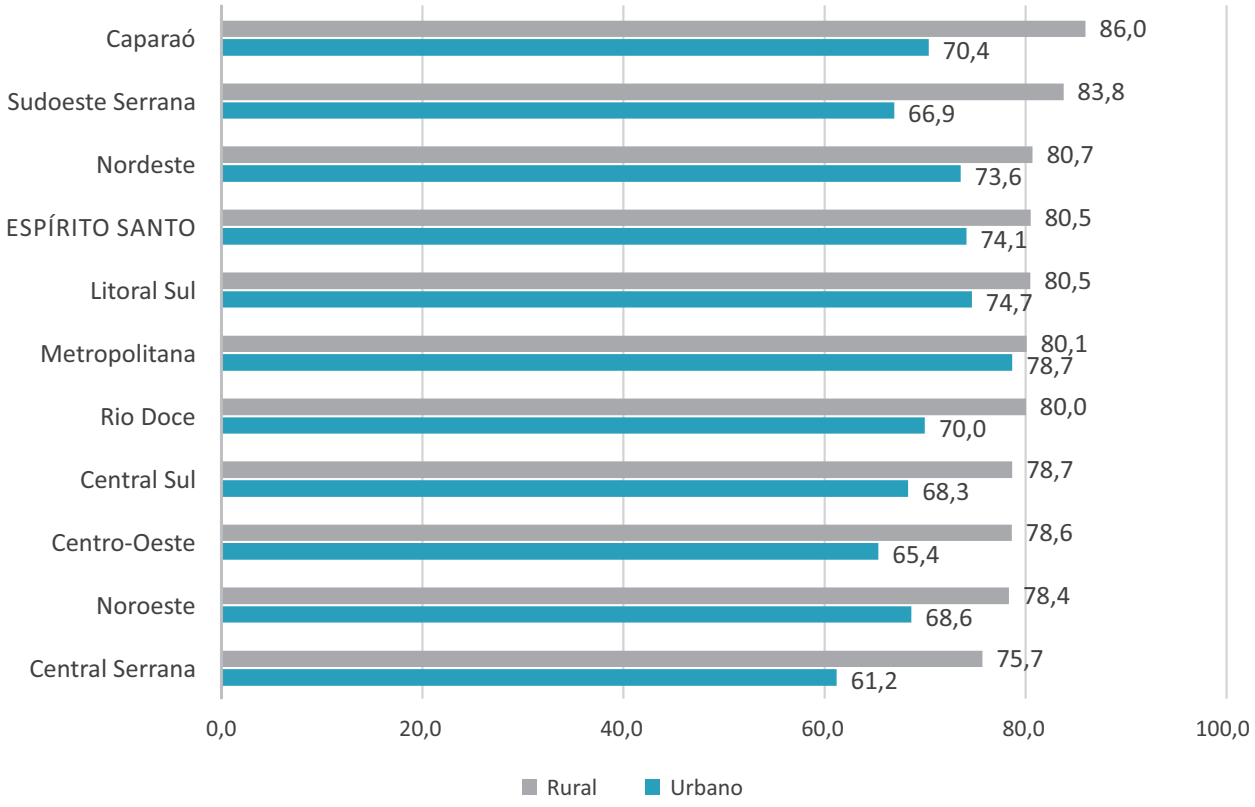
Além da ampliação do acesso à serviços básicos, em abordagens multidimensionais da pobreza sobressa-em a questão do acesso à terra, considerado um fator fundamental de exclusão (MALUF; MATTEI, 2011).

Outros fatores também são primordiais na redução da pobreza em áreas rurais como a modernização e diversificação econômica, o aumento da qualidade da produção, a ampliação e o incremento da agricultura familiar. Nessas áreas em que as oportunidades de inserção no mundo do trabalho pela via formal ou informal não são tão amplas quanto nas zonas urbanas os desafios de reduzir a pobreza e a extrema pobreza tornam-se ainda maiores. Nesse cenário as recomendações para a superação da pobreza rural têm adotado como estratégia central a ampliação das políticas de segurança alimentar tendo em vista manter ou reativar as cadeias de produção fundamentais para o desenvolvimento local.

No Espírito Santo, conforme se observa no Gráfico 6, a proporção de pobres entre pessoas inscritas no CadÚnico que vivem em áreas rurais (80,1%) é 6,4 p.p. superior a proporção de pobres entre pessoas que vivem em áreas urbanas (74,1%). Em todas as microrregiões do estado a proporção de pobres foi superior nas áreas rurais, a maior diferença foi registrada na microrregião Sudoeste Serrana 16,9p.p. As microrre-giões com maior proporção de pessoas cadastradas vivendo em áreas rurais em situação de pobreza foram Caparaó (86,0%), Sudoeste Serrana (83,8%) e Nordeste (80,7%). A microrregião metropolitana apresentou proporções próximas entre as áreas rurais e urbanas.

Gráfico 06

Percentual de pobres cadastrados, por situação do domicílio, 2021

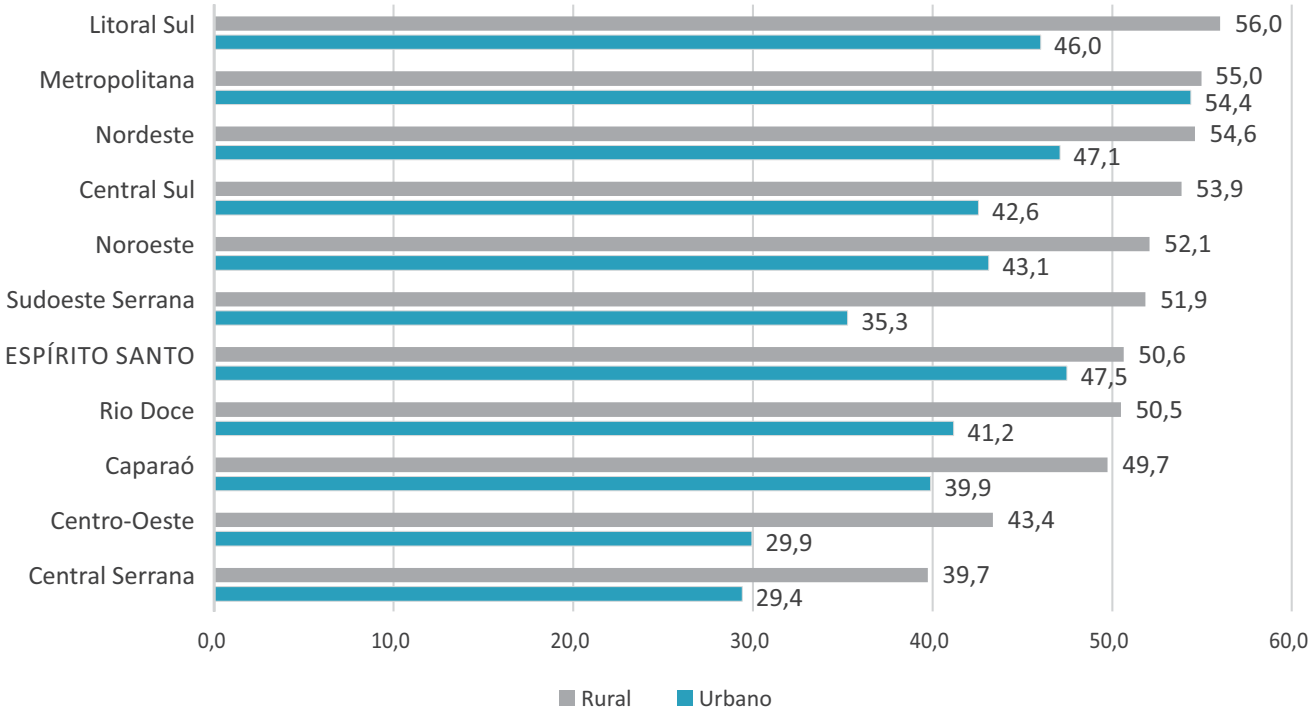


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

De acordo com o Gráfico 7, a proporção de pessoas extremamente pobres entre pessoas cadastradas que vivem em áreas rurais foi de 50,6%, 3,1p.p. acima da proporção de pessoas extremamente pobres vivendo em áreas urbanas (47,5%). Tal como ocorre com a pobreza a proporção de extremamente pobres na população cadastrada que vive em áreas rurais é superior em todas as microrregiões, a maior diferença ocorreu na Sudoeste Serrana 16,6p.p. As microrregiões que apresentaram as maiores proporções de pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza dentre as que vivem em áreas rurais foram Litoral Sul (56,0%), Metropolitana (55,0%) e Nordeste (54,6%). A microrregião metropolitana registou uma diferença na proporção de extremamente pobres em área rural 0,6p.p. acima da urbana.

Gráfico 07

Percentual de extremamente pobres cadastrados, por localização do domicílio, 2021



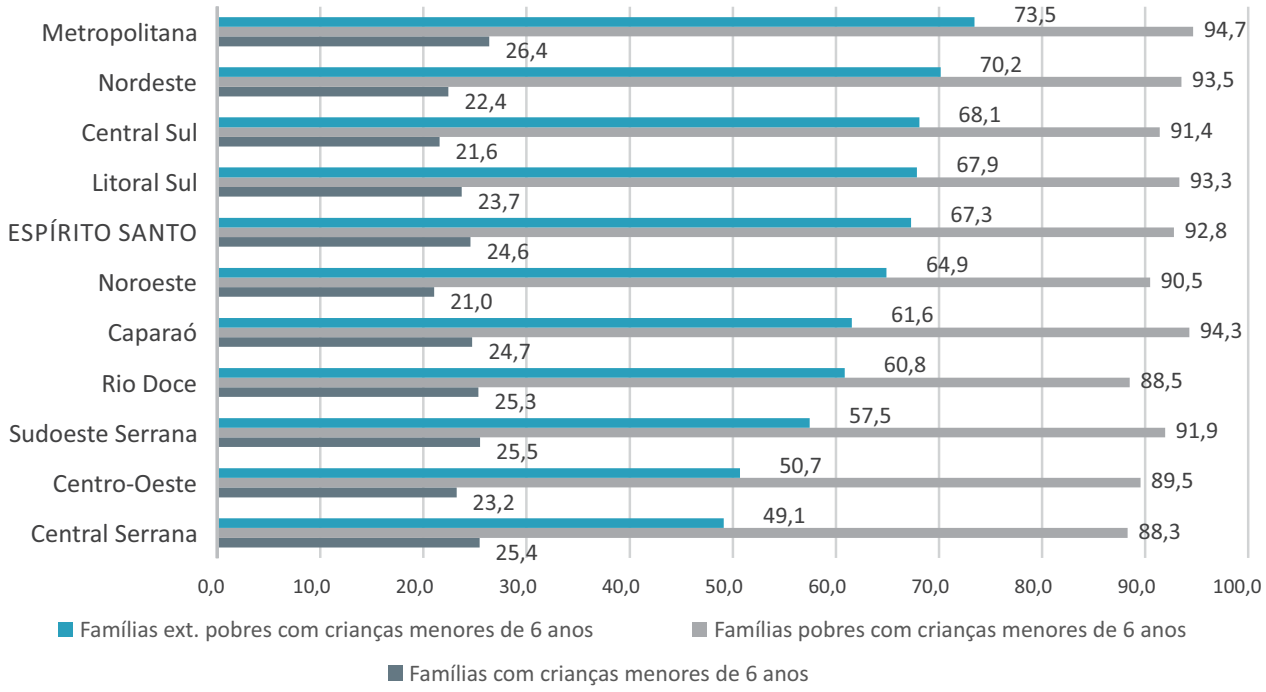
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobreza e extrema pobreza na primeira infância

A primeira infância, período que corresponde aos 6 primeiros anos de vida, é considerada uma faixa etária prioritária para investimentos públicos face aos seus impactos em escala, capazes de reduzir gastos futuros em saúde e segurança e melhorar o desempenho educacional. Os dados do Cadastro Único apontam que crianças na primeira infância são as mais afetadas pela pobreza e extrema pobreza no estado (Gráfico 8). No Espírito santo 24,6% das famílias cadastradas possuem ao menos uma criança na primeira infância. Dessas famílias 92,8%, possuem renda familiar per capita inferior a linha de pobreza e 67,3% possuem rendimentos inferior a extrema pobreza. As microrregiões Metropolitana (94,7% e 73,5%), Nordeste (93,5% e 70,2%) e Litoral Sul (93,2 e 67,9) apresentaram percentuais de famílias com membros na primeira infância em situação de pobreza e extrema pobreza superiores ao do estado.

Gráfico 08

Percentual de famílias inscritas com crianças menores de 6 anos, pobres e extremamente pobres, Espírito Santo e microrregiões, 2021

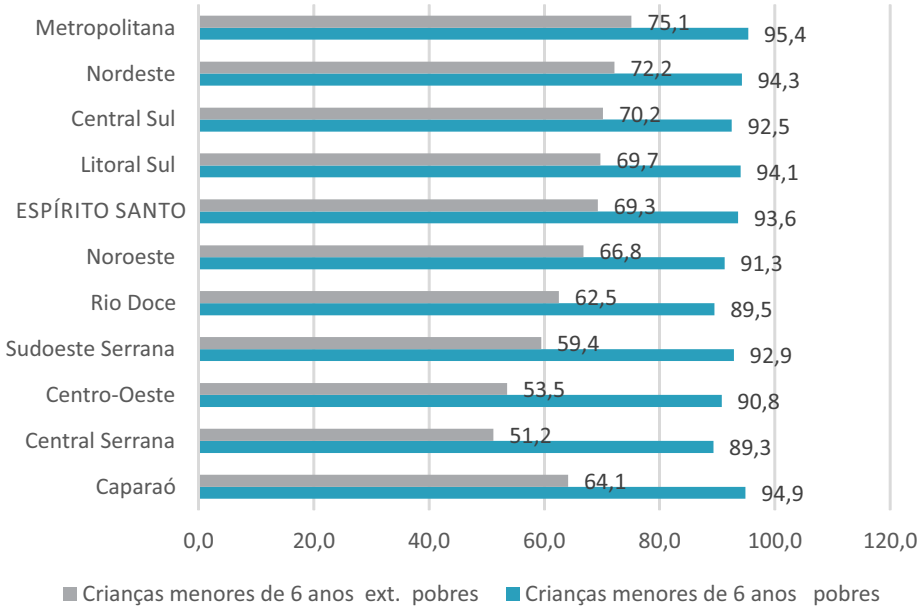


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

O Gráfico 9 apresenta o percentual de crianças pobres e extremamente pobres. No Espírito Santo 93,6 % das crianças menores de 6 anos inscritas no Cadastro Único vivem em situação de pobreza e 69,3% em situação de extrema pobreza. A primeira infância corresponde a faixa etária com maior proporção de pobres e de extremamente pobres cadastrados no estado. As microrregiões que apresentaram percentuais de pobres e extremamente pobres nessa faixa etária superiores ao do estado foram: Metropolitana (95,4% e 75,1%), Nordeste (94,3% e 72,2%) e Litoral Sul (92,5 e 69,7).

Gráfico 09

Percentual de crianças menores de 6 anos pobres e extremamente pobres, Espírito Santo e microrregiões, 2021



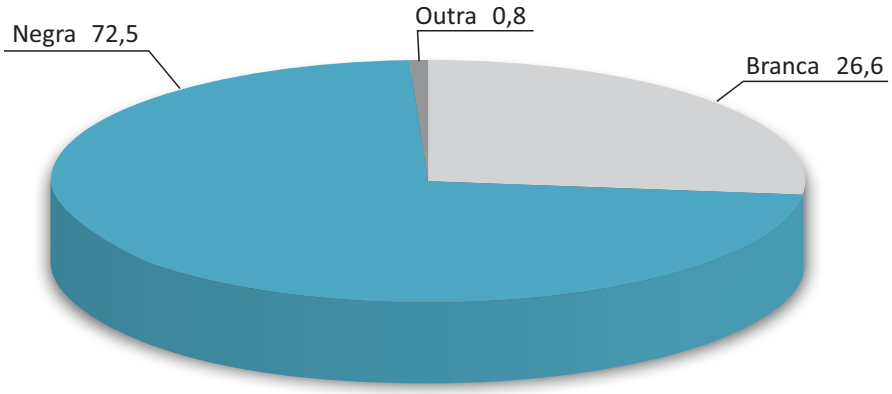
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobres e extremamente pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor

A análise dos dados de pobreza por raça/cor (Gráfico 11) revela que no Espírito Santo a maior proporção de pessoas com renda per capita inferior a linha de pobreza (79,5%) ocorreu entre amarelos. Negros e indígenas apresentaram respectivamente 77,7% e 70,8%. A menor proporção de pobres foi observada entre brancos 68,9%.

Esses dados podem ser melhor analisados a luz de outro dado que corresponde a distribuição de pessoas inscritas no Cadastro Único por raça/cor (Gráfico 10). Dentre as pessoas inscritas no CadÚnico, a distribuição por raça/cor, aferida por auto-declaração, configura-se: 72,5% negros, 26,6% brancas e 0,8% outra. A categoria negro, corresponde ao somatório de pretos e pardos. A categoria "Outra" com 0,8%, abrange 0,55% de amarelos e 0,28% de indígenas.

Gráfico 10
Percentual de pessoas por cor ou raça - Espírito Santo, 2019



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

De acordo com a PNAD contínua anual de 2019 a distribuição da população por raça/cor configura-se: negros 61,1%, brancos 38,2% e outra 0,7%[4]. A comparação entre os dois universos revela que o percentual de negros na população cadastrada no Cadastro Único no estado (72,5%) foi 11,4p.p. superior ao percentual observado na população do estado (61,1%). A categoria "outra" no cadastro (0,8%) foi 0,1p.p. superior ao percentual observado na população do estado (0,7%). De outro lado, a população de brancos no Cadastro Único (26,6%) foi 11,6p.p. inferior ao percentual de brancos na população do estado.

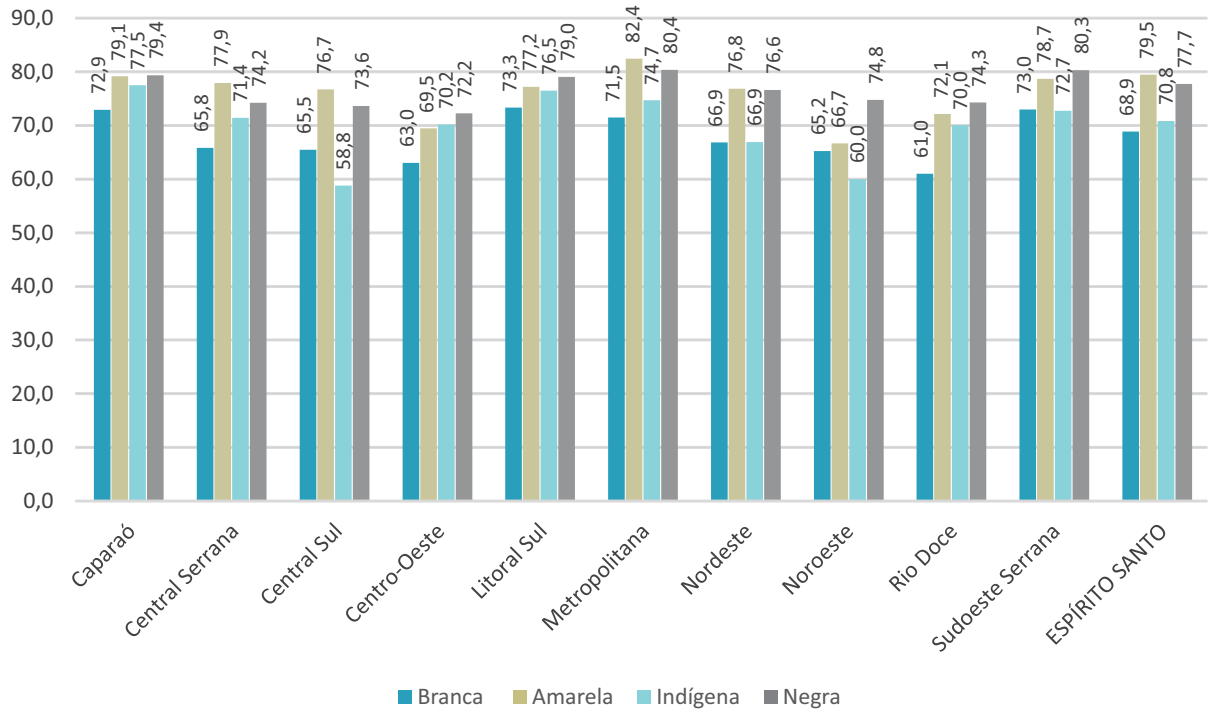
Comparando negros e brancos que correspondem às categorias mais representativas entre os inscritos nota-se que a proporção de negros é 8,5 p.p. superior à de brancos. Não por acaso, entre as dez microrregiões do Espírito Santo os negros apresentaram a maior proporção de pobres em seis (6), a saber: Caparaó (79,4%), Centro-Oeste (72,2%), Litoral Sul (79,0%), Noroeste (74,8%), Rio Doce (74,3%), Sudoeste Serrana (80,3%) (Gráfico 11).Na microrregião metropolitana observa-se as seguintes proporções de pobres entre os grupos por cor ou raça/cor: 82,4% dos amarelos, 80,4% dos negros, 74,7% dos indígenas e 71,5% dos brancos.

A microrregião Rio Doce apresenta a maior concentração de indígenas no Espírito Santo. As etnias Tupiniquim e Guarani, que são as mais representativas do estado, encontram-se aldeadas no município de Aracruz. Nessa microrregião a proporção de indígenas com renda per capita inferior a linha de pobreza alcança 70,8%. Além do enfrentamento da questão da pobreza monetária os indígenas ainda lutam pela efetiva demarcação e respeito a suas terras, seus sistemas tradicionais de saúde, educação, tradições e modos de vida considerados entre os indígenas como ainda mais fundamentais do que o acesso à renda.

[4]Nos dados da PNAD a categoria o——utra é formada pela soma de indígenas e amarelos.

Gráfico 11

Percentual de pobres no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregião, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Entre amarelos também observa-se a maior proporção de extremamente pobres na população cadastrada no Cadastro Único no Espírito Santo (53,2%). Entre os negros cadastrados no estado 51,0% vivem em situação de extrema pobreza. A proporção de indígenas na extrema pobreza é de 48,4%. Entre brancos 40,3% também se encontram nessa condição (Gráfico 12).

A comparação do percentual de extremamente pobres entre cada uma das duas categorias mais representativas em termos quantitativos no estado revela que a proporção de extremamente pobres entre negros é 10,7p.p. superior à proporção observada entre brancos.

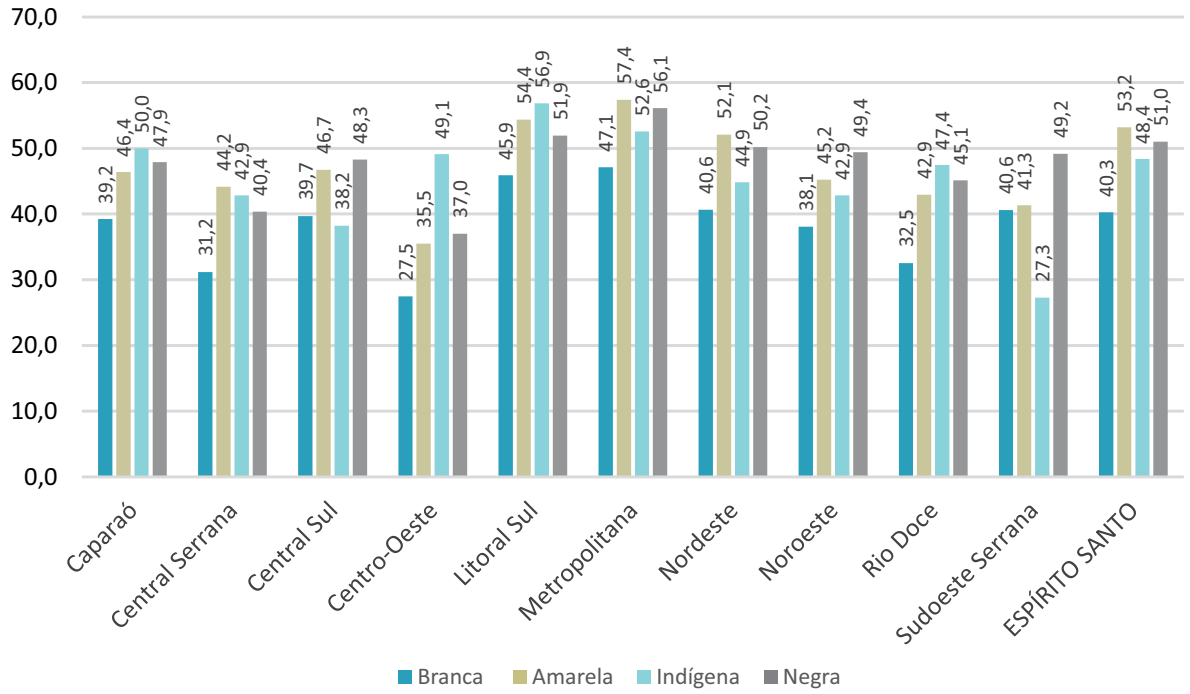
Na microrregião Rio Doce, onde está a maior concentração de indígenas aldeados do estado, a proporção de indígenas com renda per capita inferior a linha de extrema pobreza alcança 47,4%. Além desta os indígenas também apresentaram a maior proporção de extremamente pobres nas microrregiões Caparaó (50,0%), Centro-Oeste (49,1%) e Litoral Sul (56,9%).

A proporção entre pessoas cadastradas de raça/cor negra que vivem na extrema pobreza foi a maior observada em 5 microrregiões, quais sejam: Central Sul (48,3%), Noroeste 49,4%, Sudoeste Serrana 49,2%.

As proporções de extremamente pobres entre pessoas cadastradas na microrregião metropolita por raça/cor configura-se da seguinte forma: amarelos 57,4%, negros 56,1%, indígenas 52,6%; brancos 47,1%.

Gráfico 12

Percentual de extremamente pobres no CadÚnico por cor ou raça, Espírito Santo e microrregião, 2021



Fonte: CadÚnico, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões

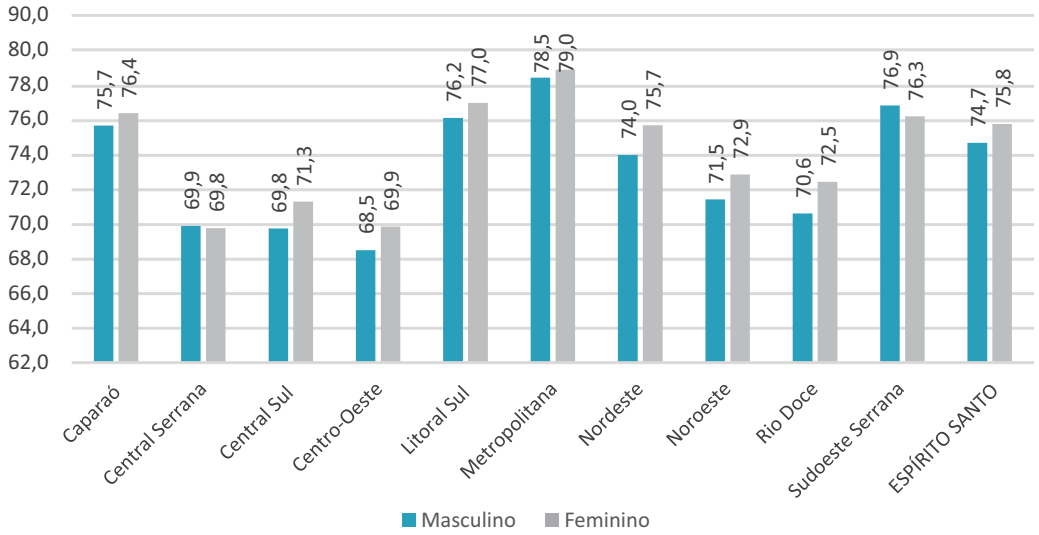
A análise da distribuição dos pobres por sexo na população cadastrada no CadÚnico precisa ser feita de forma mais cuidadosa para evitar interpretações rasas que possam subestimar a desigualdade de sexo e os efeitos que ela acarreta.

Inicialmente é preciso observar que a renda familiar per capita variável utilizada nos estudos de pobreza por si só já dificulta uma análise mais aprofundada da desigualdade entre os sexos, uma vez que essa renda é dividida entre os membros da família, especificamente no caso do Cadastro Único entre indivíduos que a partilham independente de relações de parentesco. Isso inviabiliza captar a desigualdade entre os indivíduos de sexo oposto tal como se observa nas varáveis de renda de todos os trabalhos ou de todas as fontes presentes na PNAD-Contínua anual.

Os dados expostos no Gráfico13 revelam que entre as pessoas do sexo feminino cadastradas 75,8% são pobres, ao passo que entre pessoas do sexo masculino esse dado corresponde a 74,7%. As maiores diferenças na proporção de pessoas do sexo feminino pobres comparativamente as do sexo masculino ocorrem nas microrregiões Rio doce (+1,8p.p) e Nordeste (+1,7 p.p.). Apenas duas microrregiões registraram proporção de pessoas do sexo masculino pobres mais elevada que de pessoas do sexo feminino, foram elas: Sudoeste Serrana (+0,6p.p.) e Central Serrana (+0,1p.p.).

Gráfico 13

Percentual de pobreza por sexo, Espírito Santo e microrregião, 2021

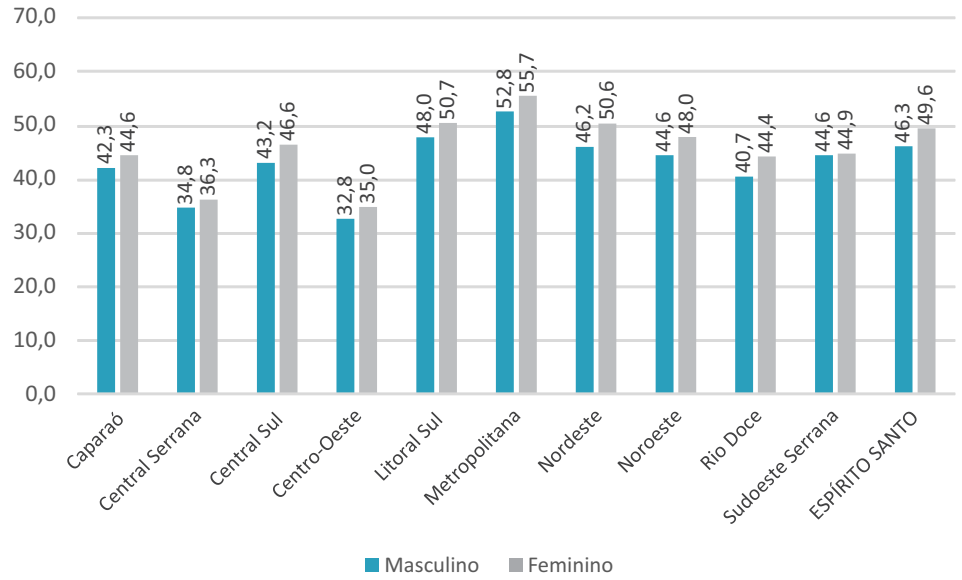


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme se observa no Gráfico 14, o percentual de pessoas do sexo feminino entre os extremamente pobres cadastrados no estado foi 49,6%, 3,3p.p. maior que a proporção de pessoas do sexo masculino entre os extremamente pobres (46,3%). Nota-se que a diferença no percentual de extremamente entre os sexos (3,3p.p.) é superior àquela observada na proporção de pobres (1,1p.p.). Ou seja, a proporção de pessoas do sexo feminino é ainda maior entre aqueles que vivem com menos de US$ 1,90 (PPC 2011) dia por pessoa. A proporção de pessoas do sexo feminino vivendo na pobreza extrema foi superior à de pessoas do sexo masculino em todas as microrregiões do estado. As maiores diferenças foram observadas nas microrregiões Nordeste (+4,4p.p.), Rio Doce (+3,7p.p.), Central Sul e Noroeste (+3,4p.p).

Gráfico 14

Percentual de extrema pobreza por sexo, Espírito Santo e microrregião, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

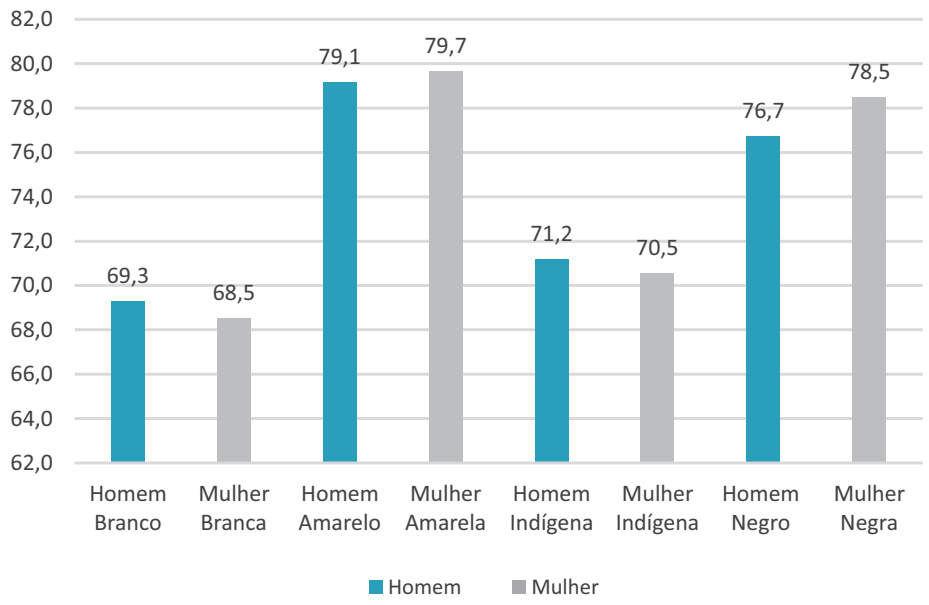
Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo

A análise dos dados de pobreza e extrema pobreza a partir do cruzamento das variáveis de cor ou raça e sexo traz evidencias importantes acerca dessa questão multifacetada (Gráfico 15). A questão étnico racial e de gênero produzem efeitos que se somam e revelam a face mais cruel da desigualdade inclusive entre os mais pobres.

As pessoas do sexo feminino apresentaram a maior proporção de pobres no estado entre amarelos (+0,5 p.p.) e negros (+1,8 p.p.). A maior proporção de pobres foi observada entre pessoas amarelas do sexo feminino (89,7%) 11,2p.p. a mais que a proporção observada entre pessoas brancas do sexo feminino (68,5%), a menor entre todas as categorias. Entre as pessoas de sexo feminino e raça/cor negra, categoria mais representativa numericamente no cadastro, observou-se uma proporção de pobres (78,5%) 10,0p.p. superior à notada entre pessoas do sexo feminino de raça/cor branca.

Gráfico 15

Percentual de pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2021

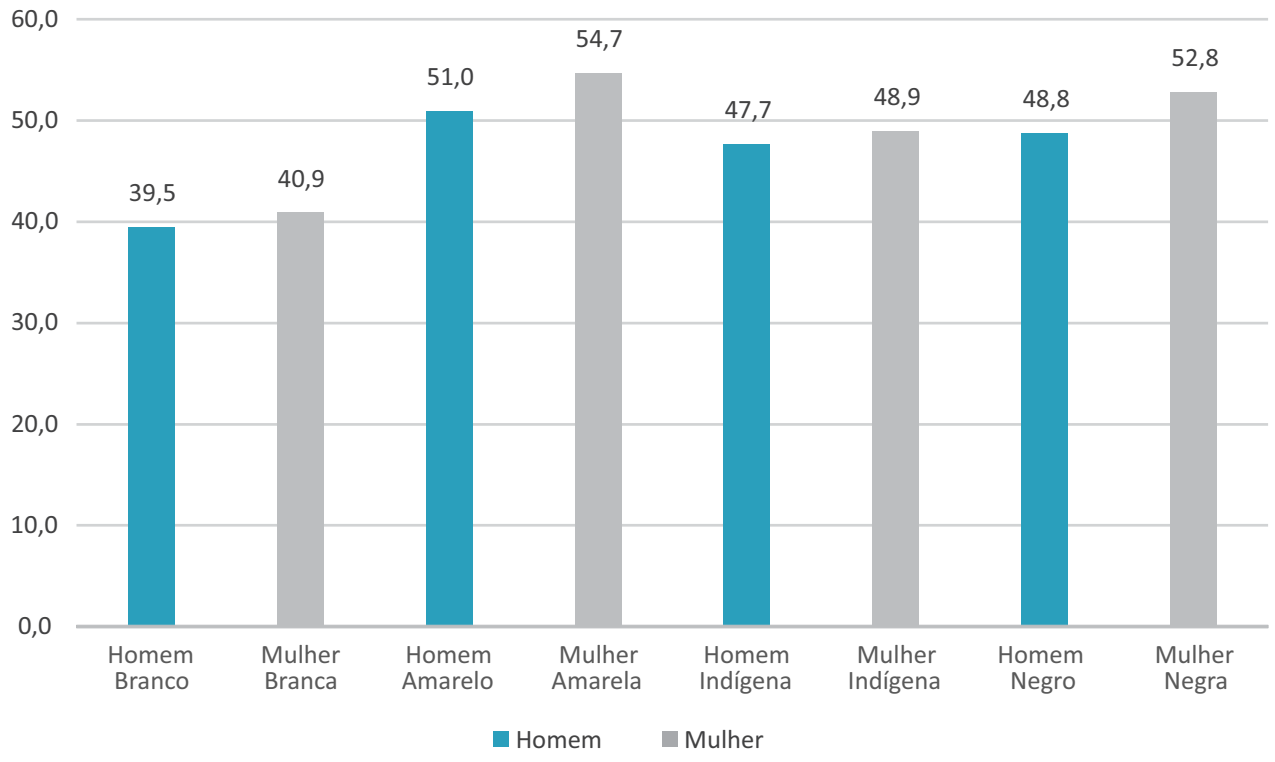


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Os efeitos da condição de mulher se ampliam quando a renda observada é a da linha de extrema pobreza. Conforme se observa no Gráfico 16, as pessoas de sexo feminino apresentaram proporções mais elevadas em todas as categorias de raça/cor. Pessoas do sexo feminino de cor amarela também apresentaram a maior proporção de extremamente pobres 54,7%, comparativamente ao branco do sexo masculino que apresentou o menor percentual entre todas as categorias 39,5% a diferença foi de +15,2p.p. A proporção de pessoas do sexo feminino de raça/cor negra vivendo na extrema pobreza alcançou 52,8%, a proporção de indígenas do sexo feminino extremamente pobres foi de 48,9%. A maior diferença na proporção de extremamente pobres entre os sexos da mesma categoria de cor ou raça foi registrada entre negros 4,0p.p. Observa-se que as mulheres, amarelas, negras e indígenas sentem ao mesmo tempo os efeitos de pertencer a um determinado grupo étnico e racial e da condição social de serem mulheres.

Gráfico 16

Percentual de extremamente pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

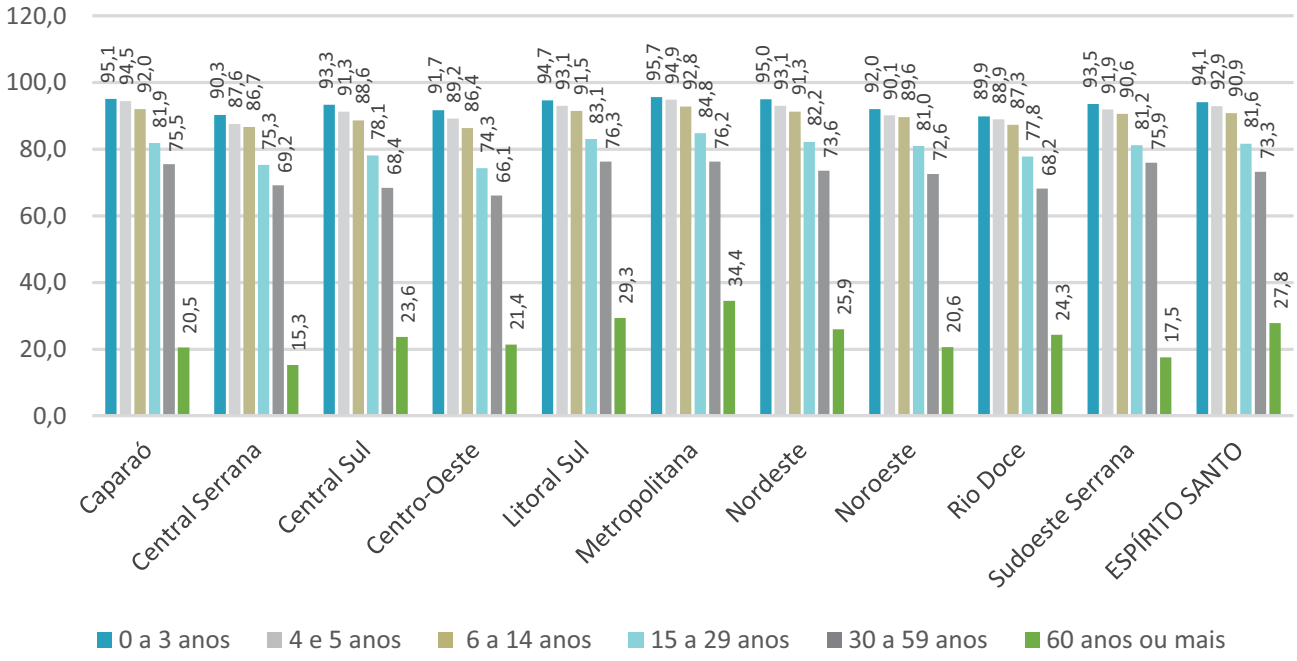
Pobres e extremamente pobres por faixa etária

No Espírito Santo, conforme se observa no Gráfico 17, a faixa etária com a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com renda familiar inferior a US$ 5,50 per capita dia (PPC 2011) é a de 0 a 3 anos (94,1%), que corresponde a Primeiríssima Infância, e 4 a 5 anos (92,9%) essas duas faixas compõem a Primeira Infância, período no qual a alimentação balanceada, o afeto e os estímulos cognitivos adequados são mais necessários e apresentam efeitos positivos ou negativos cujos impactos serão notados por todas as demais etapas da vida.

Esse dado aponta para um desafio considerável em termos de políticas públicas, uma vez que ele abrange a maioria do seu público elegível face a ampla cobertura no Cadastro Único da população pobre e extremamente pobre do estado. As microrregiões Metropolitana (95,7%), Caparaó (95,1%), e Nordeste (95,0%) apresentaram as proporções de crianças na primeiríssima infância vivendo na pobreza mais elevadas do estado. Na faixa etária de 4 a 5 anos os percentuais mais elevados foram apresentados pelas microrregiões Metropolitana (94,9%), Caparaó (94,5%), Nordeste e Litoral Sul (93,1%).A faixa etária com a terceira maior proporção de pobres entre as pessoas cadastradas no estado foi a de 6 a 14 anos 90,9%. Nessa faixa as microrregiões Metropolitana (92,8%), Caparaó (92,0%) e Litoral Sul (91,5%) apresentaram os percentuais mais elevados. A proporção de pobres diminui nas faixas etárias a medida em que elas atingem a idade que permite o ingresso no trabalho formal ou informal. A proporção de pessoas pobres de 15 a 29 e de 30 a 59 anos cadastradas no estado foi de 81,6% e 73,3%, respectivamente. Essa proporção diminui ainda mais na faixa de 60 anos ou mais, quando as pessoas são alcançadas pelos direitos previdenciários e pelo benefício de prestação continuada BPC. A proporção de pobres entre as pessoas de 60 anos ou mais no Espírito Santo é de 27,8%. A microrregião Metropolitana apresentou a maior proporção de pobres com 60 anos ou mais (34,4%) ao passo que a microrregião Central Serrana apresentou a menor proporção 15,3%.

Gráfico 17

Percentual de pobres no CadÚnico por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2021

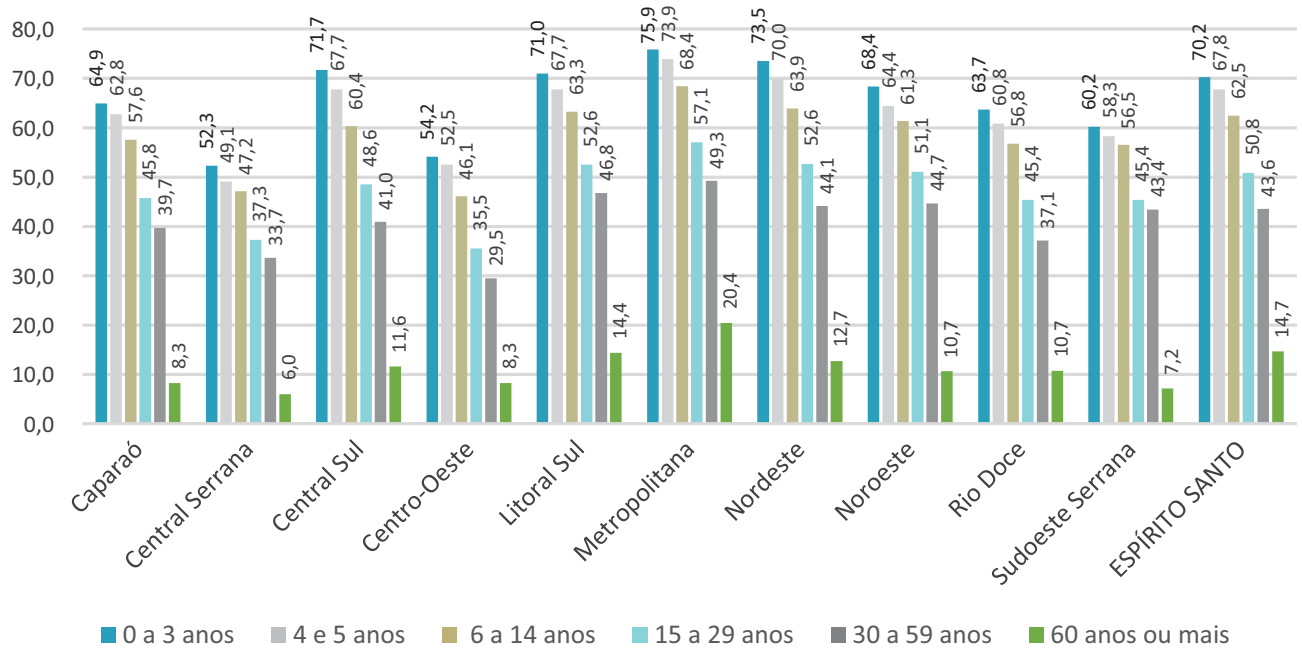


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

A faixa etária de 0 a 3 anos que corresponde a primeiríssima infância, segundo o Gráfico 18, também apresenta a maior proporção de pessoas com renda inferior a linha de extrema pobreza de US$ 1,90 per capita dia, (PPC, 2011) no estado (70,2%). A microrregião Metropolitana apresentou o maior percentual (75,9%), na sequência aparecem as microrregiões Nordeste (73,5%) e Central Sul (71,7%). No Espírito Santo 67,8% das crianças de 0 a 4 anos cadastradas vivem na extrema pobreza. O percentual mais elevado de extremamente pobres nessa faixa de idade ocorreu nas microrregiões Metropolitana (73,9%), Nordeste (70,0%), Central Sul e Litoral Sul (67,7%). Esse dado expõe uma realidade desafiadora para o estado do Espírito Santo e revela a importância das políticas públicas de transferência de renda com foco prioritário nas famílias com crianças na primeira infância, como o Bolsa Capixaba. A faixa de 6 a 14 anos apresenta a terceira maior proporção de pessoas cadastradas vivendo na extrema pobreza no estado (62,5%). As microrregiões com os percentuais mais elevados nessa faixa foram, Metropolitana (68,4) Nordeste (63,9%) e Litoral Sul (63,3%). Tal como ocorre com a pobreza os percentuais de pessoas na extrema pobreza diminuem a medida em que as faixas de idade aumentam. Entre os jovens, de 15 a 29 anos, 50,8% das pessoas inseridas no Cadastro Único são extremamente pobres, entre as pessoas de 30 a 59 anos corresponde a 43,6% e entre as pessoas de 60 anos ou mais o percentual de extremamente pobres no estado foi de 14,7%. Tanto a pobreza como a extrema pobreza diminuem consideravelmente entre as pessoas com 60 anos ou mais dado que a partir dessa idade as pessoas são alcançadas pelos benefícios assistências como o Benefício de Prestação Continuada e aposentadorias. A microrregião Central Serrana apresentou o menor percentual de pessoas com 60 anos ou mais vivendo na extrema pobreza (6,0%) enquanto a Metropolitana apresentou o maior 20,4%.

Gráfico 18

Percentual de extremamente pobres no CadÚnico, por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico, 2021

O hiato de pobreza (P1) (ou extrema pobreza) é calculado levando em consideração a quantidade de recurso adicional que cada indivíduo abaixo da linha de pobreza (ou extrema pobreza) precisaria receber para que alcance a referida linha. O indicador é expresso como porcentagem da linha. Dessa forma, para um indivíduo com renda per capita de R$200 em um contexto onde a linha de pobreza é R$400, o valor de P1 seria (400-200)/400 = 0,5. O hiato de pobreza de determinado grupo indica quanto falta em média para que cada indivíduo alcance a linha de pobreza.

Se de um lado a taxa de pobreza (ou proporção de pobres) é mais simples e facilmente compreendida, o hiato de pobreza consiste em um indicador importante, pois além de mensurar a profundidade da pobreza em determinado território ou sociedade, fornece o custo de um programa de combate à pobreza, com base em uma transferência perfeitamente focalizada e sem considerar os gastos com a burocracia.

No Espírito Santo, o hiato de pobreza e extrema pobreza da população cadastrada foram 52,8% e 32,2%, respectivamente. Em relação aos dados de 2019 (54,0% e 30,6%) houve queda no hiato de pobreza (-1,2%) e alta do hiato de extrema pobreza (+1,6%). Os dados de 2021 apontam que embora os capixabas em média em termos monetários estejam mais próximos de deixar a extrema pobreza do que a pobreza a diferença entre os hiatos em relação ao ano de 2019 diminuiu 2,8 p.p. Fazer com que as políticas públicas atinjam de fato essa parcela da população tem sido, em razão do elevado grau de vulnerabilidade e risco social que ela apresenta, o grande desafio enfrentado pelos gestores dessas políticas.

Conforme observa-se no Mapa 5,em 2021 a microrregião Metropolitana apresentou o maior hiato de pobreza entre as microrregiões do estado (58,7%).Por outro lado, a microrregião Centro-Oeste possui o menor hiato de pobreza (41,7%).

No Mapa 6, observa-se o hiato de pobreza por município. Os municípios de e Iconha (29,9%), Venda Nova do Imigrante (34,4%), João Neiva (35,3%) possuem os três menores hiatos de pobreza do estado. Os municípios que apresentaram os maiores hiatos de pobreza foram: Muqui (65,7%), Água Doce do Norte (65,3%), Cariacica (62,6%), Viana (62,6%), Vitória (62,5%), Apiacá (62,1%), São José do Calçado (61,7%), Anchieta (61,5%), Presidente Kennedy (61,2%), Ibitirama (61,2%), Serra (61,1%), Laranja da Terra (60,9%), Ponto Belo (60,8%), Itapemirim (60,2%), Boa Esperança (59,7%).

O Hiato de extrema pobreza (obtido da mesma forma) é apresentado no Mapa 7por microrregião. A microrregião Metropolitana também possui o maior hiato de extrema pobreza dentre as microrregiões do estado (40,7%). Por outro lado, a microrregião Centro-Oeste (17,4%) possui o menor hiato de extrema pobreza.

O Mapa 8 apresenta o hiato de extrema pobreza por município. Entre os três menores hiatos de extrema pobreza do estado estão os municípios de Venda Nova do Imigrante (6,9%), Colatina (10,2%) e Piúma (11,3%). Os municípios que apresentaram os maiores hiatos de extrema pobreza foram: Muqui (49,3%), Ponto Belo (49,0%),Vitória (48,4%), Viana (46,0%), Cariacica (45,7%), Presidente Kennedy (44,1%), Serra (43,8%), Anchieta (42,9%), Água Doce do Norte (41,7%).

O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza (e extrema pobreza) é medido pela soma dos recursos que seriam necessários adicionar à renda per capita dos indivíduos para que estes alcancem a linha de pobreza (ou extrema pobreza). Como o valor do rendimento é mensal e a linha de pobreza (ou extrema pobreza) é definida para o intervalo de 1 mês, é necessário multiplicar o somatório obtido por 12 para estimar o volume anual necessário.

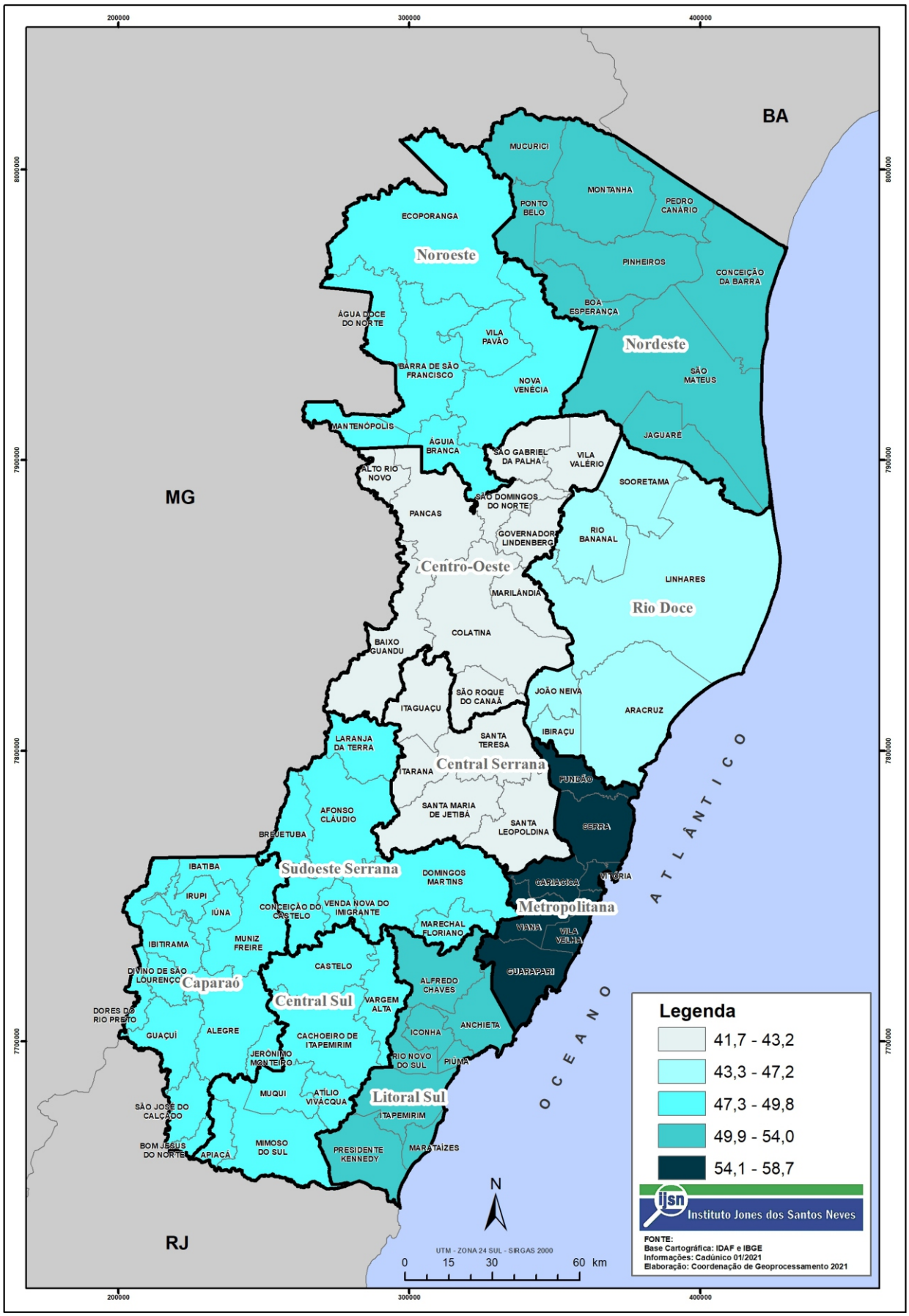
O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza e a extrema pobreza no Espírito Santo, de acordo com os dados do CadÚnico, corresponde a R$3,47bilhões e R$ 728,8 milhões respectivamente. Ressalte-se que o valor calculado se refere ao volume total e não ao adicional de recursos necessários, uma vez que não considera o que já é gasto com os programas de transferência de renda dos governos federal e estadual.

O Mapa 9 aborda o volume de recursos anual para erradicar a pobreza por município. Os municípios nos quais os custos de um programa destinado à erradicação da pobreza seriam mais elevados são: Serra (R$ 411,35 milhões), Cariacica (R$ 408,33 milhões), Vitória (R$ 268,79 milhões) e Vila Velha (R$ 239,18 milhões).

Conforme observa-se no Mapa 10, esses municípios são também os que requerem maior volume de recursos anual para se erradicar a extrema pobreza, a diferença é que o município de Cariacica passa a ser o município que necessitaria do maior montante: Cariacica (R$ 102,71 milhões), Serra (R$ 101,57 milhões), Vitória (R$ 71,64 milhões) e Vila Velha (R$ 49,10 milhões).

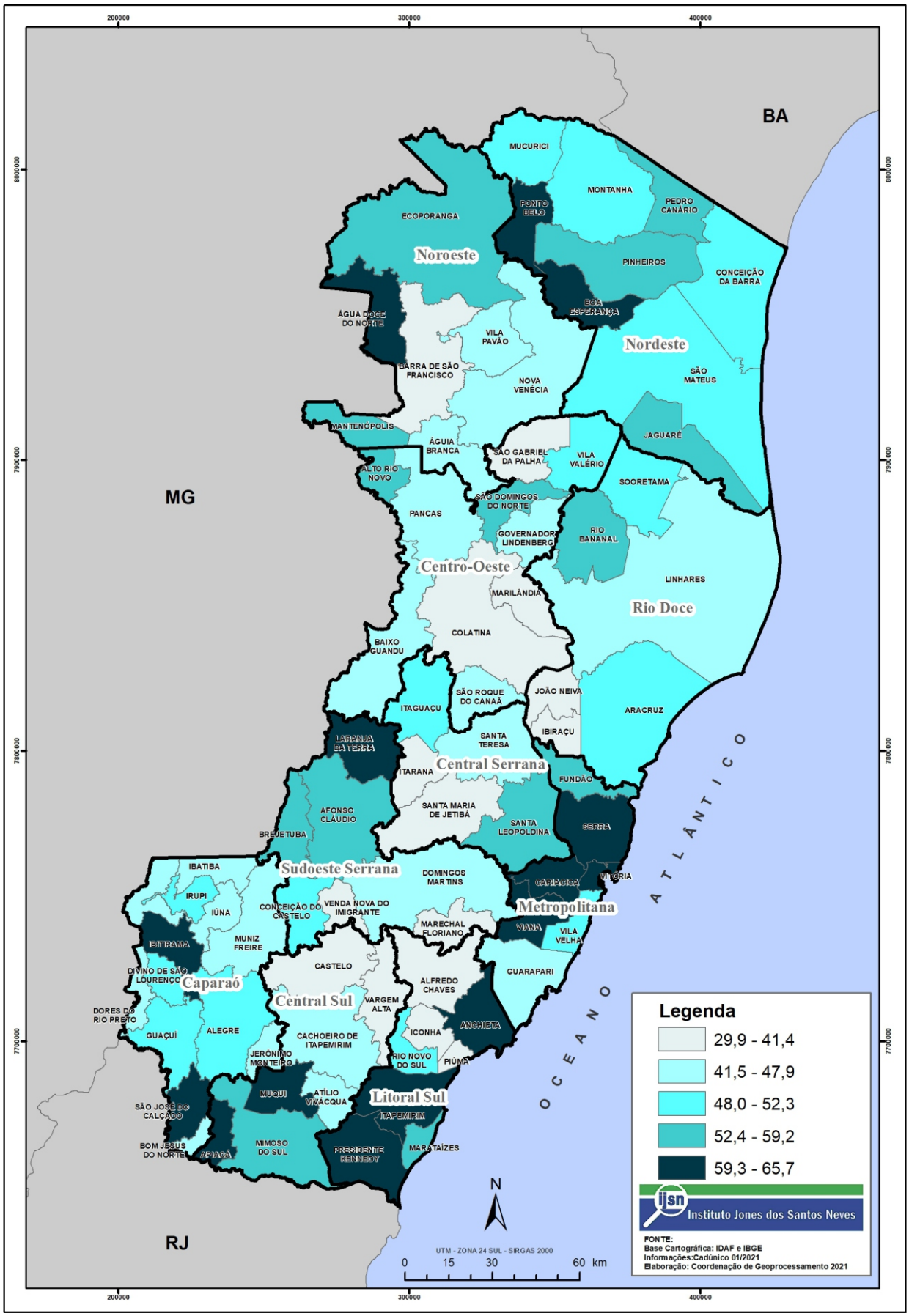
Mapa 05

Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião - 2021



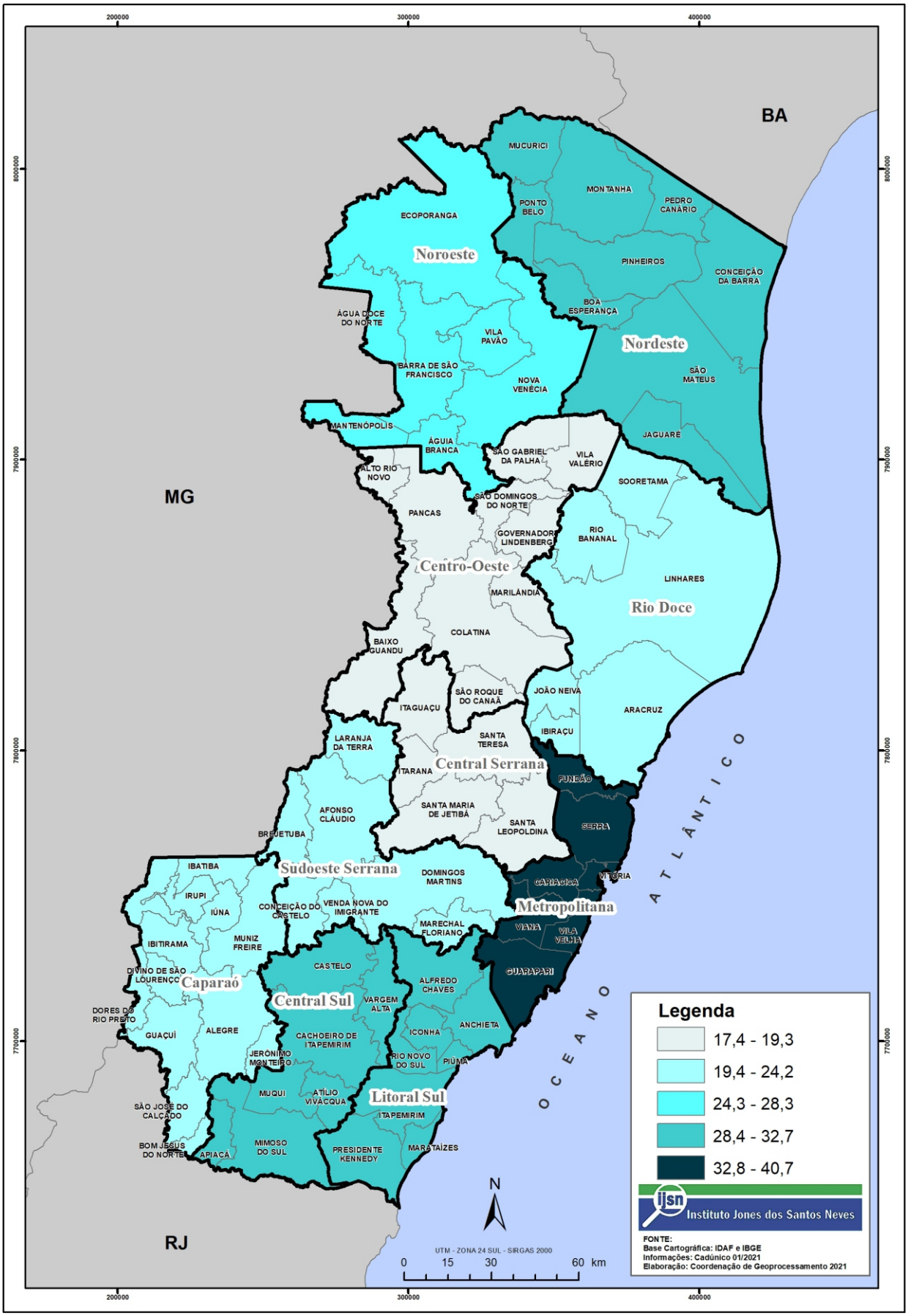
Mapa 06

Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por Município - 2021



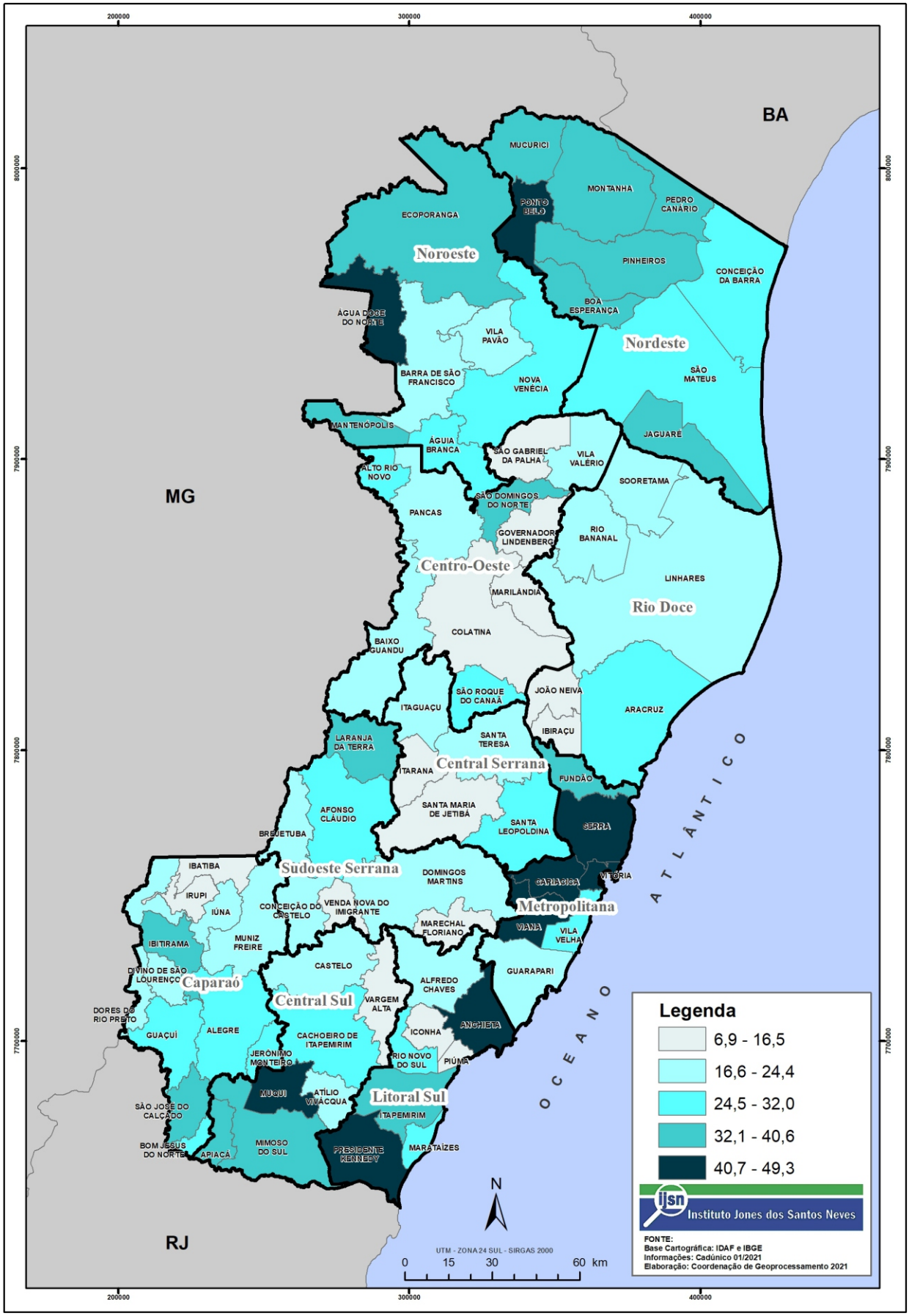
Mapa 07

Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por Microrregião - 2021



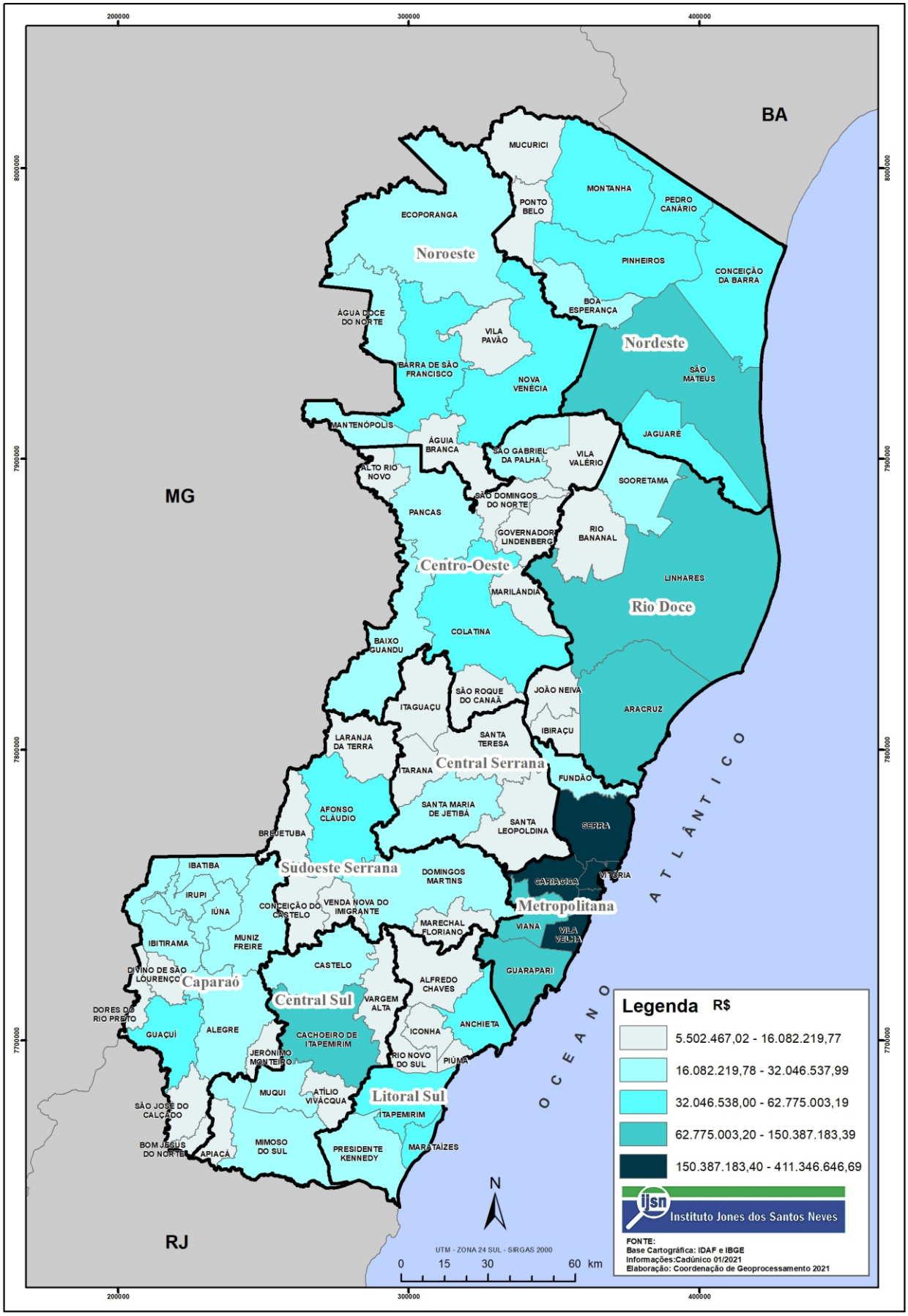
Mapa 08

Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por município - 2021



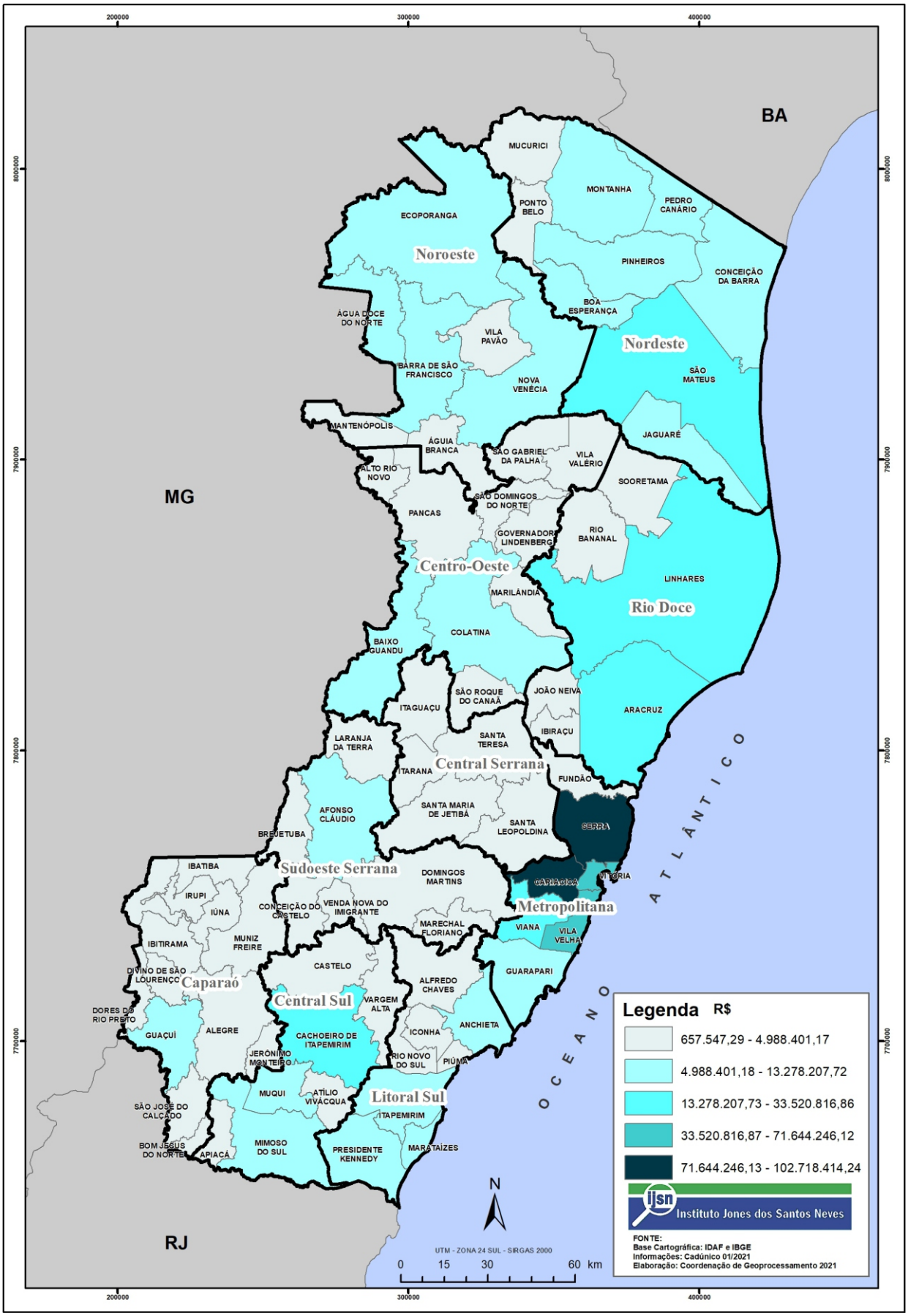
Mapa 09

Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza no Espírito Santo, por município - 2021



Mapa 10

Volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza no Espírito Santo, por município - 2021



Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

Domicílios

Situação do domicílio

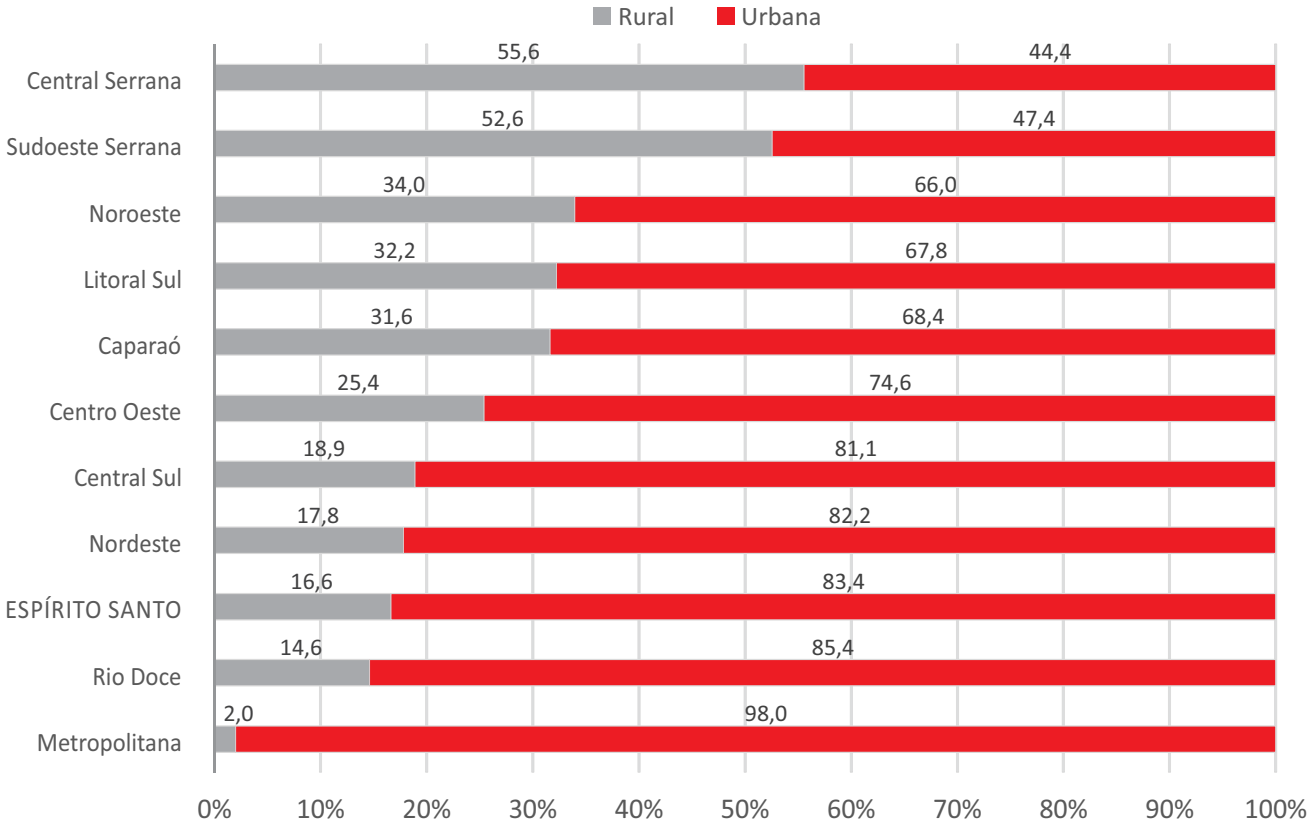
No Espírito Santo, os dados do Cadastro Único de 2021 revelam que 83,4% das famílias inscritas vivem em área urbana e 16,6% em área rural (Gráfico 19). Em relação ao ano de 2019 houve aumento de 1,3 p.p. na proporção de famílias que viviam em área urbana (82,1%) e queda de -1,3 p.p. na proporção de famílias que viviam em área rural (17,9%).

Esses dados podem estar relacionados aos efeitos da pandemia de Covid 19. Uma hipótese possível é a de que as atividades econômicas em áreas urbanas foram mais impactadas, sobretudo no que tange ao trabalho informal, isso teria levado um maior contingente de trabalhadores informais urbanos a se inscreverem no Cadastro Único para receber o auxílio emergencial. Comparativamente ao ano de 2019, em 2021 tivemos um aumento de 35,5 mil famílias inscritas que vivem em áreas urbanas e um aumento de 660 famílias rurais. Desse aumento no total de inscritos na área urbana a microrregião Metropolitana responde por 15 mil famílias.

Em 2021 as microrregiões do estado que apresentaram maior concentração de famílias que vivem em área rural foram: Central Serrana (55,6%) e Sudoeste Serrana (52,6%). Por outro lado, as microrregiões com maiores concentrações de famílias que vivem em área urbana foram: Metropolitana (98,0%) e Rio Doce (85,4%). A maior predominância das famílias cadastradas vivendo em áreas urbanas da microrregião metropolitana reforça a importância das políticas sociais destinadas a essa população que devido à forte especulação imobiliária é forçada a morar em locais mais afastados dos centros comerciais em grande parte desprovidos de serviços públicos e condições de infraestrutura adequados, além de enfrentar fortes problemas de mobilidade.

Gráfico 19

Percentual de famílias por situação do domicílio - Espírito Santo e microrregiões, 2021



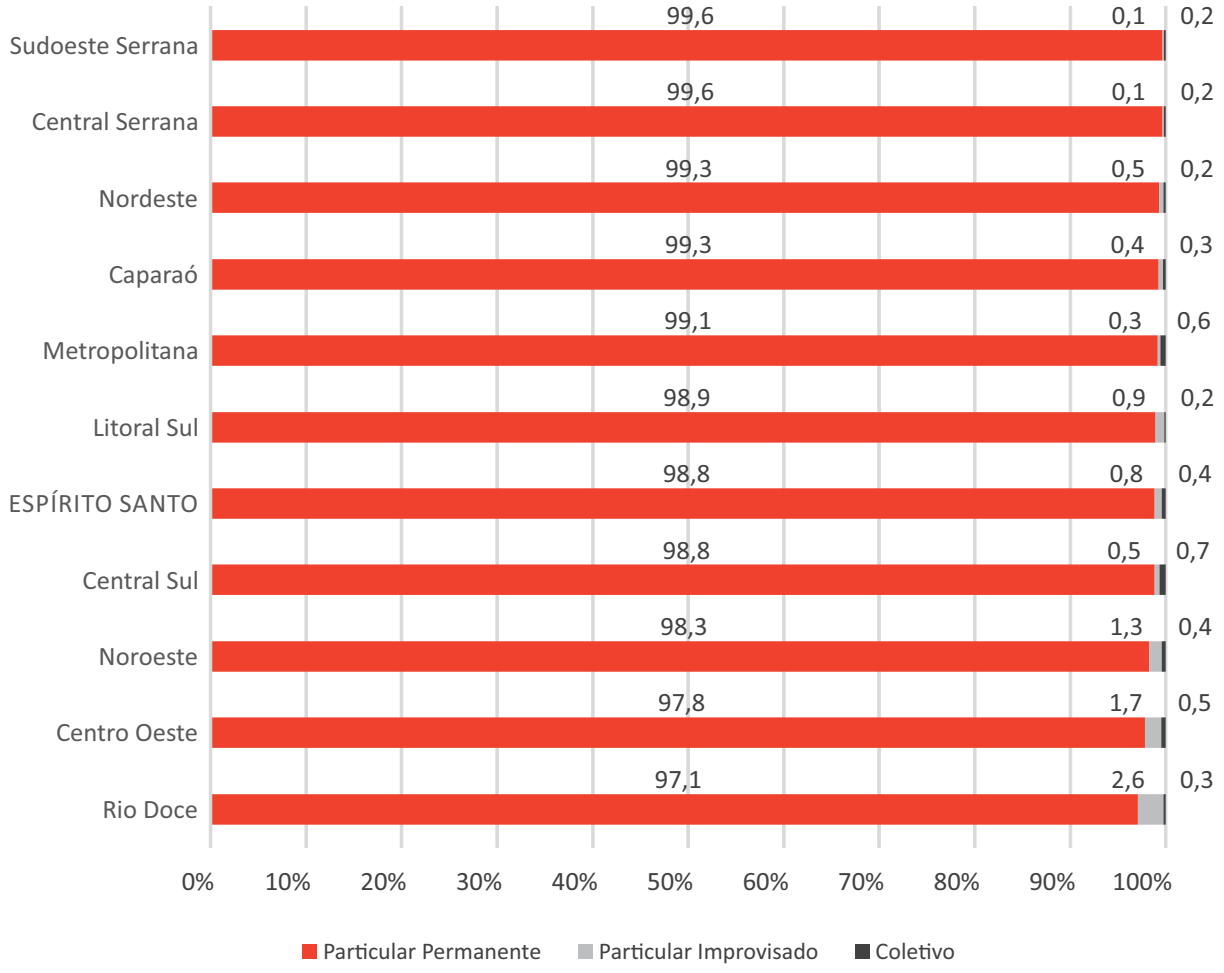
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Espécie de domicílio

Todas as microrregiões apresentam um percentual de famílias cadastradas que vivem em domicílio particular permanente acima de 97,0% (Gráfico 20). No Espírito Santo, 98,8% das famílias vivem em domicílio particular permanente. A microrregião com o percentual mais elevado de famílias que vivem em domicílio particular improvisado é a Rio Doce (2,6%) seguida da Centro-Oeste (1,7%) e Noroeste (1,3%). Em relação aos domicílios coletivos, as microrregiões com maior número de famílias são Central Sul e Metropolitana (0,7 e 0,6%, respectivamente).

Gráfico 20

Percentual de famílias por espécie do domicílio – Espírito Santo e microrregiões, 2021



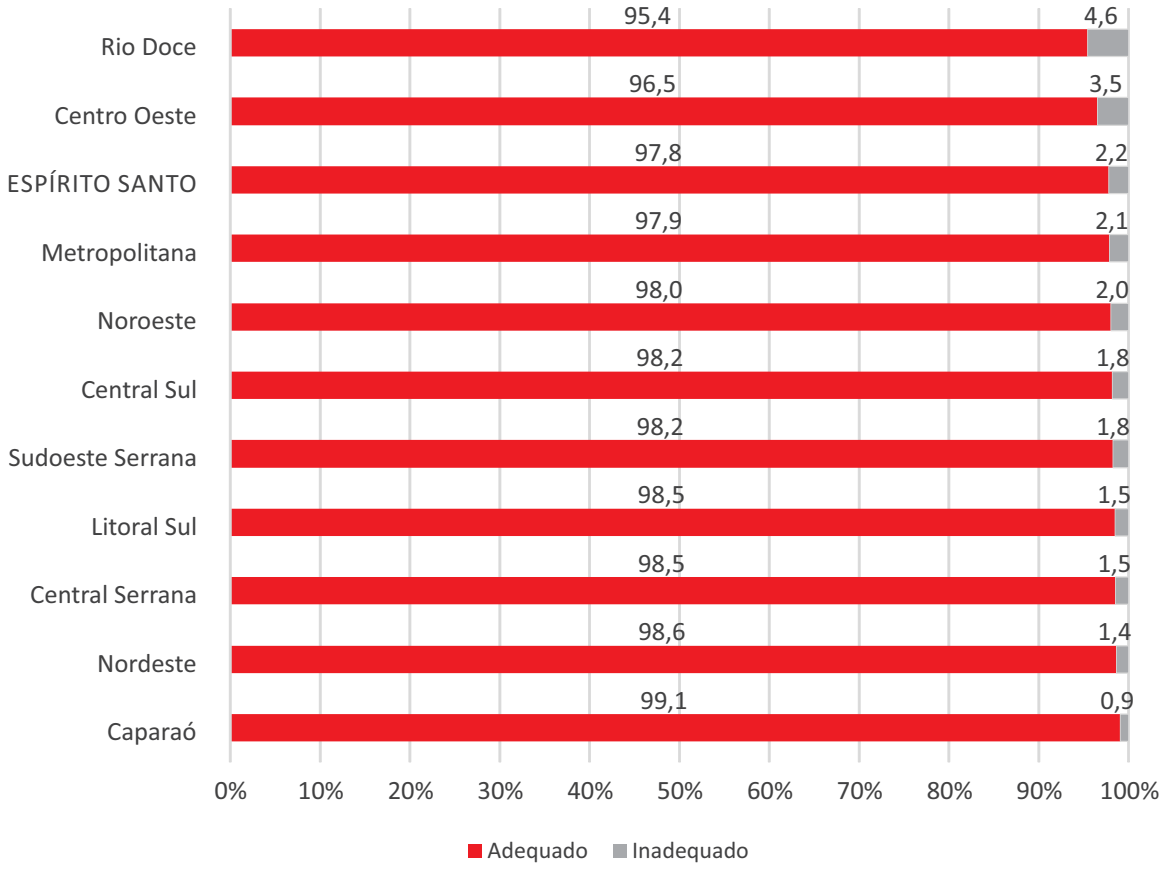
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio

No Espírito Santo 97,8% das famílias inscritas no Cadastro Único vivem em domicílios com paredes construídas de material adequado (Gráfico 21). O percentual de famílias que vivem em residências com paredes construídas com material adequado é superior a 95% em todas as microrregiões, chegando a atingir 99,1% na microrregião Caparaó, 98,6% na microrregião Nordeste e 98,5% nas microrregiões Central Serrana e Litoral Sul. Entre as microrregiões que apresentam o maior percentual de domicílios com paredes construídas com materiais considerados inadequados foram: Rio Doce (4,6%), Centro Oeste (3,5%) e Metropolitana (2,4%). No estado esse percentual alcançou 2,2%.

Gráfico 21

Percentual de famílias por material usado na construção das paredes do domicílio Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Os materiais usados na construção das moradias que foram agrupados na categoria inadequado (seguindo a caracterização usada pela Fundação João Pinheiro para o cálculo do déficit habitacional) são taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material. Os materiais considerados adequados são alvenaria e madeira aparelhada.

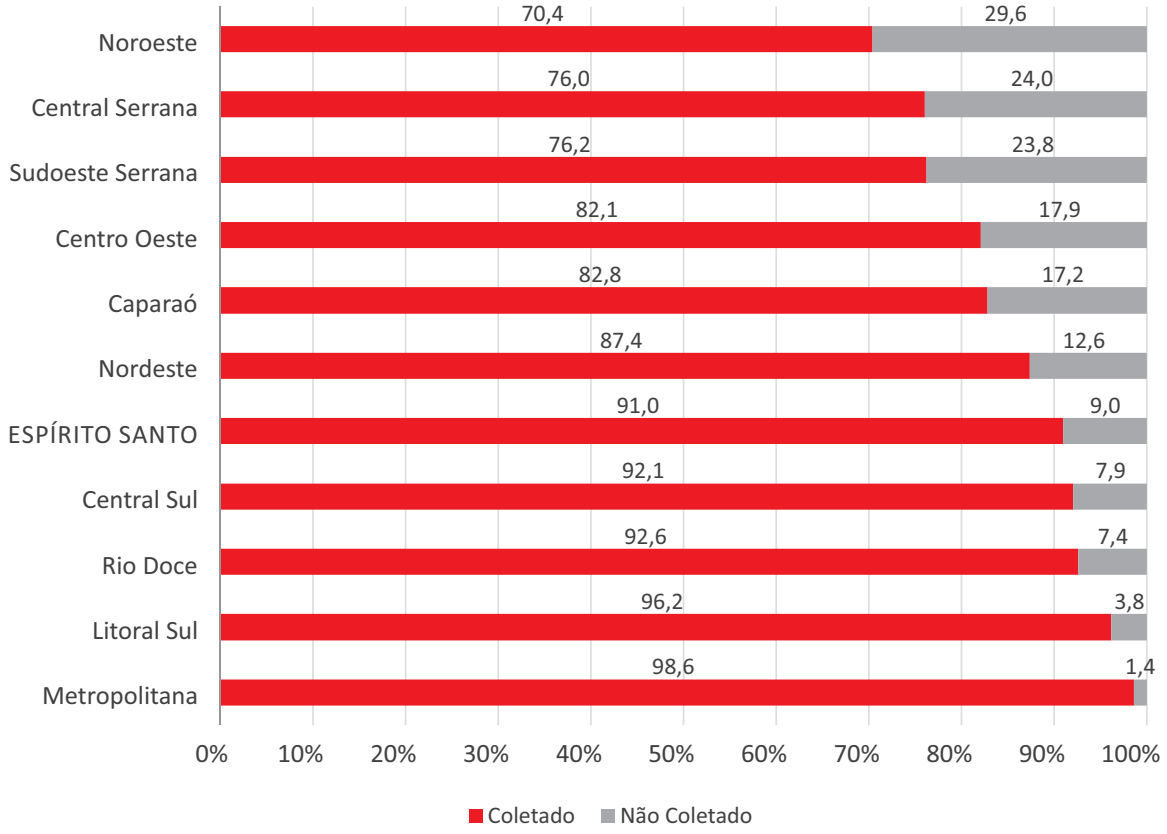
Coleta de lixo

A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. A universalização desses serviços contribui para melhorar as condições de saúde e majorar o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade. No Espírito Santo,9,0% das famílias no CadÚnico não possuem acesso à serviço de coleta de lixo (Gráfico 22). Na microrregião Noroeste, o percentual de famílias que não possui acesso à coleta de lixo é de 29,6%. A necessidade de expandir o serviço a essas famílias é mais urgente também nas microrregiões Central Serrana (24,0%), Sudoeste Serrana (23,8%), Centro Oeste (17,9%) e Caparaó (17,2%). Na microrregião Metropolitana, o percentual de famílias cadastradas com acesso ao serviço de coleta é 98,6%.

A nível de município (Mapa 11), treze têm coleta inadequada (queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou rua, jogado em rio ou mar) com percentuais superiores a 33,6%.

Gráfico 22

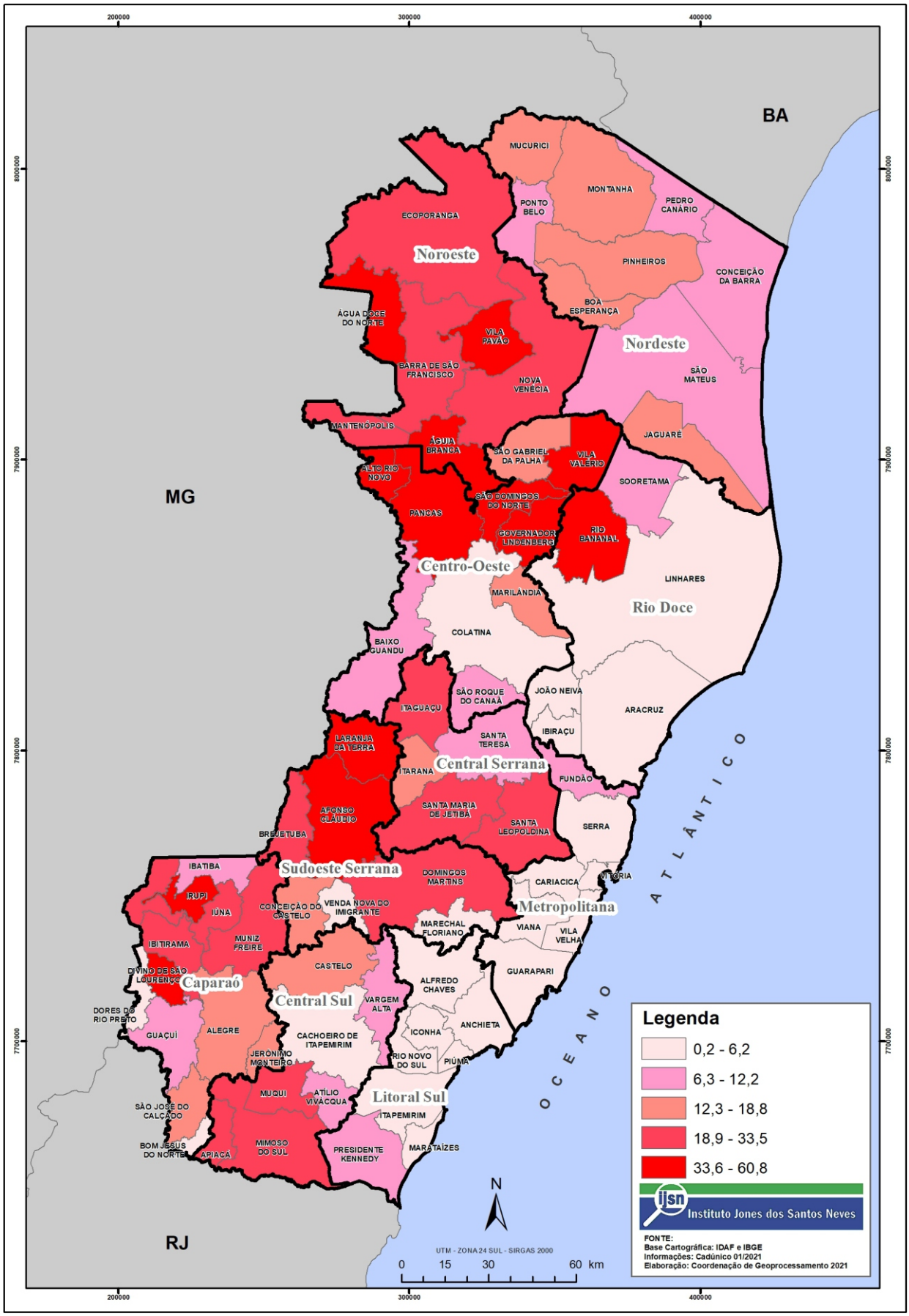
Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à coleta de lixo - Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 11

Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com coleta inadequada de lixo, por município - 2021



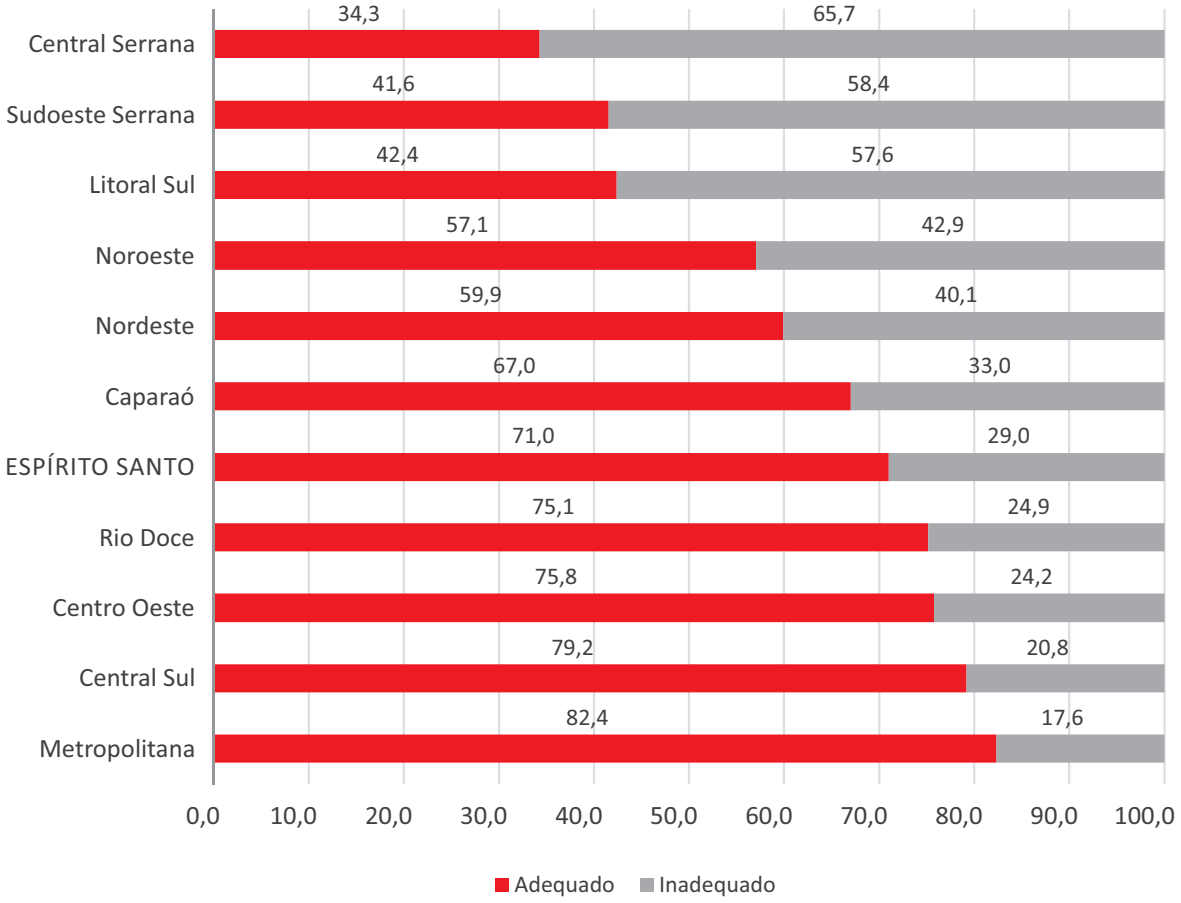
Esgotamento Sanitário

No Espírito Santo, 29,0% das famílias inscritas no Cadastro Único não possuem esgotamento sanitário adequado (Gráfico 23). Nesse aspecto as microrregiões Central Serrana (65,7%), Sudoeste Serrana (58,4%) e Litoral Sul (57,6%) aparecem com elevados índices de inadequação. As microrregiões Noroeste, Nordeste e Caparaó apesar de apresentarem inadequação num patamar mais baixo, também apresentam percentuais de esgotamento inadequado acima da média do estado (42,9%, 40,1%, e 33,0% respectivamente). Em situação de adequação melhor que a média do estado estão as microrregiões Metropolitana (82,4%), Central Sul (79,2%), Centro Oeste (75,8%) eRio Doce (75,1%).

A nível de município (Mapa 12), quinze apresentam inadequação superior a 59,0%.

Gráfico 23

Percentual de famílias que vivem em domicílios com esgotamento sanitário adequado e inadequado Espírito Santo e microrregiões, 2021

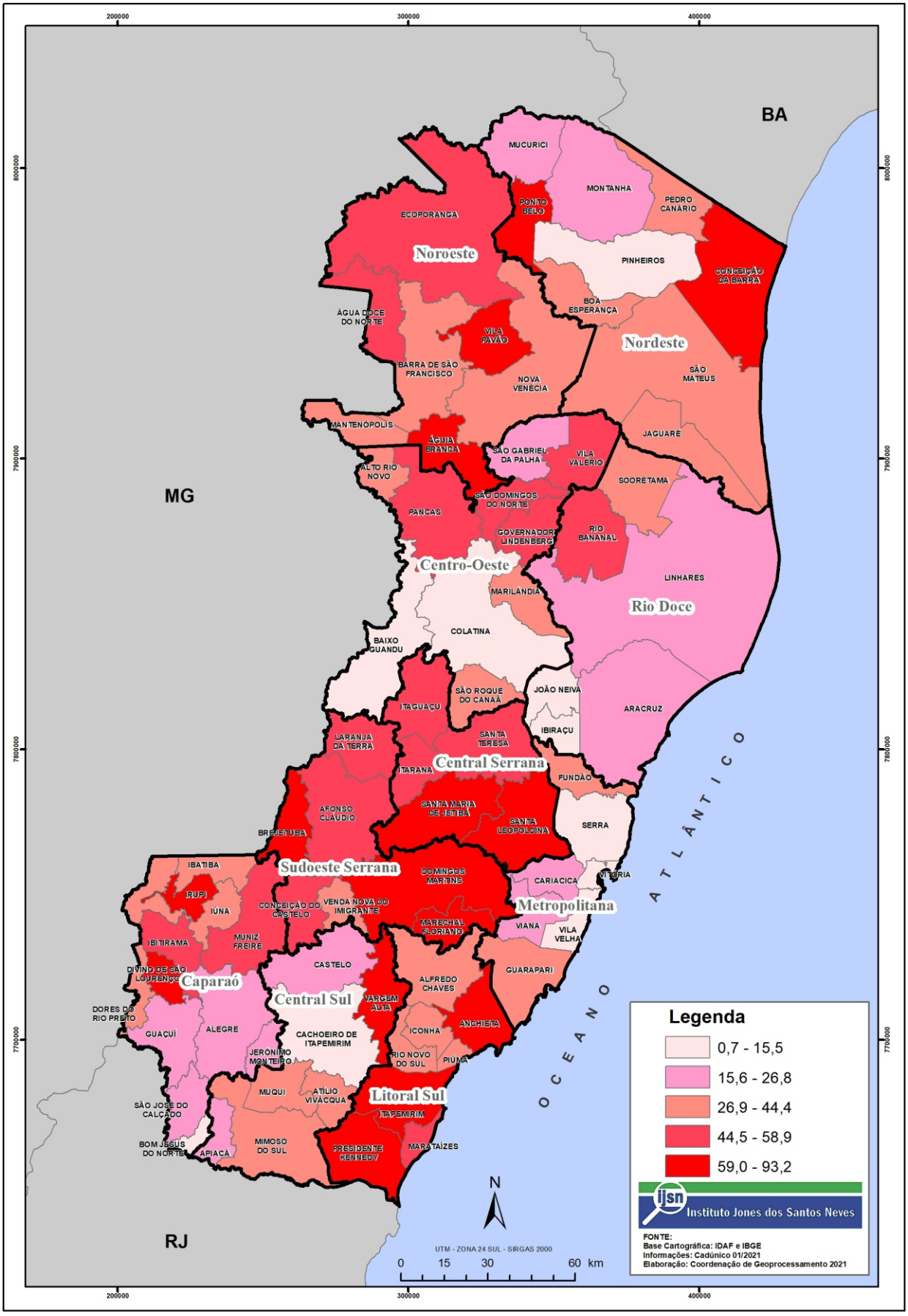


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Esgotamento sanitário inadequado corresponde às categorias: fossa rudimentar, vala a céu aberto, direto para um rio, lago ou mar, outro.

Mapa 12

Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com esgotamento sanitário inadequado, por município - 2021

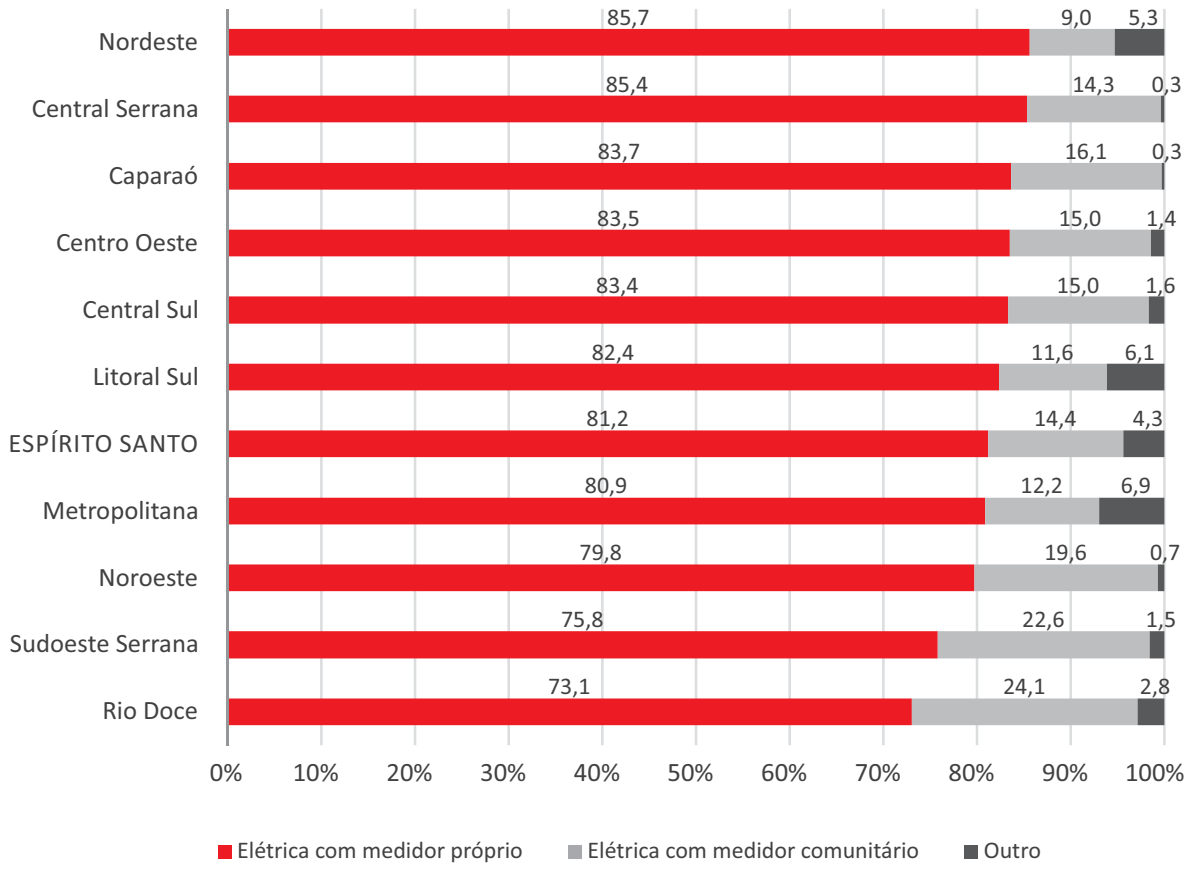


Iluminação

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 24, o acesso à iluminação com energia elétrica apresenta resultados positivos. Somadas as categorias elétricas com medidor próprio e elétrica com medidor comunitário o percentual de acesso do estado é 95,6 e a microrregião com o menor percentual de acesso é a Metropolitana com 93,1. Entretanto, o acesso a esse serviço é feito por medidor comunitário para uma parcela significativa das famílias do estado (14,4%). As microrregiões que apresentam menor percentual de iluminação elétrica com relógio próprio são: Rio Doce (73,1%) e Sudoeste Serrana (75,8%). Por outro lado, as Microrregiões que apresentam maior percentual de iluminação elétrica com relógio próprio são: Nordeste (85,7%), Central Serrana (85,4%) e Caparaó (83,7%). Com medidor comunitário, destacam-se: Rio Doce (24,1%), Sudoeste Serrana (22,6%) e Noroeste (19,6%). Na categoria outro, a microrregião Metropolitana apresenta o percentual mais elevado (6,9%).

Gráfico 24

Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à iluminação elétrica Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

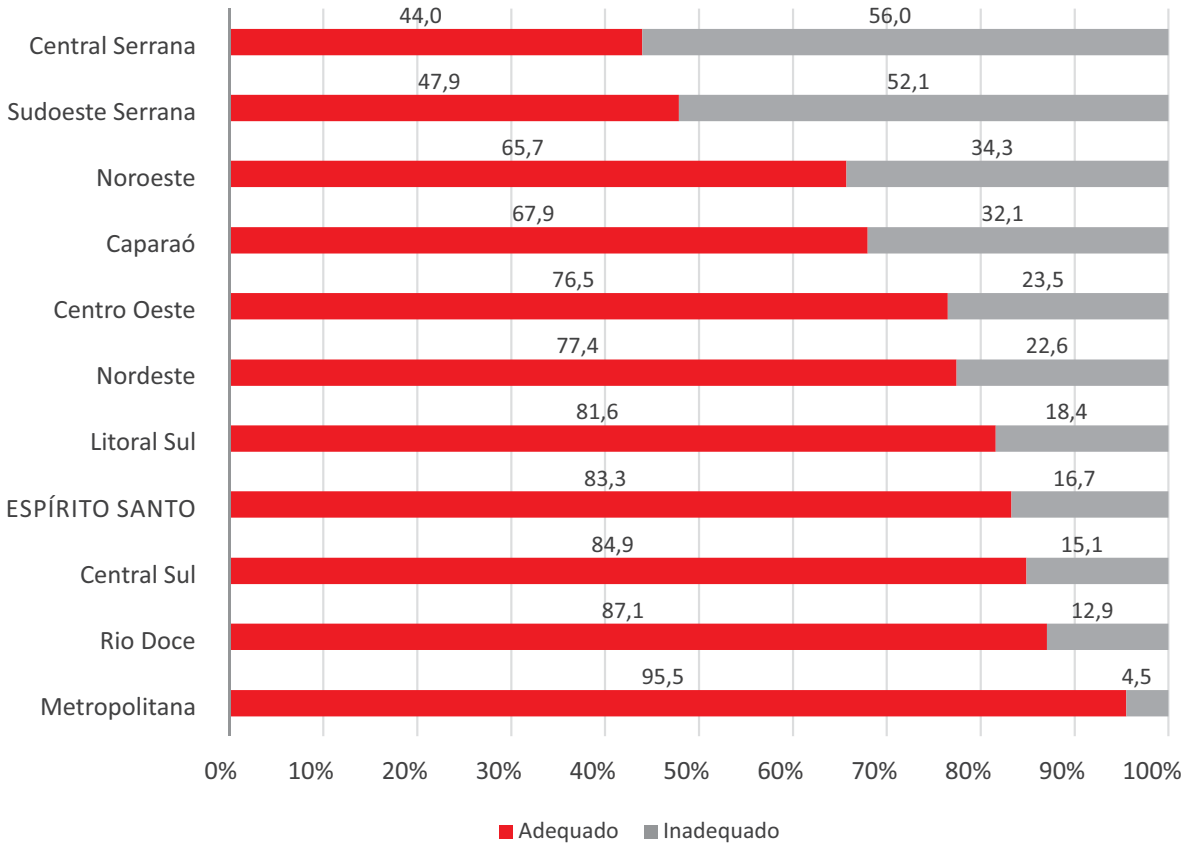
A categoria "Outro" corresponde às categorias: elétrica sem medidor, lampião, vela e outro

Abastecimento de Água

O abastecimento de água adequado é essencial para melhorar as condições de vida da população vulnerável, sobretudo em função do impacto na saúde das famílias nesta condição. O abastecimento adequado de água permanece como uma importante meta, principalmente em algumas microrregiões do Estado. No Espírito Santo 16,7% das famílias cadastradas não possuem abastecimento de água adequado (Gráfico 25). As microrregiões onde há maior percentual de famílias cadastradas com abastecimento de água inadequado, são: Central Serrana (56,0%) e Sudoeste Serrana (52,1%). As microrregiões Noroeste (34,3%) e Caparaó (32,1%) também apresentam percentuais de inadequação acima de 30%. Entre as microrregiões com maiores percentuais de abastecimento adequado estão: Metropolitana (95,5%), Rio Doce (87,1%) e Central Sul (84,9%). A nível de município (Mapa 13), dez apresentam inadequação superior a 55,0%.

Gráfico 25

Percentual de Famílias que vivem em domicílios com abastecimento de água adequado e inadequado - Espírito Santo e microrregiões, 2021

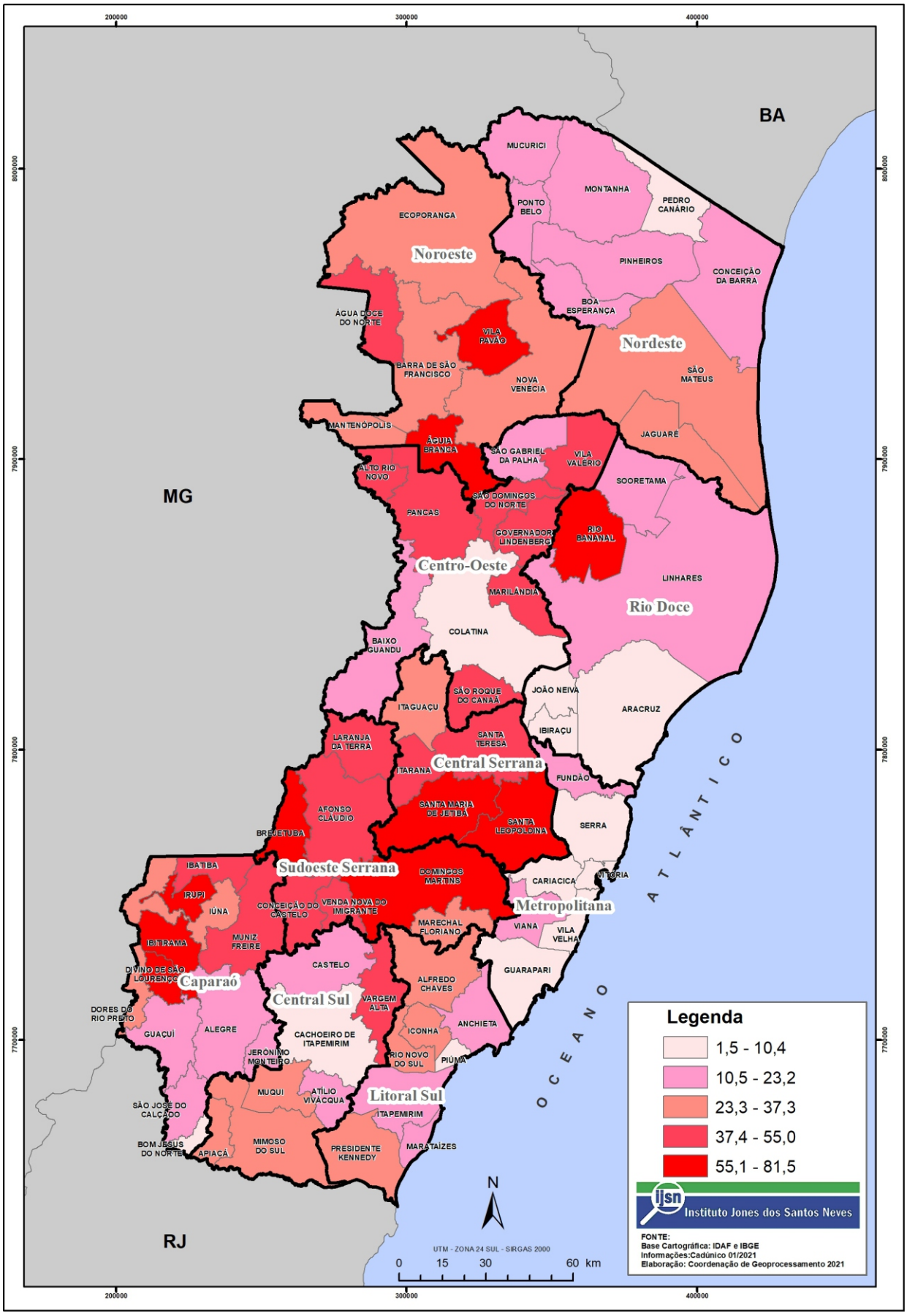


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Abastecimento de água inadequado: poço/nascente, cisterna e outro.

Mapa 13

Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com abastecimento de água inadequado, por município 2021

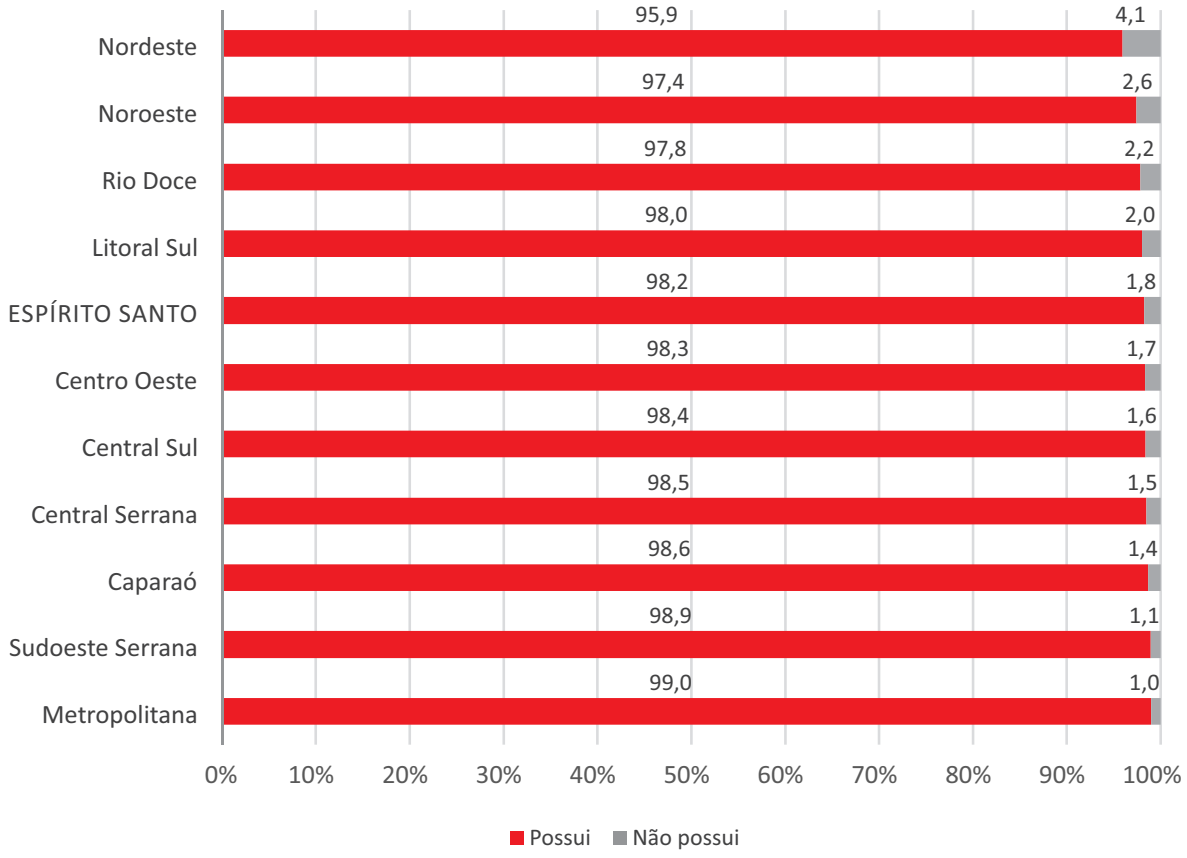


Água Canalizada

No Espírito Santo, 98,2% das famílias com cadastro no CadÚnico vivem em domicílios com água canalizada (Gráfico 26). Todavia, em algumas microrregiões, o percentual de famílias que ainda não possuem água canalizada é alto, face a sua importância para a saúde e bem-estar, como ocorre nas microrregiões Nordeste (4,1%) e Noroeste (2,6%). A Metropolitana e a Sudoeste Serrana apresentam os maiores percentuais de atendimento, com 99,0 e 98,9 respectivamente.

Gráfico 26

Percentual de Famílias que vivem em domicílios com água canalizada Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Março de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

Educação

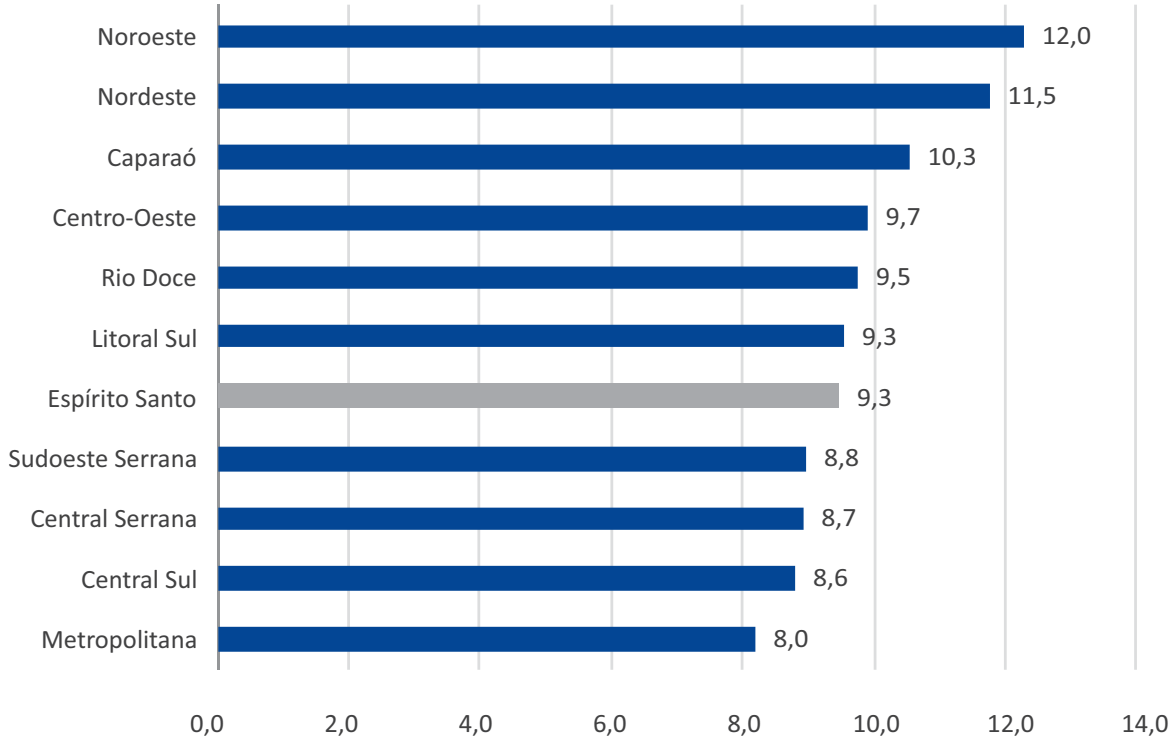
Taxa de Analfabetismo

A erradicação do analfabetismo é a primeira diretriz que orienta o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo: PNE 2014 -2024. Face a importância do problema, sua superação aparece ainda em duas metas do PNE: a meta 5 preconiza alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; a meta 9 propôs elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no Cadastro Único, em 2021, diminuiu 0,3 p.p. de 9,6% em 2019 para 9,3%, ou seja, considerando apenas a população inscrita no CadÚnico, o estado ainda tem um grande desafio para alcançar a metade erradicar o analfabetismo absoluto até 2024 (Gráfico 27). Entretanto, cabe esclarecer que a meta foi estabelecida com base em toda a população. A microrregião Noroeste apresenta a maior taxa (12,0%), a segunda maior taxa foi registrada pela microrregião Nordeste (11,5%). As microrregiões que apresentaram as menores taxas ficando abaixo da taxa do estado foram, Metropolitana (8,0%), Central Sul (8,6%), Central Serrana (8,7%) e Sudoeste Serrana (8,8%).

Gráfico 27

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais inscrita no CadÚnico, Espírito Santo e Microrregiões, 2021

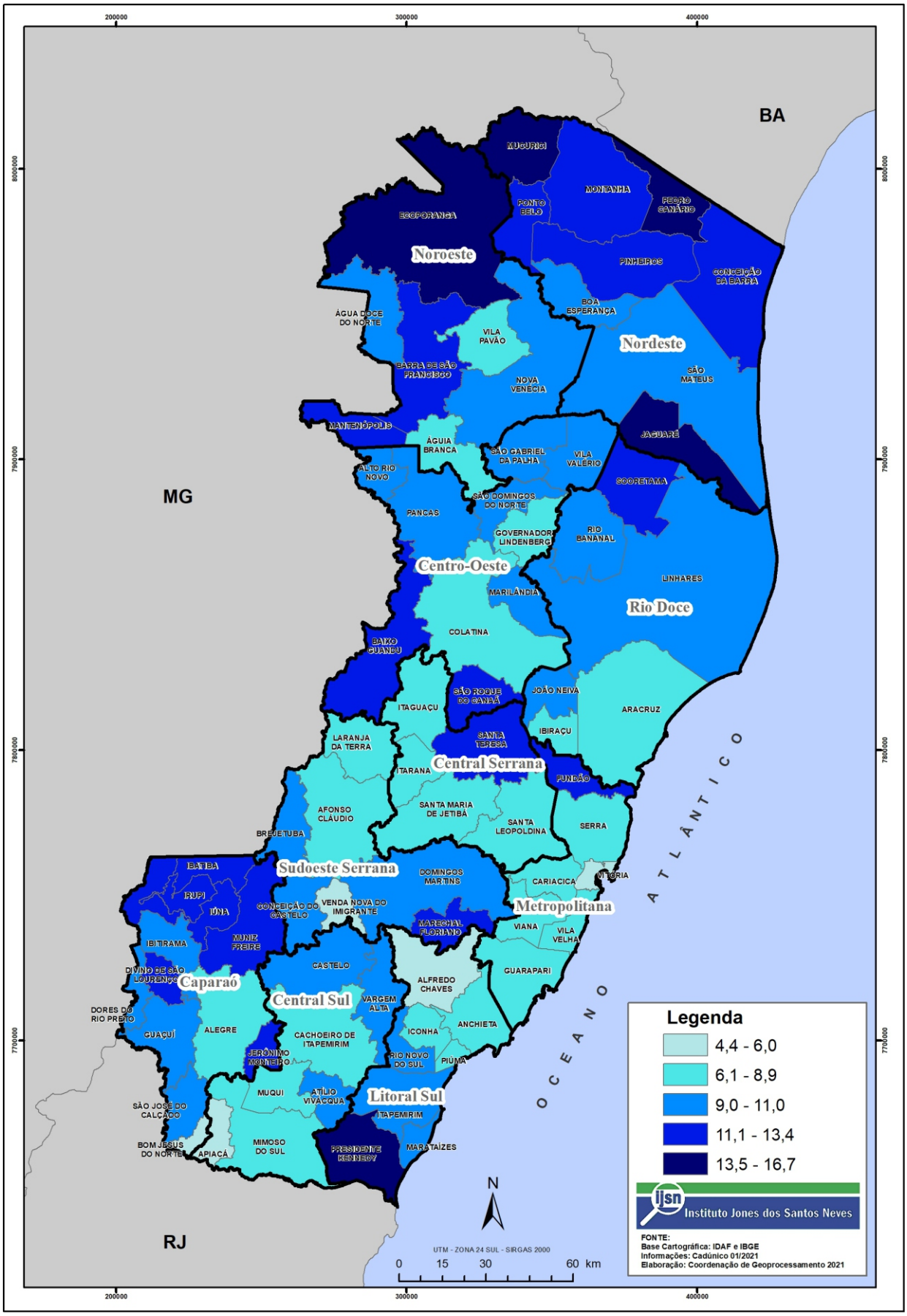


Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme observa-se no Mapa 14, o município que obteve a menor taxa de analfabetismo das pessoas de 15anos ou mais foi Alfredo Chaves (4,4%). Por outro lado, os municípios com as taxas mais elevadas foram Ecoporanga (16,7%), Pedro Canário (15,6%), Presidente Kenedy (14,8%), Jaguaré (14,7%), Mucurici (14,3%).

Mapa 14

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico, por município 2021

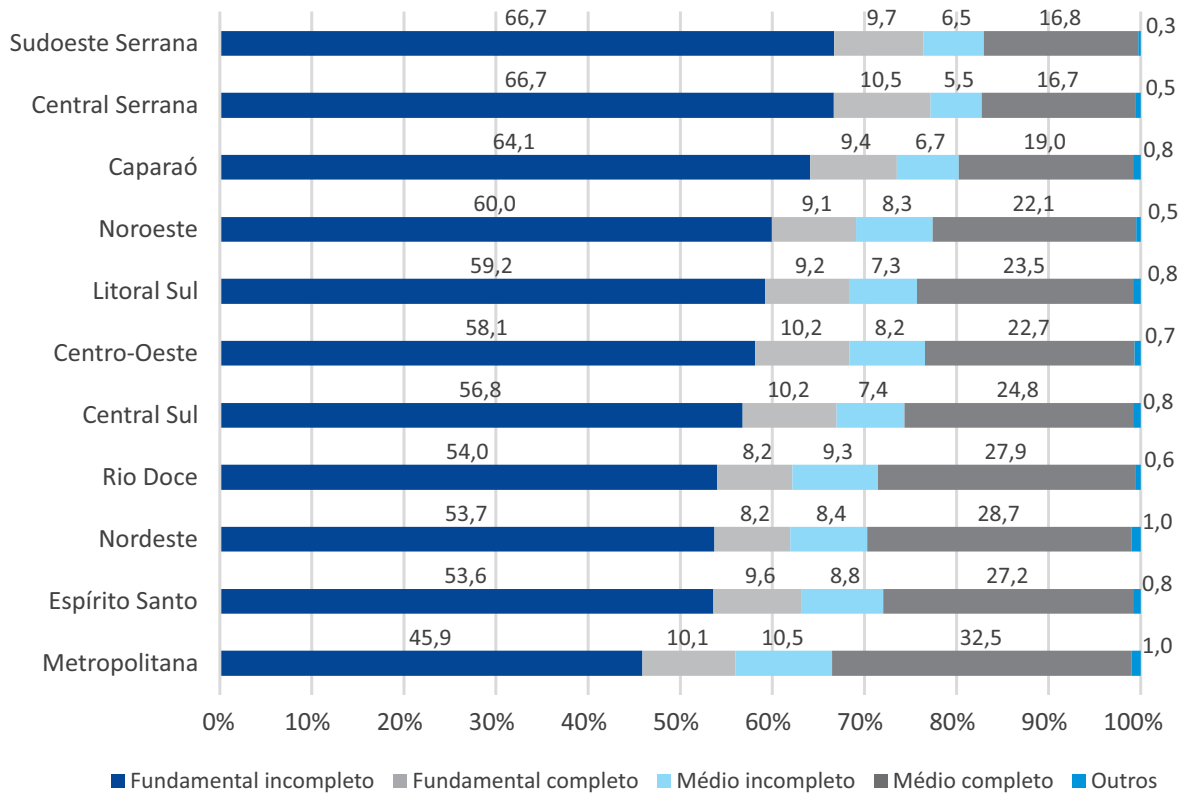


Escolaridade

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 28, mais da metade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico possui apenas o ensino fundamental incompleto (53,6%). No estado, a parcela dessa população inscrita no cadastro com o ensino médio completo, uma escolaridade que permite aos indivíduos acessarem melhores ocupações no mercado de trabalho, é de 27,2%. Entre as microrregiões, a Metropolitana apresenta a situação menos desfavorável, com 32,5% da população de 25 anos ou mais com o ensino médio completo, 10,1% com o fundamental completo e45,9% com o fundamental incompleto. Por outro lado, nas microrregiões Sudoeste Serrana e Central Serrana reside a população inscrita no Cadastro Único com a escolaridade mais baixa, onde 66,7% possuem o fundamental incompleto e respectivamente 16,8 e 16,7 possuem o médio completo. Números próximos foram observados na microrregião Caparaó, onde 64,1%não completaram o ensino fundamental 19,0% concluíram o ensino médio.

Gráfico 28

Escolaridade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico
Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Nota: A categoria Fundamental completo correspondia até o ano de 2006 a 8 anos de estudo, médio completo correspondia a 11 anos de estudo, atualmente essas categorias correspondem respectivamente a 9 e 12 anos de estudo. A categoria outros inclui os itens superior incompleto, superior completo, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

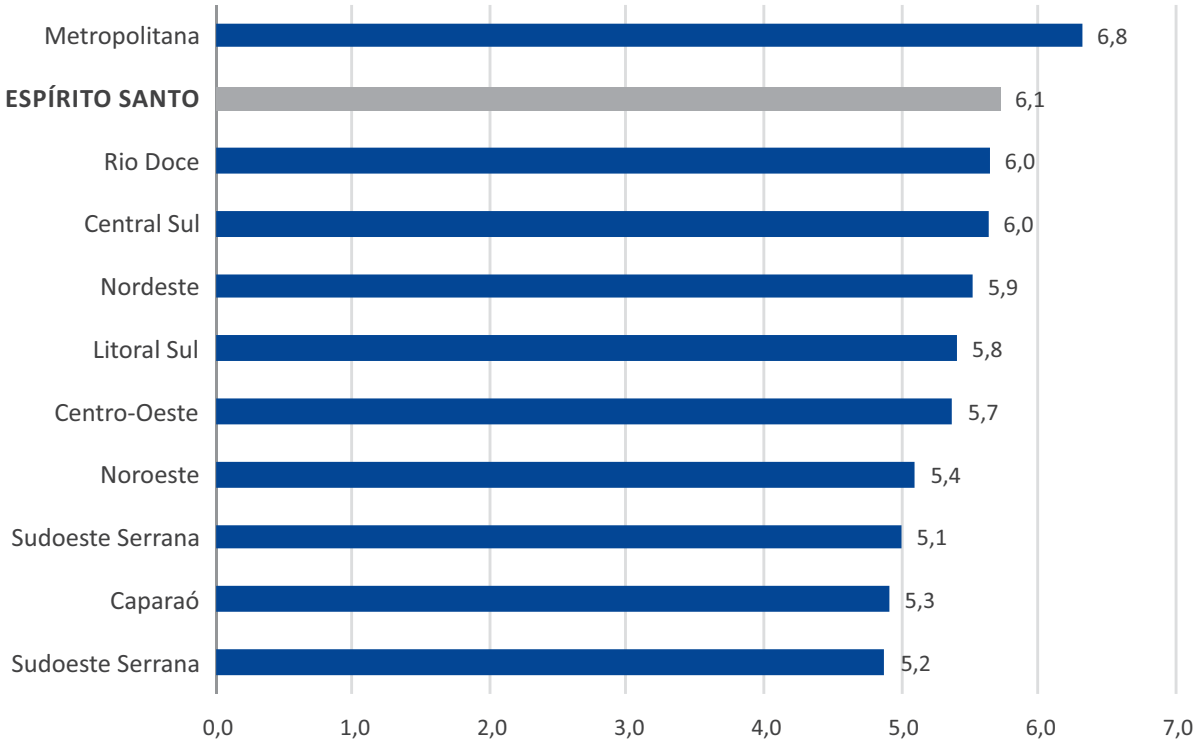
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais

A população do estado de 25 anos ou mais inscrita no Cadastro Único estudou em média apenas 6,1 anos, ou seja, essa população não possui anos de estudo suficientes para concluir sequer o ensino fundamental (Gráfico 29). No geral, os números apresentados são baixos em todas as microrregiões. A microrregião que apresenta a maior média de anos de estudo é a Metropolitana (6,8) e as menores são Sudoeste Serrana (5,2) e Caparaó (5,3).

O Mapa 15 descreve a média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais por município. Vitória (7,5), Vila Velha (7,1), Bom Jesus do Norte (6,7), Serra (6,6), e Ibiraçu (6,6) registraram as maiores médias entre os municípios do estado. Os municípios com as menores médias de anos de estudo foram: Ibatiba (4,4), Divino de São Lourenço (4,4), Irupi (4,5),Iúna (4,5%), Vila Valério (4,6), Brejetuba (4,6),Mantenópolis (4,7).

Gráfico 29

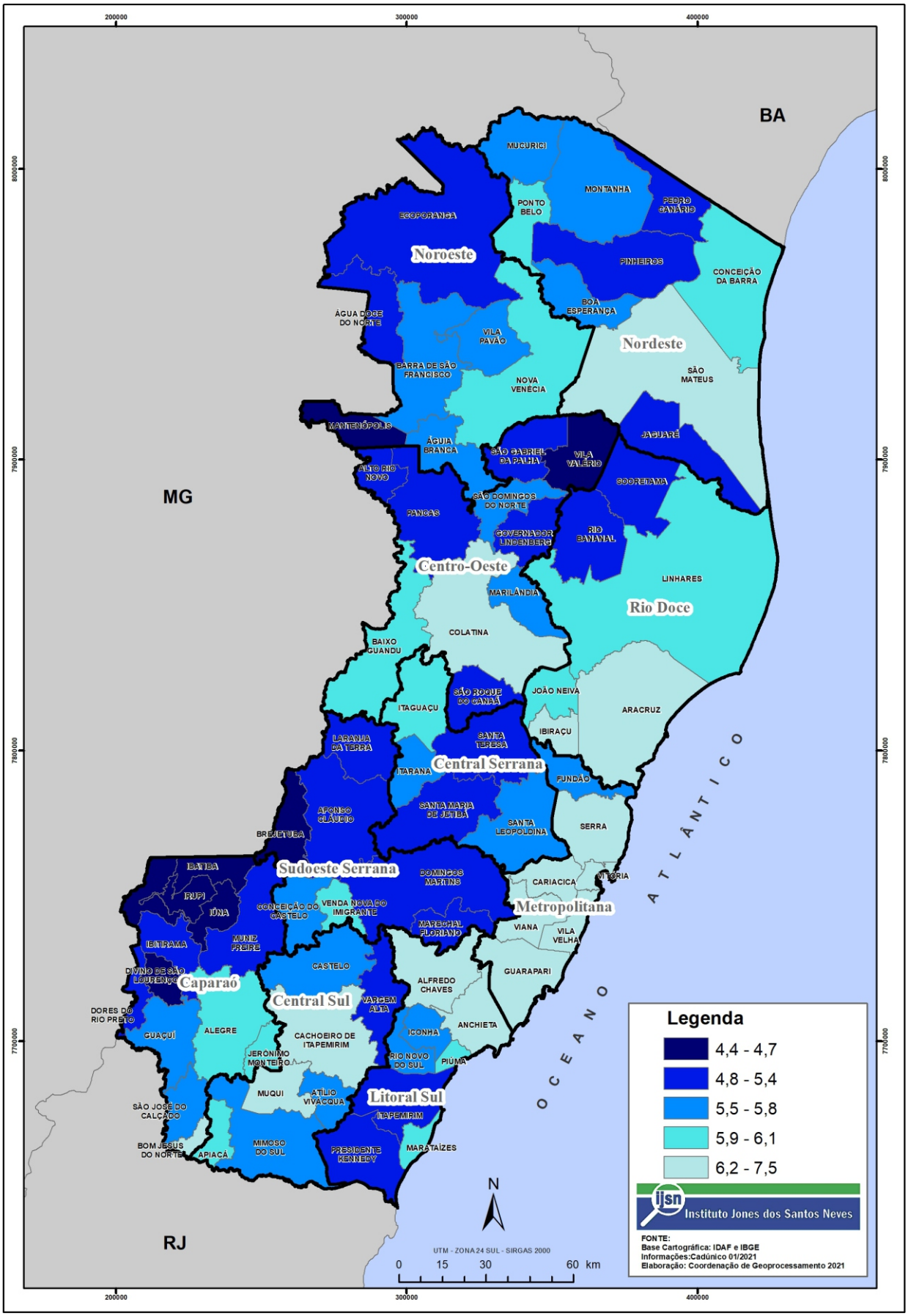
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico Espírito Santo e microrregiões, 2019



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 15

Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, por município - 2021



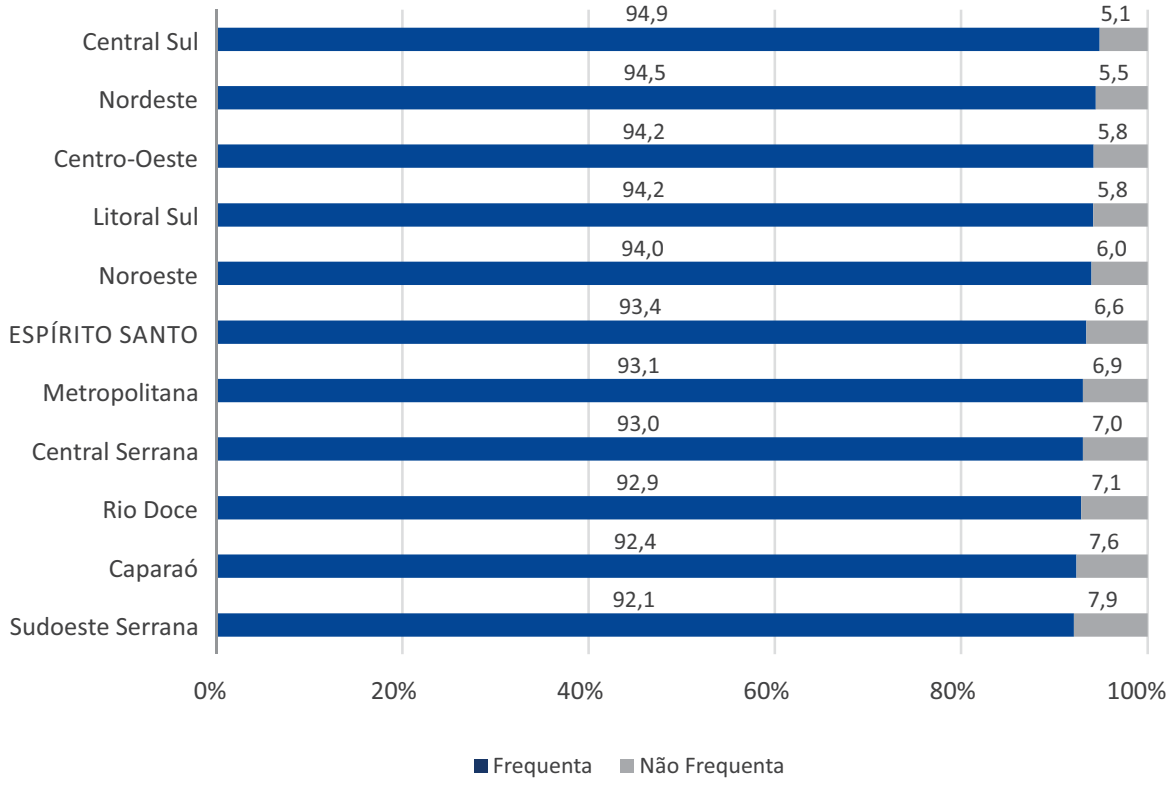
Frequência escolar (4 a 17 anos)

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 30, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico com idade entre 4 e 17 anos que frequenta a escola é de 93,4%. Em todas as microrregiões do estado mais de 92% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão matriculadas na escola. Entretanto, considerando a obrigatoriedade da educação nessa faixa, o percentual de pessoas que não frequenta a escola permanece desafiador. No estado 6,6% das crianças e adolescentes nessa faixa etária estão fora da escola, na microrregião Metropolitana são 6,9%. O pior cenário ocorre nas microrregiões Sudoeste Serrana e Caparaó, onde respectivamente 7,9% e 7,6% das pessoas em idade escolar estão fora da escola.

O Mapa 16 descreve o percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que não frequenta a escola, por município. Vargem Alta (2,7%), Rio Novo do Sul (2,8%) e Bom Jesus do Norte (3,4%) foram os três municípios do estado que registraram os menores percentuais de pessoas fora da escola. Os municípios com os percentuais mais elevados foram: Brejetuba (15,0%) apresentou o percentual mais elevado, Guaçuí (10,4%) e Rio Bananal (10,3%) apresentaram percentuais superiores a 10%.

Gráfico 30

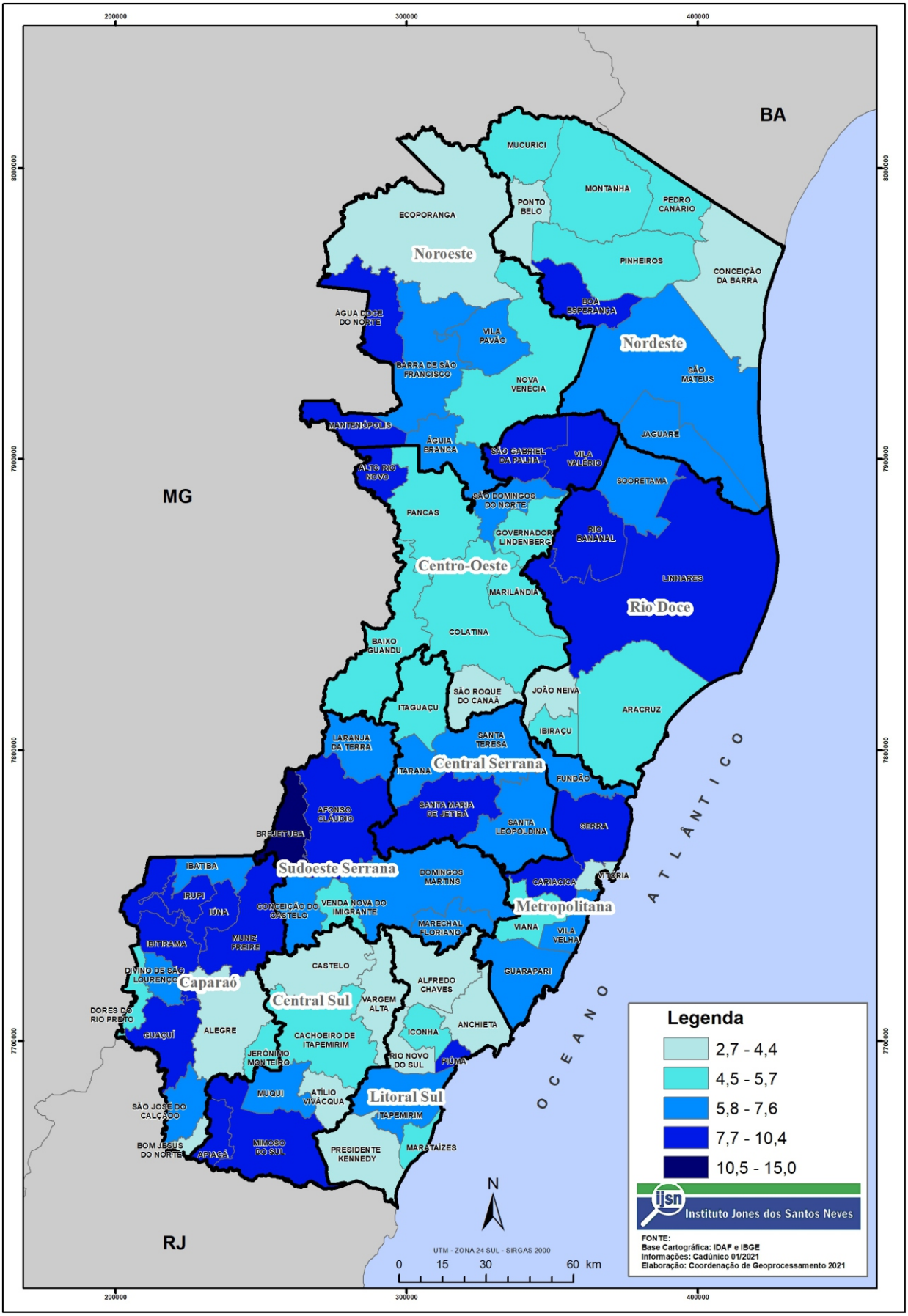
Percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que frequenta a escola Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 16

Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola, por município - 2021



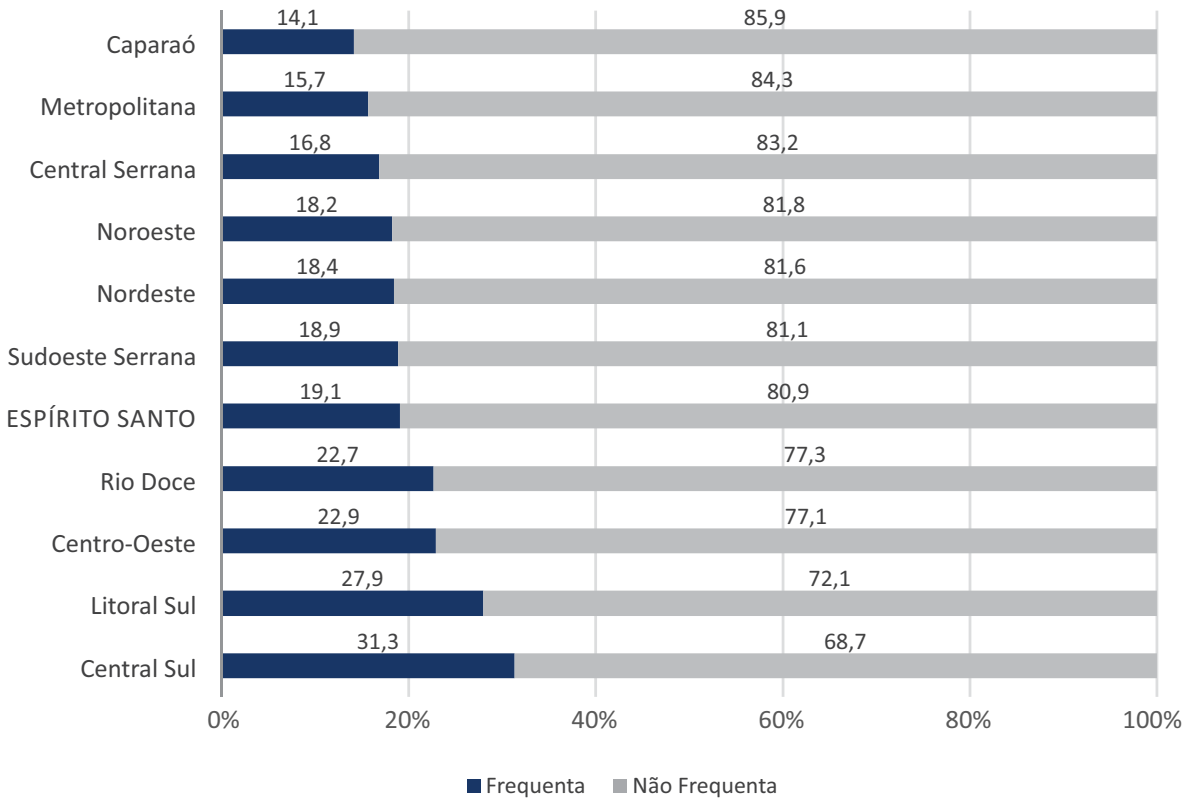
Educação infantil (0 a 3 anos)

No Espírito Santo, 80,9% das crianças inscritas no Cadastro Único com idade até 3 anos não frequenta a escola ou creche (Gráfico 31). Os números são desafiadores em todas as microrregiões. Na microrregião Caparaó, 85,9% das crianças até 3 anos não frequentam a escola ou creche, enquanto, 14,1% deste grupo etário possui acesso à escola. A realidade da microrregião Metropolitana é mais desafiadora, considerando o maior número de crianças cadastradas nessa microrregião, onde 84,3% das crianças até 3 anos estão fora da escola ou creche. A microrregião com a situação menos desfavorável é a Central Sul, onde 78,7% das crianças não frequentam escola ou creche.

Os dados demonstram a dimensão do desafio de incluir as crianças nessa faixa etária nas creches ou escolas. Desafio assumido pela sociedade brasileira conforme registrado na meta 1 do PNE e do PEE que estabelece: ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da sua vigência. Destaca-se que o acesso à escola para a faixa etária de 0 a 3 anos não é obrigatório.

Gráfico 31

Proporção de crianças de 0 e 3 anos inscritas no CadÚnico que frequentam escola ou creche Espírito Santo e microrregiões, 2021



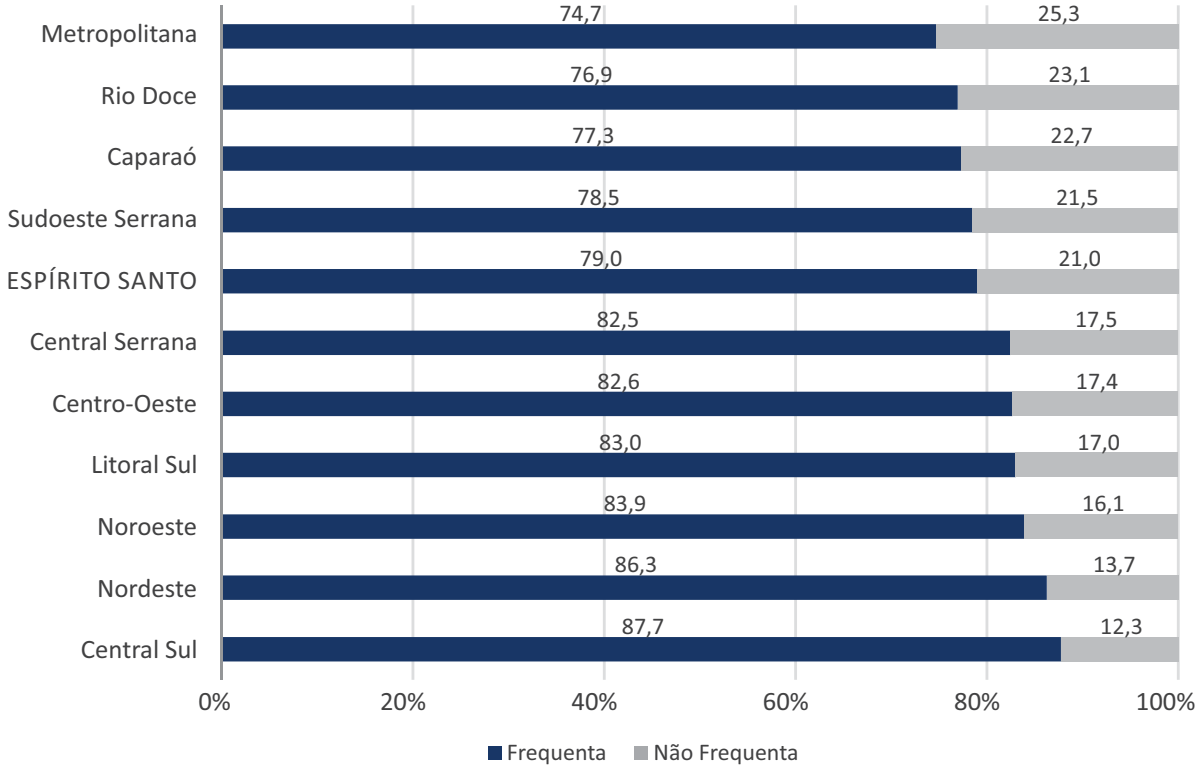
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Educação infantil (4 e 5 anos)

No Espírito Santo, 79,0% das crianças de 4 e 5 anos inscritas no Cadastro Único frequentam a escola (Gráfico 32). A microrregião Central Sul aparece com o percentual mais elevado de frequência das crianças nessa idade (87,7%). As microrregiões Metropolitana e Rio Doce aparecem com os percentuais mais elevados de crianças nessa faixa etária que não frequenta a escola (25,3 e 23,1%, respectivamente). Esse cenário exige atenção, uma vez que a matrícula das crianças na escola é obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Cabe destacar que a meta 1 do PNE estabelece universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, eos dados do Cadastro único de 2021 demonstram que essa realidade permanece distante de ser alcançada.

Gráfico 32

Percentual de crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico que frequentam a escola, Espírito Santo e microrregiões - 2021



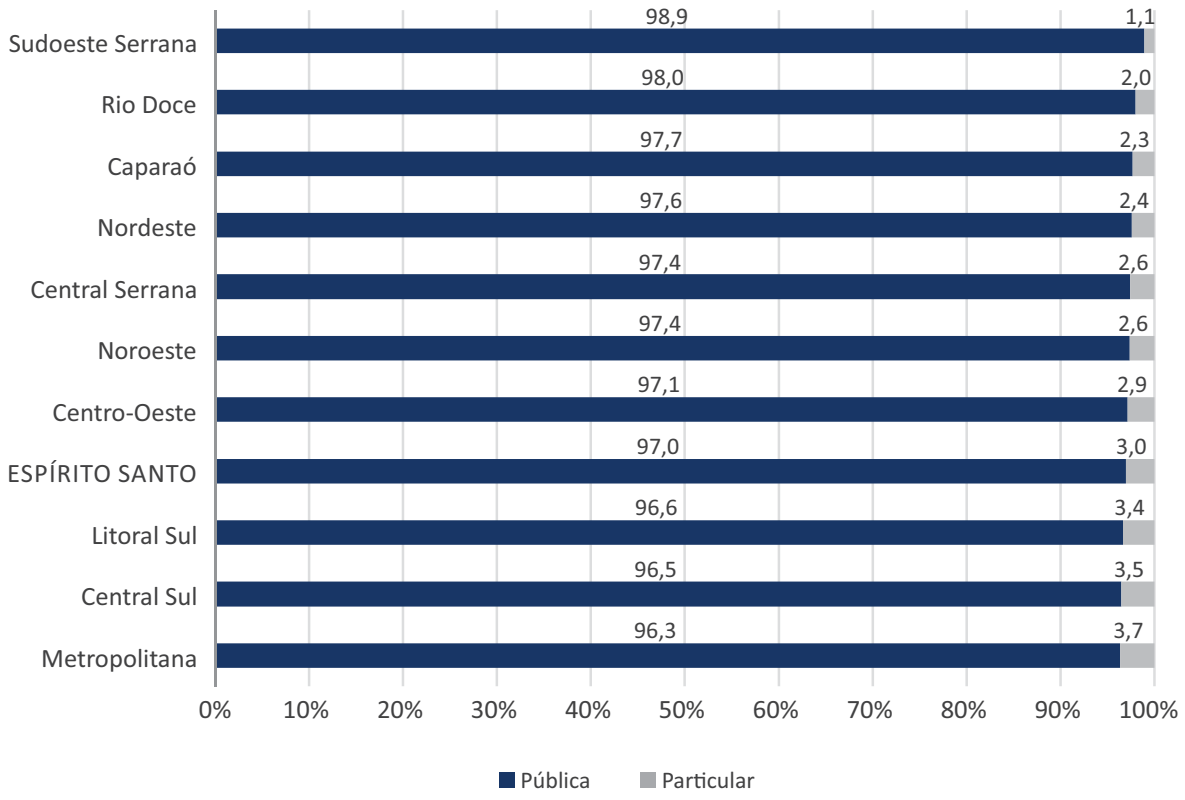
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Rede escolar

Dentre os indivíduos inscritos que frequentam a escola, a maioria estuda na rede pública (Gráfico 33). No estado do Espírito Santo, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que frequenta a escola pública é 97,0%. Em todas as microrregiões o percentual de estudantes que frequentam escola pública é superior a 96%. Na microrregião Sudoeste Serrana, o percentual de estudantes da rede pública alcança 98,9%. O menor percentual de estudantes que frequentam escola pública foi registrado da microrregião Metropolitana. A categoria pública inclui as redes municipais, estadual e federal.

Gráfico 33

Frequência escolar da população, por tipo de rede escolar, Espírito Santo e microrregiões - 2021



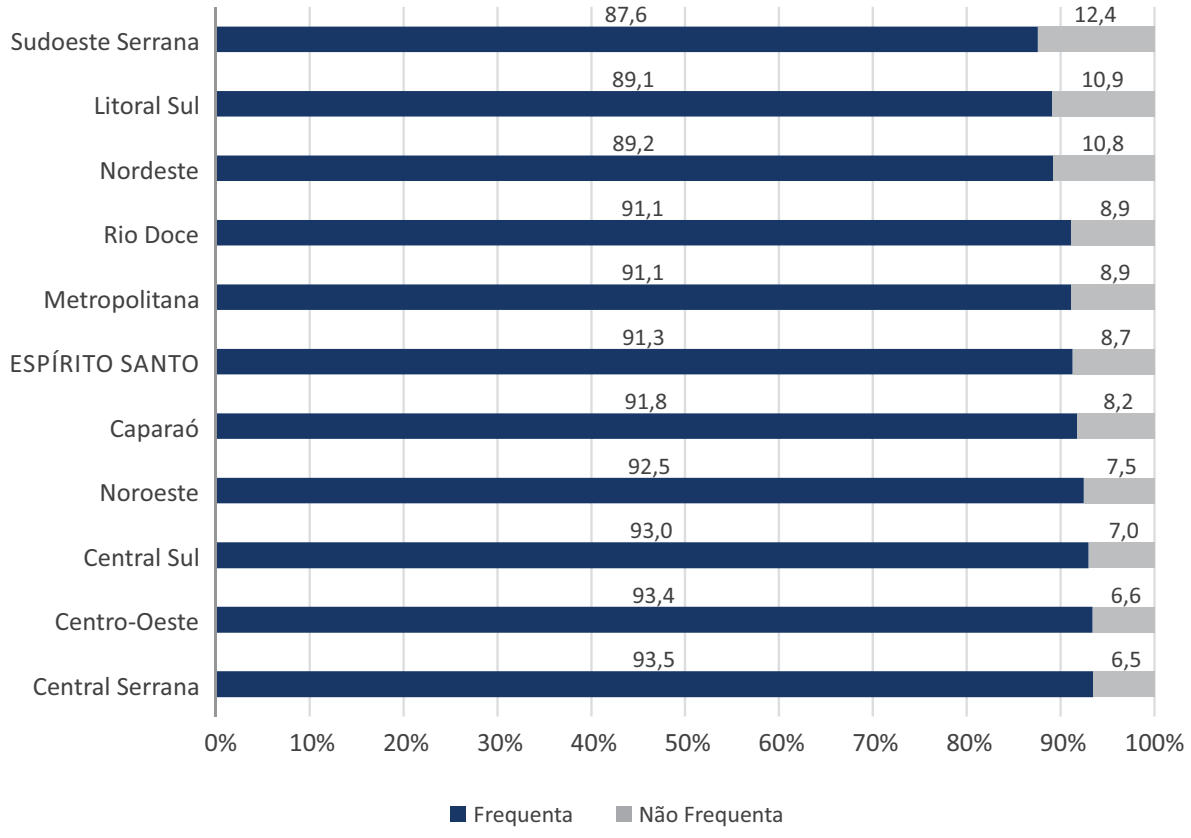
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Educação inclusiva

No Espírito Santo, o percentual de pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico e idade de 4 a 17 anos que frequenta a escola é de 91,3% (Gráfico 34). Entre pessoas dessa faixa etária, independente da condição de deficiência, o percentual é de 93,4%, uma diferença de 2,1 pontos percentuais. Os piores cenários aparecem nas microrregiões Sudoeste Serrana (12,4%), Litoral Sul (10,9%) e Nordeste (10,8%).

Gráfico 34

Proporção de pessoas de 4 a 17 anos com deficiência inscritas no CadÚnico que frequenta a escola, Espírito Santo e microrregiões - 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

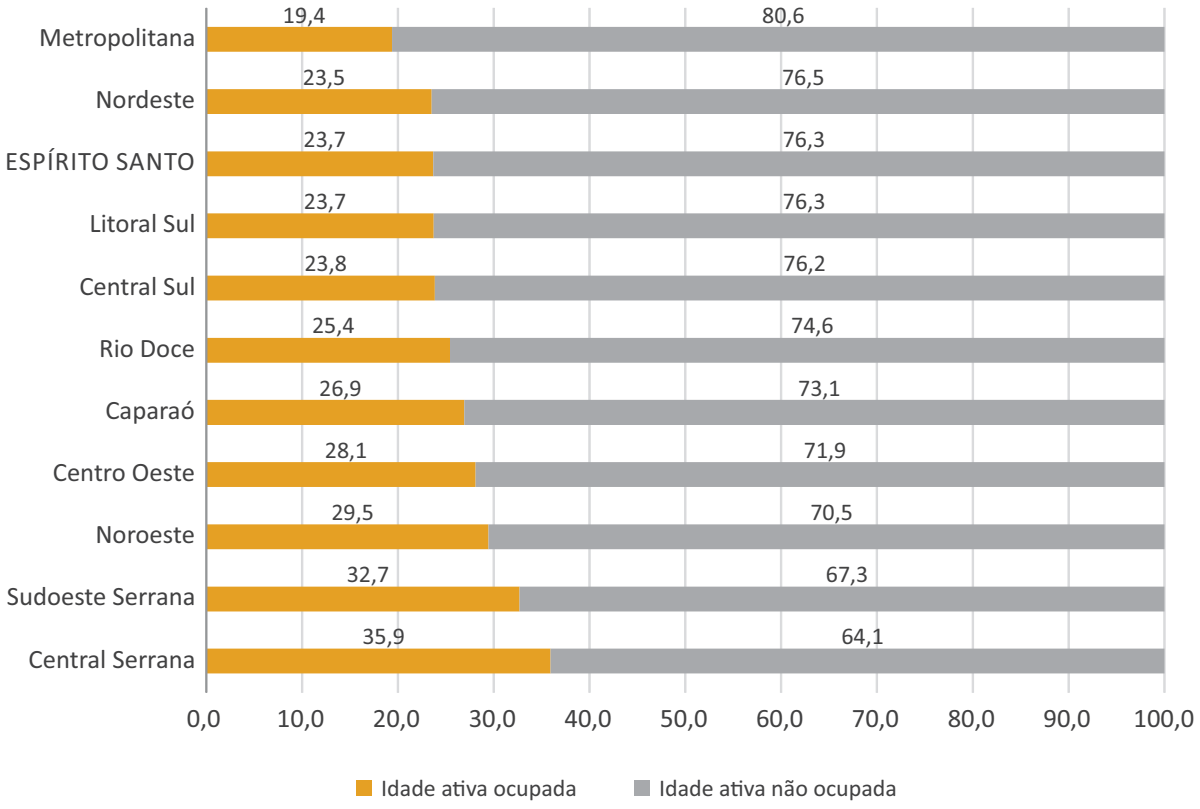
Mercado de Trabalho

População em idade ativa (PIA)

No Espírito Santo, 23,7% das pessoas com cadastro atualizado no CadÚnico e que possuíam 14 anos ou mais de idade (população em idade ativa - PIA), estavam ocupadas (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro) (Gráfico 35). Esse resultado mostra que a grande maioria da PIA encontrava-se desocupada. A distribuição microrregional mostra que os menores valores da PIA ocupada ocorrem nas microrregiões Metropolitana (19,4%) e Nordeste (23,5%) e os maiores valores na Sudoeste Serrana (32,7%) e Central Serrana (35,9%). A análise por município (Mapa 17) mostra que Ponto Belo é o município que tem a menor inserção da PIA no mercado de trabalho (14,4%) enquanto Itarana é o município com maior inserção da PIA (46,2%).

Gráfico 35

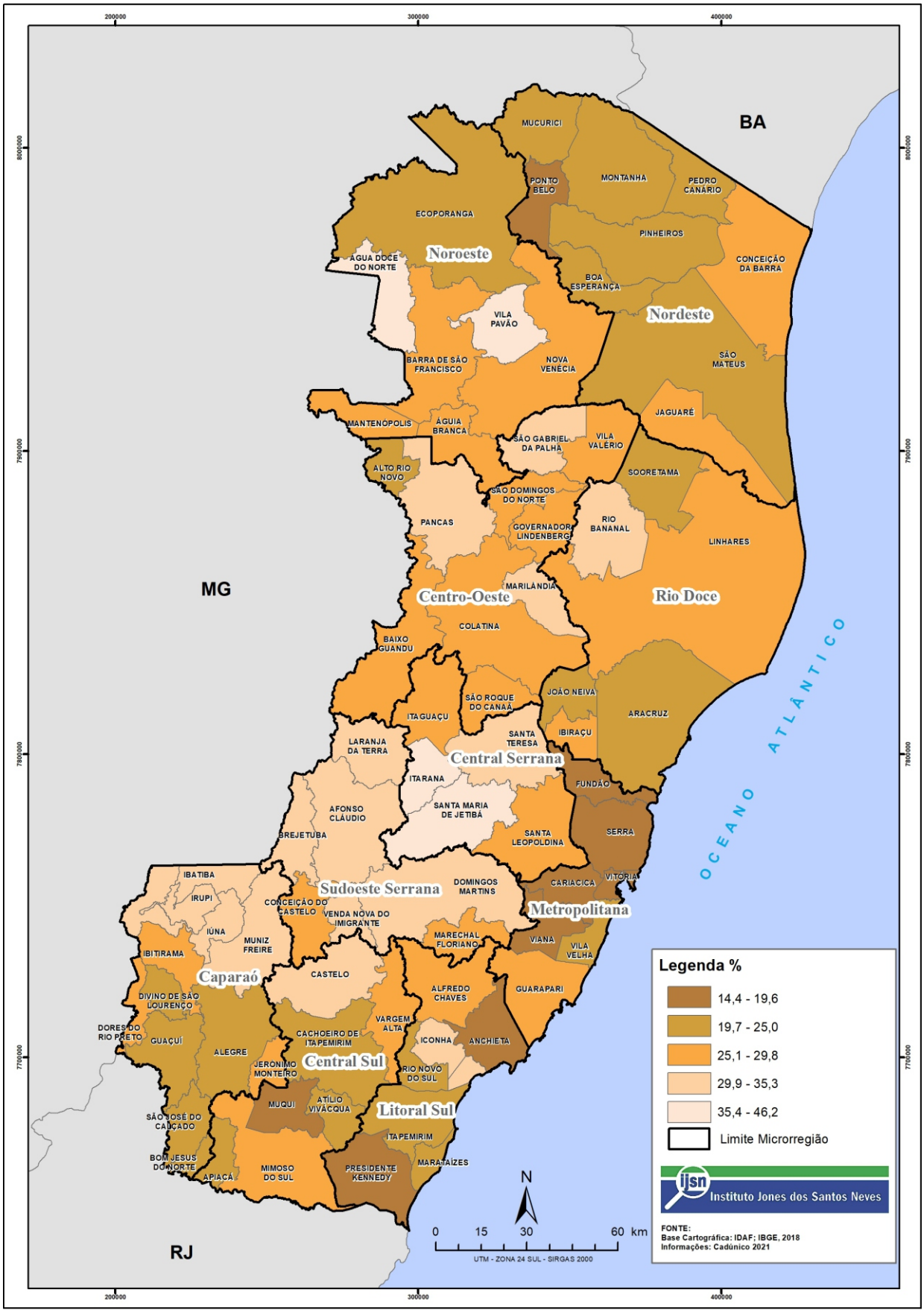
População em idade ativa (pessoas a partir dos 14 anos) ocupadas e não ocupadas, Espírito Santo e microrregiões - 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 17

Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade), por município - 2021

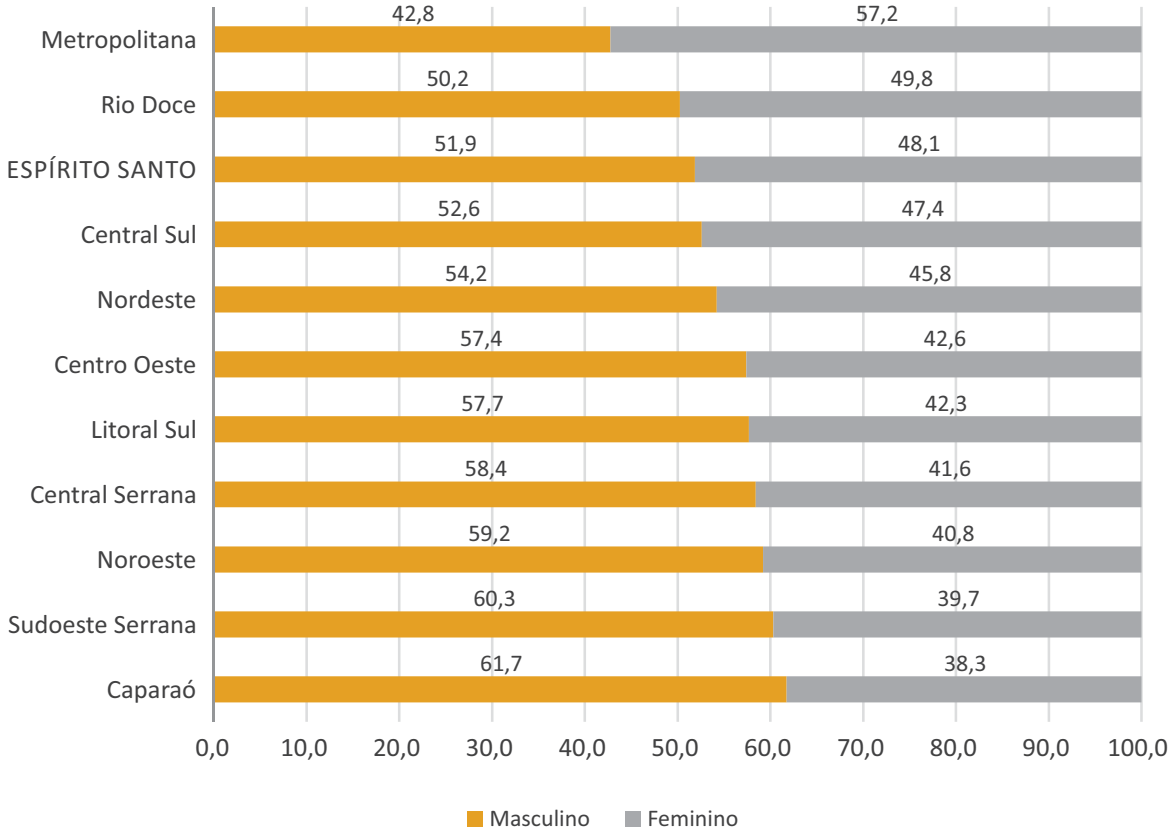


Distribuição da população em idade ativa ocupada, por sexo

A distribuição dos ocupados com 14 anos ou mais de idade (PIA ocupada), mostra que no Espírito Santo, 51,9% são do sexo masculino e 48,1% do sexo feminino (Gráfico 36). A maior participação do sexo masculino é verificada em todas as microrregiões (com exceção da microrregião Metropolitana onde a maioria é do sexo feminino). A microrregião do Caparaó é a que apresenta a maior participação de homens (61,7%), seguida da Sudoeste Serrana (60,3%) e Noroeste (59,2%). As maiores participações femininas estão nas microrregiões Metropolitana (57,2%), Rio Doce (49,8%) e Central Sul (47,4%).

Gráfico 36

Distribuição da PIA ocupada por sexo - Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

População em idade ativa ocupada por setor formal e informal

A condição da ocupação revela altos percentuais de informalidade em todas as microrregiões. No estado a informalidade alcançou 68,8% da PIA ocupada (Gráfico 37). Em relação às microrregiões, as maiores taxas foram verificadas na Sudoeste Serrana (80,8%), Central Serrana (79,1%), Noroeste (78,4%), Caparaó (77,8%) e Litoral Sul (75,9%). A microrregião Rio Doce apresentou a maior taxa de ocupados formais (38,0%). Em relação ao período pré-pandemia a microrregião Centro Oeste (taxa de informalidade de 69% em 2019) passou a apresentar uma taxa superior à média do Espírito Santo, aumentando para seis o número de microrregiões com taxa superior à estadual. Em 2019 eram cinco nessa situação. A nível de município (Mapa 18) os maiores percentuais de ocupados informais ocorreram em Brejetuba (93,8%), Agua Doce do Norte (93,0%), Ibatiba (90,9%), Mantenópolis (89,5%) e Irupi (89,2%). Em Ibiraçu, João Neiva e Vitória estão as maiores participações formais (53,1%, 52,0% e 51,4% respectivamente).

Gráfico 37

PIA ocupada por setor formal e informal - Espírito Santo e microrregiões, 2019

Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

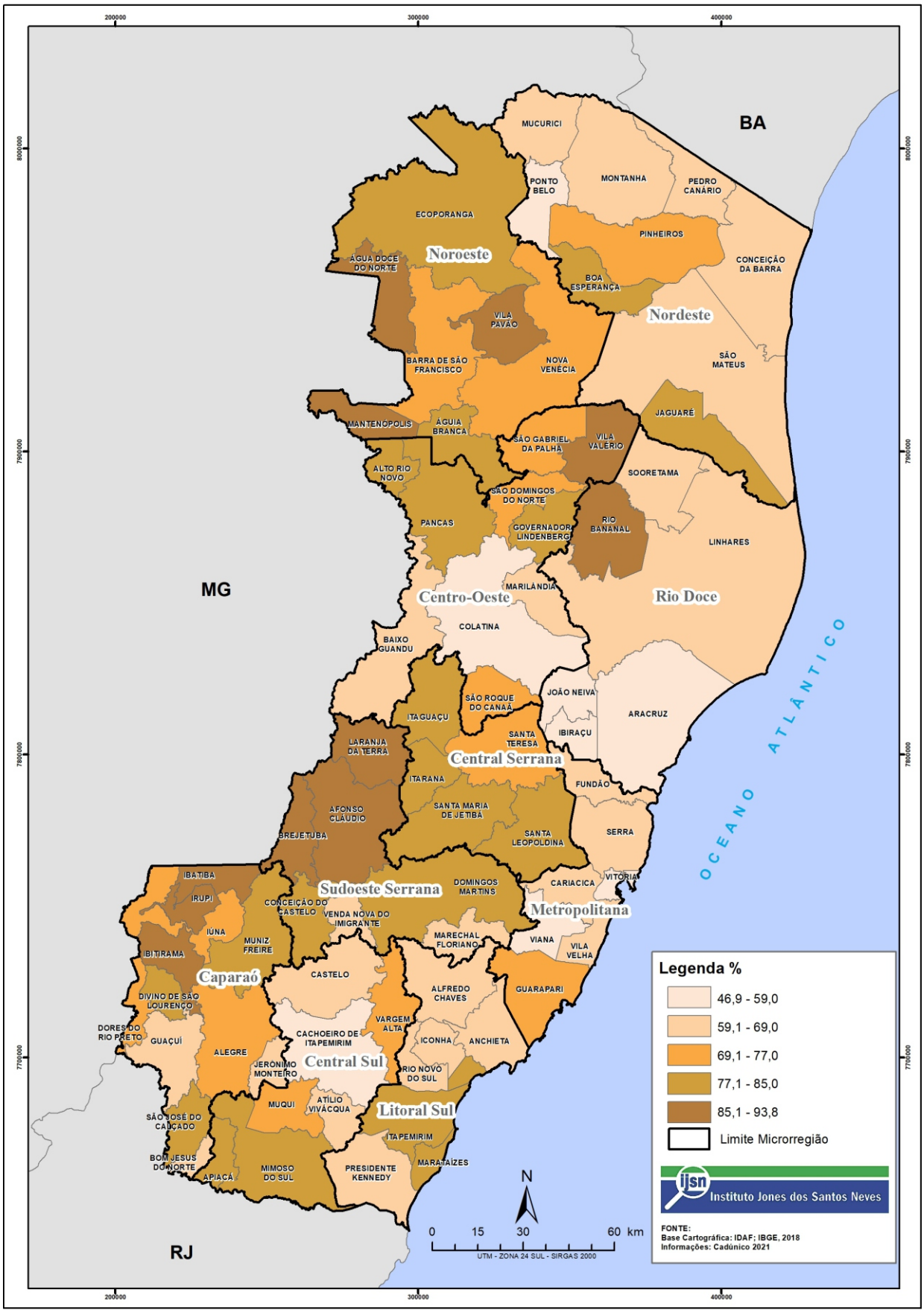
A classificação formal/informal agrupou as categorias de posição na ocupação conforme segue:

. Formal: Empregados com carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, Militar ou Servidor Público, Empregador, Estagiário/Aprendiz

. Informal: Trabalhador por conta própria (bico/autônomo), Trabalhador temporário em área rural, Empregado sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador não-remunerado.

Mapa 18

Percentual da PIA inscrita no CadÚnico com ocupação informal, por município - 2021

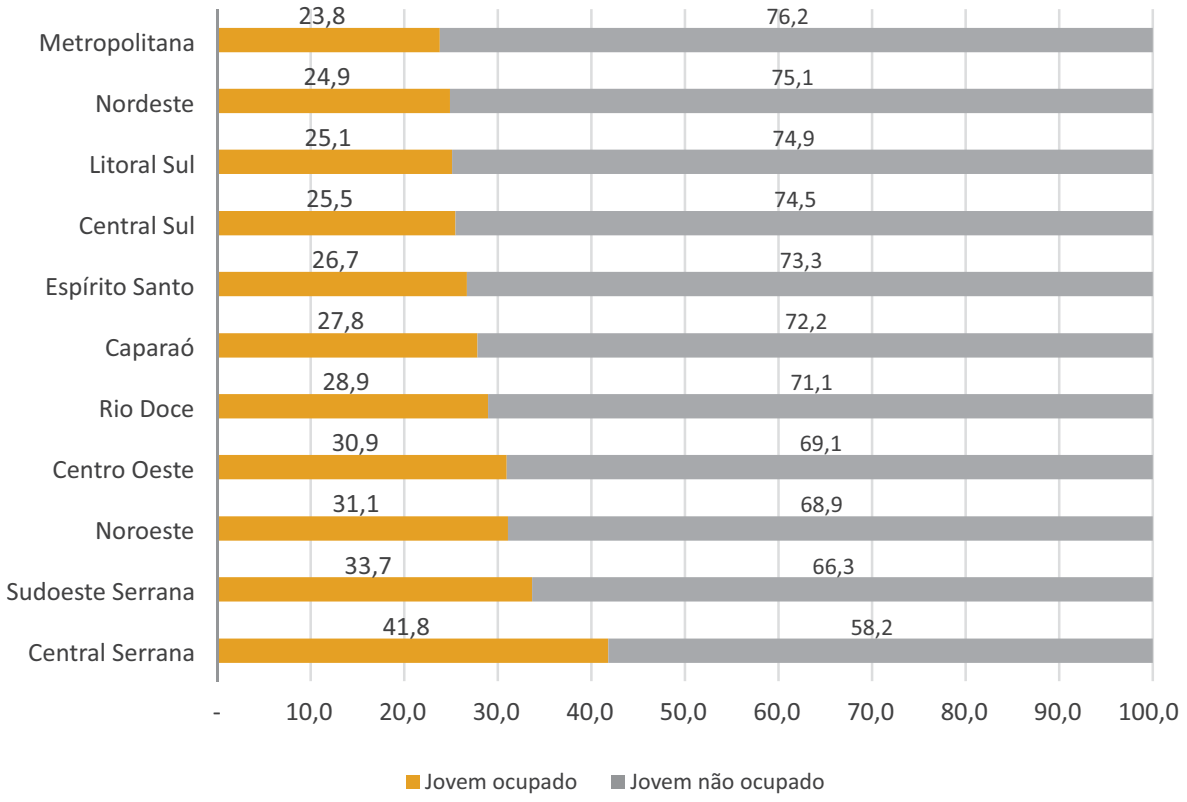


Situação dos jovens no mercado de trabalho

No Espírito Santo, 26,7% dos jovens com cadastro atualizado no CadÚnico e que possuíam entre 15 e 29 anos de idade, estavam ocupados (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro). Esse resultado mostra que a grande maioria dos jovens se encontrava desocupada (Gráfico 38). As maiores ocupações estão nas microrregiões Central Serrana (41,8%), Sudoeste Serrana (33,7%) e Noroeste (31,1%). Por outro lado, as maiores desocupações estão nas microrregiões Metropolitana (76,2%), Nordeste (75,1%) e Litoral Sul (74,9%). Em relação ao último documento publicado, a situação dos jovens no mercado de trabalho apresentou piora. Em 2019 27,3% dos jovens no Espírito Santo encontravam-se ocupados, 0,6 pontos percentuais inferior ao atual valor. Todas as microrregiões também apresentam queda na ocupação, com exceção da microrregião Central Serrana, que apresentou aumento.

Gráfico 38

Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos - Espírito Santo e microrregiões, 2021



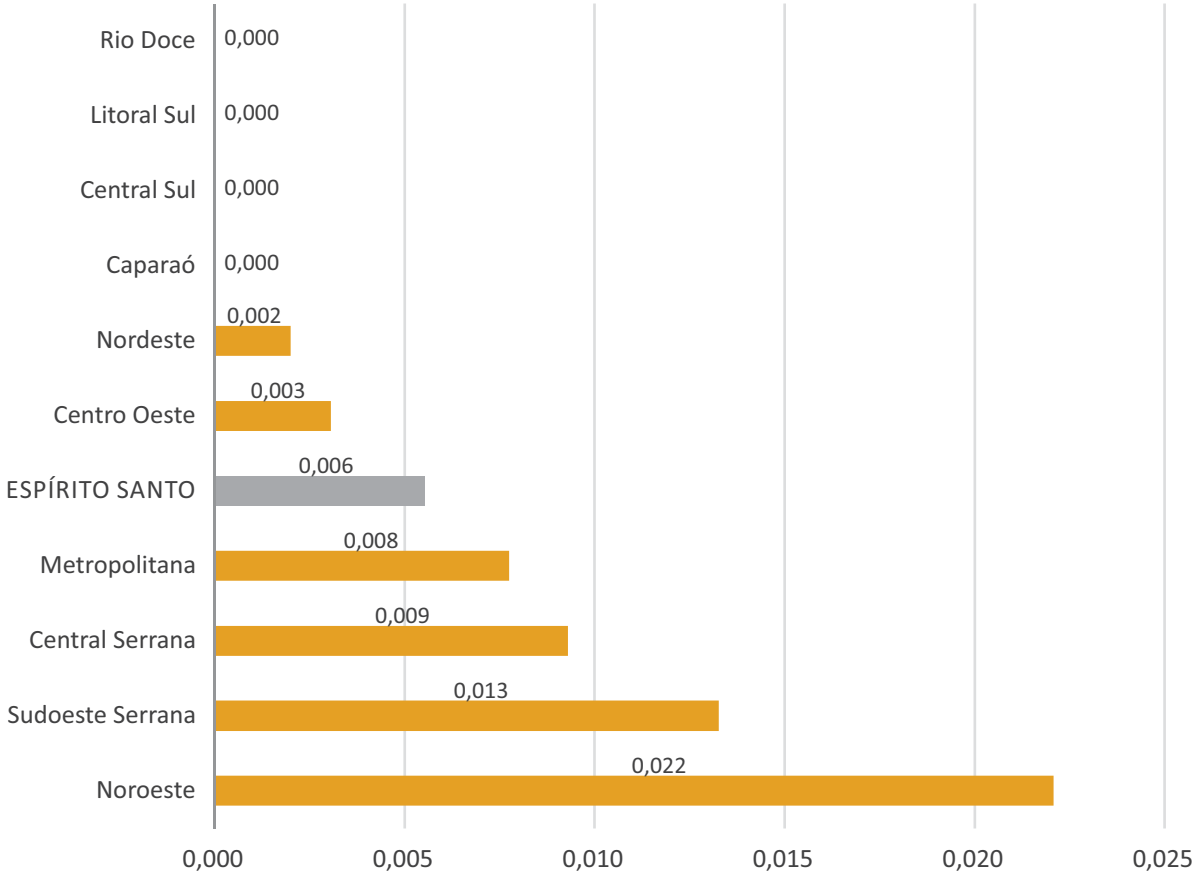
Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Trabalho Infantil na família

No Espírito Santo, das famílias com cadastrado atualizado no CadÚnico, 25 (0,006% do total) informaram que havia trabalho infantil na família (Gráfico 39). O recorte Microrregional mostra grandes diferenças, variando de 0,00% nas microrregiões Rio Doce, Litoral Sul, Central Sul e Caparaó a 0,022% na microrregião Noroeste. Em valores absolutos destacam-se as microrregiões Metropolitana (14 famílias), Noroeste (6 famílias) e Sudoeste Serrana (2 famílias). A nível de município (Mapa 19), Vitoria (8 famílias) e Águia Branca (4 famílias) apresentam o maior número de famílias com trabalho infantil. No total de Estado, 65 municípios não apresentaram casos de trabalho infantil na família.

Gráfico 39

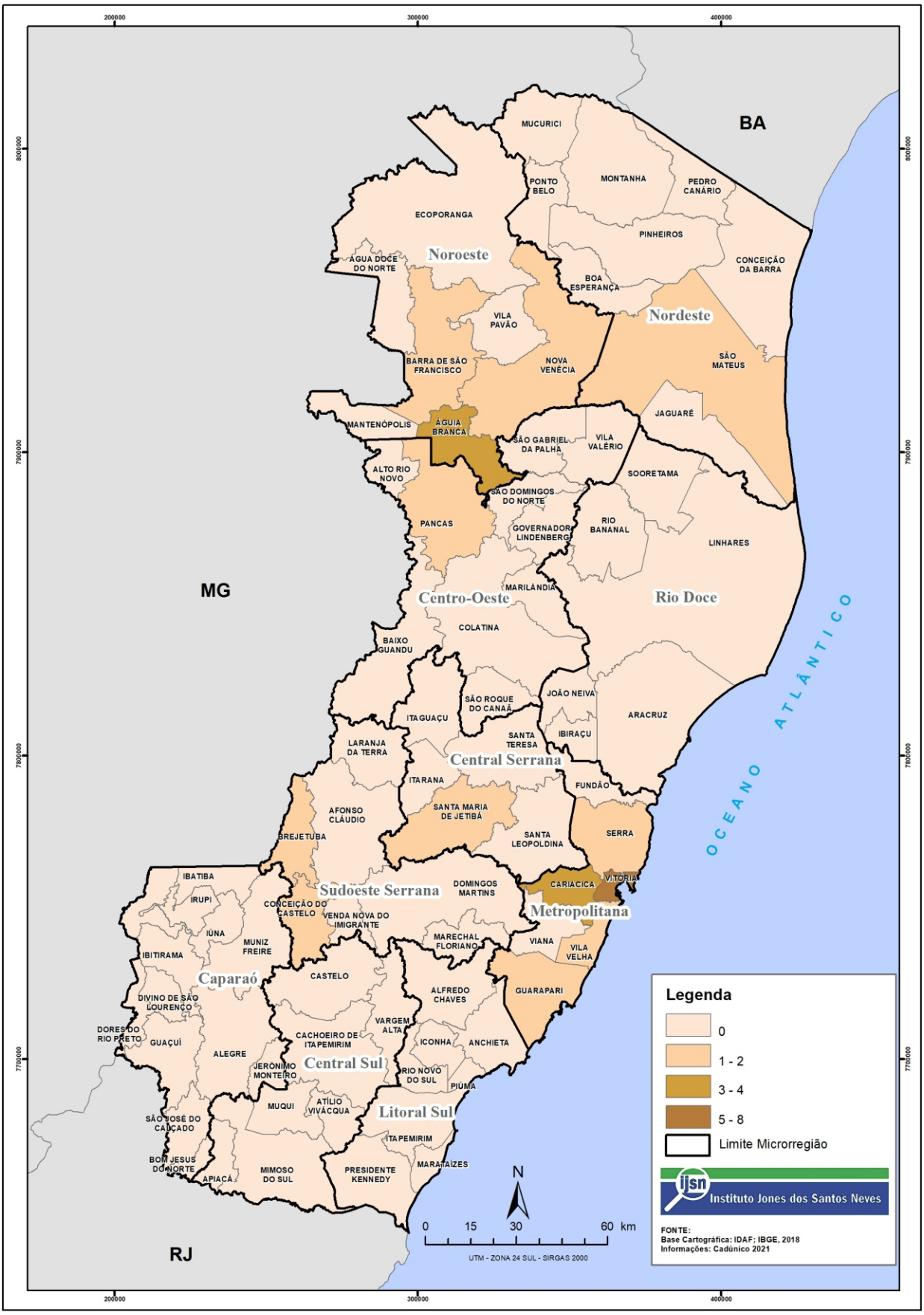
Percentual de famílias com trabalho Infantil - Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 19

Número de famílias inscritas no CadÚnico com trabalho infantil, por município - 2021

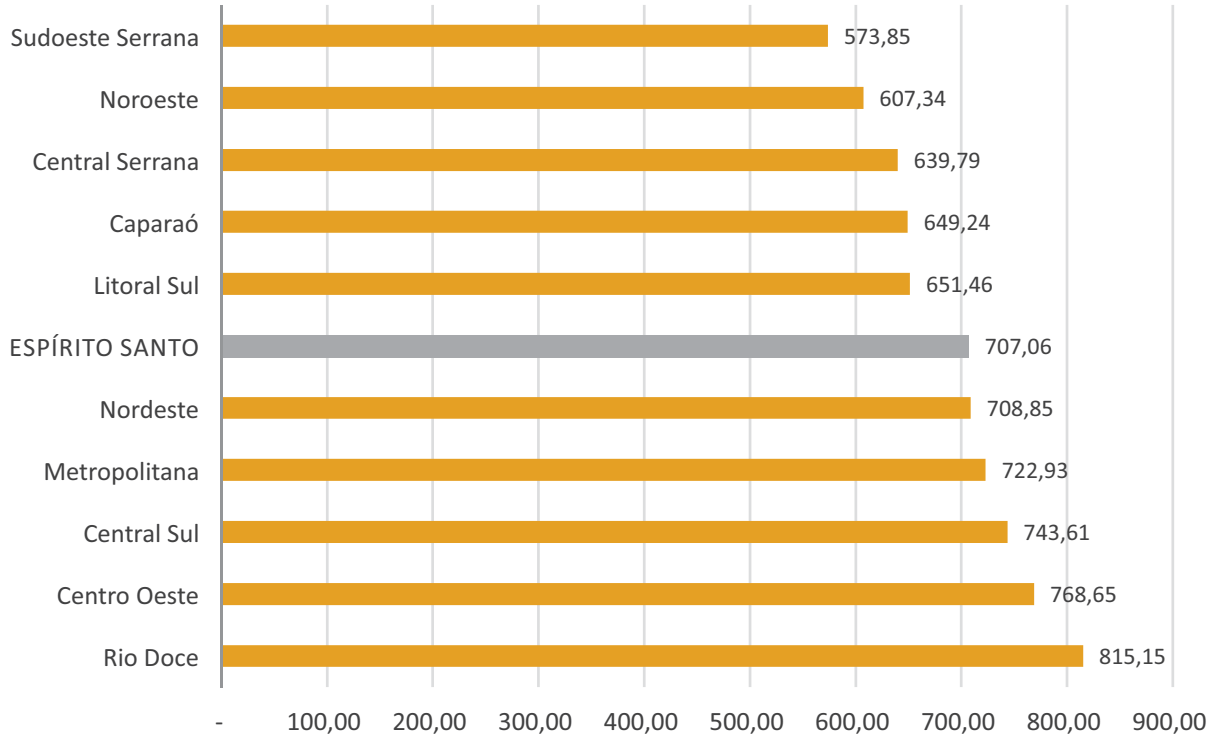


Rendimento do trabalho

O rendimento médio de todos os trabalhos no Estado foi de R$707,06 (Gráfico 40). A variação percentual entre o menor valor (microrregião Sudoeste Serrana: R$573,85) e o maior valor (microrregião Rio Doce: R$815,15) é de 42,0%. Na microrregião Metropolitana, que concentra o maior número de ocupados, a média foi de R$722,93. A nível de município, observa-se uma diferença ainda maior (391,6% entre a menor e a maior renda média). A maior média (Mapa 20) foi no município de Ibiraçu (R$1.198,40) enquanto a menor média foi no município de Água Doce do Norte (R$243,79). Abaixo da renda média do Estado ficaram 5 microrregiões e 43 municípios.

Gráfico 40

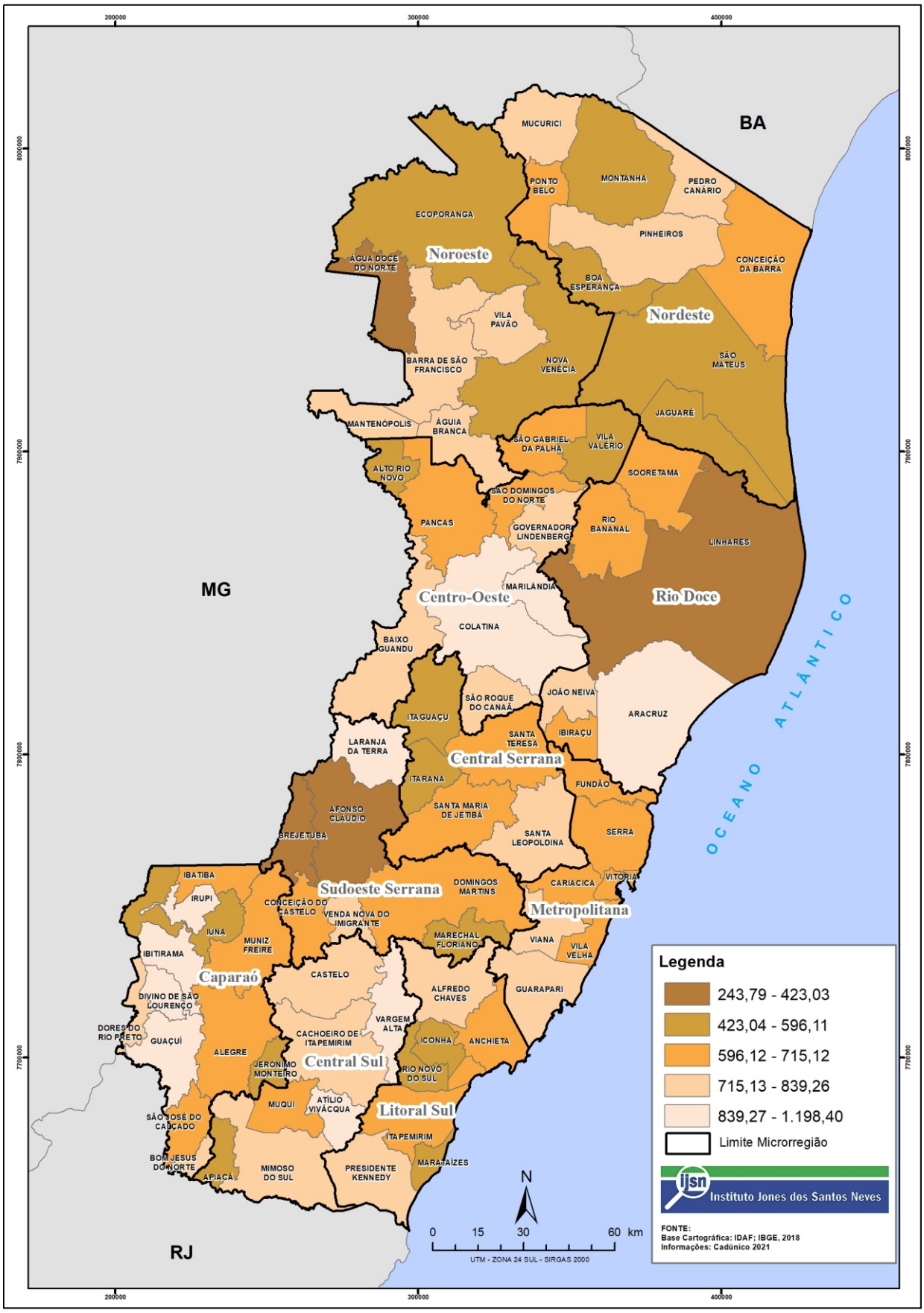
Rendimento médio (R$) de todos os trabalhos da PIA ocupada Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 20

Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico, por município - 2021

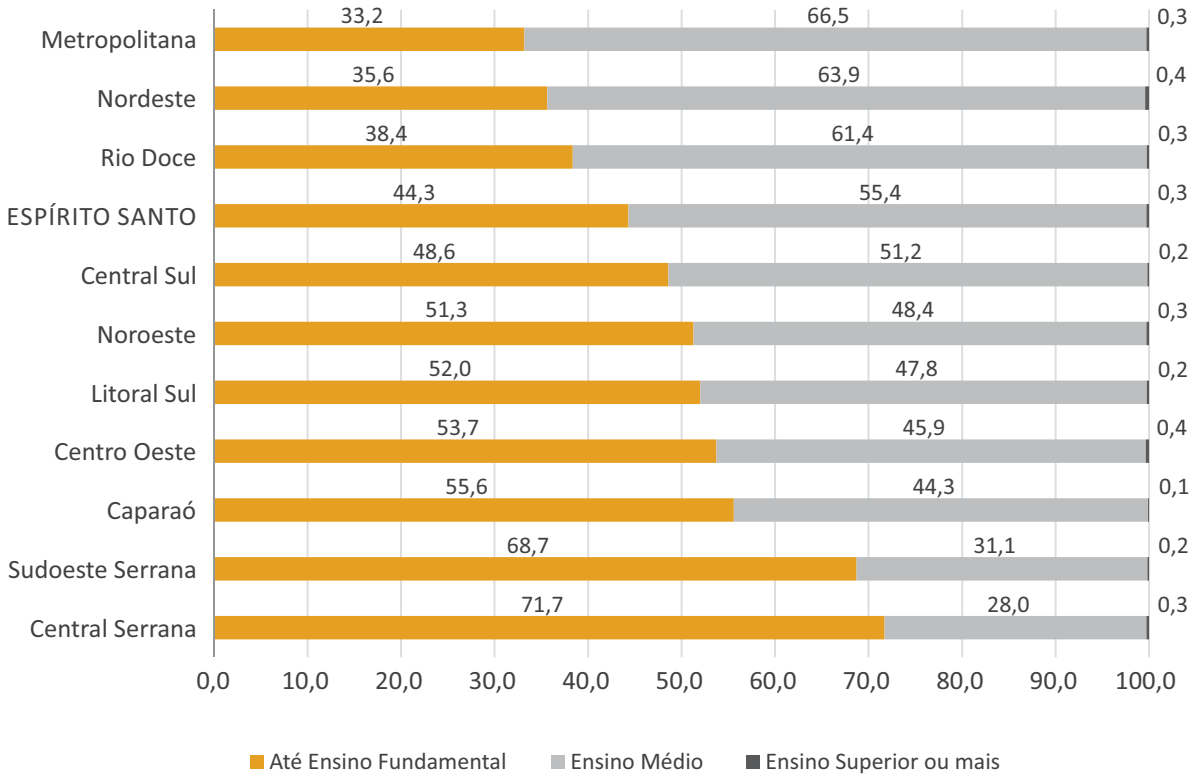


Mercado de trabalho e escolaridade

De acordo com o Gráfico 41 no Espírito Santo, 44,3% da população ocupada (25 anos ou mais de idade) apresentavam escolaridade até o Ensino Fundamental completo, 55,4% Ensino Médio completo e apenas 0,3% Ensino Superior ou mais (aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado). O nível Fundamental é predominante em seis microrregiões, alcançando 71,7% na microrregião Central Serrana e 68,7% na Sudoeste Serrana. Em relação ao Ensino Médio as maiores taxas estão nas microrregiões Metropolitana (66,5%), Nordeste (63,9%) e Rio Doce (61,4%). A nível de microrregião o percentual de graduados também é bem inferior ao dos demais níveis. As microrregiões Nordeste e Centro Oeste apresentaram as maiores taxas (0,4%) com nível Ensino Superior ou mais e a microrregião Caparaó a menor taxa (0,1%). A nível de município (Mapa 21) tem-se Ponto Belo com o menor percentual de escolaridade até o ensino fundamental (15,7%) e Santa Maria de Jetibá com o maior percentual (79,3%).

Gráfico 41

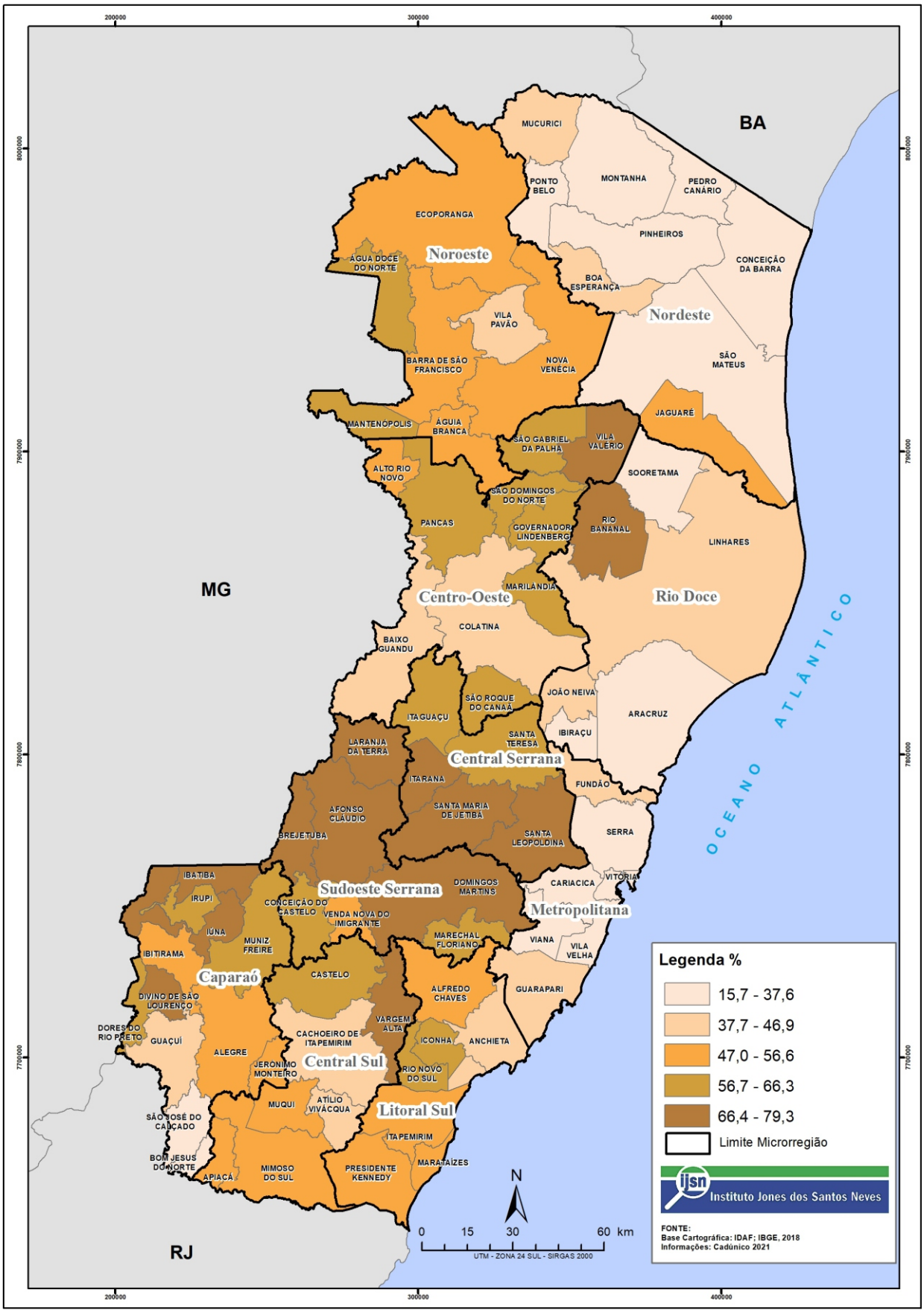
Curso mais elevado que frequentou e concluiu, população ocupada (25 anos ou mais de idade) Espírito Santo e microrregiões, 2021



Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 21

Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu até o Ensino Fundamental, por município, 2021



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M)

Índice de Gestão Descentralizada Municipal

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é um importante instrumento de promoção e fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF). Serve para aferir a cobertura cadastral e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), bem como das informações acerca das condicionalidades das áreas de educação e de saúde.

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é utilizado na estratégia de repasse de recursos adotada pelo Ministério da Cidadania (MC) para estimular os municípios a investir na melhoria da Gestão do Programa Bolsa Família (PBF). Assim, quanto melhor a gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único, obedecendo aos critérios abaixo, maior será o índice para cada município e, consequentemente, o montante de recursos recebidos.

O IGD-M é calculado com base na multiplicação de quatro fatores, e obtido pela seguinte fórmula:

IGD-M = Fator I x Fator II x Fator III x Fator IV

O **Fator I (fator de operação)** consiste na média aritmética simples das seguintes variáveis:

a) TAC - Taxa de Atualização Cadastral, que corresponde a divisão do número de cadastros válidos atualizados nos últimos dois anos, pelo número de cadastros válidos, com renda *per capita* até meio salário mínimo no CadÚnico no município.

b) Do resultado do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, composto pela média aritmética simples das taxas de:

i)TAFE - Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, calculada pela divisão do número de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do PBF no município, com informações de frequência escolar, pelo total de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias do PBF no município.

ii) TAAS - Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, obtida pela divisão do número de famílias beneficiárias com perfil saúde, com informações sobre o cumprimento das condicionalidades de saúde, pelo número de famílias com perfil saúde no município.

O **Fator II** expressa a adesão ou não do município ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

O **Fator III** refere-se à apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M, que indica se o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) registrou no SUASWEB a mencionada comprovação de gastos ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O **Fator IV** consiste na informação da aprovação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que indica se este Conselho registrou no SUASWEB a aprovação integral das contas apresentadas pelo gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

Para estar apto a receber o repasse de recursos o município precisa atender as seguintes condições:
* Aderir formalmente ao PBF, de acordo com a Portaria GM/MDS nº 246/200515;
* Aderir ao SUAS (Fator II = 1);
*Obter os seguintes valores mínimos de:
- 0,55 (cinquenta e cinco centésimos) para a TAC (TAC ≥ 0,55);
- 0,30 (trinta centésimos) para a TAFE e TAAS (TAFE e TAAS ≥ 0,30);
- Fator I ≥ 0,55, ou seja, após o cálculo da média aritmética das taxas, atingir o mínimo de 0,55 no índice final;

* Estar em dia com:
- O lançamento da comprovação de gastos no SuasWeb (Fator III =1);
- A aprovação total da comprovação de gastos pelo CMAS (Fator IV = 1).

Após calcular o IGD municipal com base nos fatores anteriormente descritos, o MDS calcula o valor a ser repassado a cada município (ver quadro abaixo). O valor corresponde ao IGD-M é multiplicado por R$ 3,25 por cadastro válido de família com renda per capita de até meio salário mínimo, limitado pela estimativa de famílias consideradas como público alvo do Cadastro Único, publicada pelo MDS, com acréscimo dos incentivos, que podem representar um aumento de até 10%.

Portanto, para obter o máximo de recursos, o município precisa alcançar IGD-M igual a 1, manter em seu cadastro um número de famílias com perfil CadÚnico igual ao estimado pelo MDS e fazer jus aos incentivos que fomentam a boa gestão do Programa Bolsa Família (PBF).

O Mapa 22 apresenta dos dados do IGD municipal divididos em seis classes. Em janeiro de 2021 (com exceção dos municípios de Águia Branca, Fundão, Jerônimo Monteiro, Montanha e Vargem Alta, que obtiveram IGD-M = 0), o menor IGD-M dos municípios capixabas foi 0,77, obtido por Marechal Floriano e o maior foi 0,94, alcançado por Alfredo Chaves. Os outros quatro municípios com maiores IGD-M do estado foram: Muqui, Presidente Kennedy e Conceição daBarra (os três com0,92) e Barra de São Francisco (0,90).

Todos os municípios do Espírito Santo têm, em suas respectivas medidas, deixado de receber parte dos recursos previstos pelo MDS para repasse, uma vez que não alcançaram o valor de IGD-M= 1,0, conforme pode ser observado, a seguir, no Mapa do IGD. Considera-se aqui a hipótese de atender a todos os critérios. Entretanto, as causas do não atendimento dos critérios por parte dos municípios, o que certamente pode incluir diferentes motivos, não serão analisadas nesse texto.

Fórmula utilizada para obter o valor mensal a ser transferido pelo MDS aos municípios: Recurso a ser transferido = IGD-M x R$ 3,25 por cadastro válido atualizado + incentivos.
Onde:

- *IGD-M é o índice de gestão descentralizado, que varia entre 0 e 1;*
- *O nº de cadastros válidos leva em conta* as famílias com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, com cadastros atualizados nos últimos dois anos, até o limite da estimativa do número de famílias identificadas como público-alvo do Cadastro Único no município;
- *Os Incentivos são equivalentes a:* 3%, proporcionais ao acompanhamento das famílias beneficiárias em situação de descumprimento de condicionalidades, em processo de acompanhamento familiar; 3%, quando o município atender, nos prazos estipulados, a demandas de apuração de eventuais irregularidades na execução local do PBF; 2% (dois por cento), quando o município tiver 100% dos dados referentes à gestão municipal atualizados no Sistema de Gestão do PBF (SIGPBF) há menos de um ano; 2% (dois por cento), quando o município apresentar pelo menos 96% de cartões do PBF entregues na data de apuração do IGD-M.

Sobre o IGD-M e a transferência de recursos do MC ver em: Caderno do IGD-M 2018 disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf

Tabela 01

Repasse de recursos financeiros do Ministério da Cidadania (MC) aos Municípios da Região Metropolitana Grande Vitória – ES

Município	Teto Mês 01/2018	Valor repassado no mês (R$)	Recursos perdidos (R$)	% de Recursos Perdidos
Fundão	5.391,75	0,00	5.391,75	100,0
Viana	22.633,00	9.860,27	12.772,73	56,4
Guarapari	35.486,75	18.646,48	16.840,27	47,5
Cariacica	113.412,00	61.281,64	52.130,36	46,0
Vila Velha	84.961,50	59.855,49	25.106,01	29,5
Serra	118.537,25	94.014,28	24.522,97	20,7
Vitória	57.775,25	47.461,69	10.313,56	17,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), última atualização disponível, Janeiro 2021
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN.

A título de exemplo da considerável perda de recursos dos municípios do estado, são apresentados os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Tabela 1).

Os dados da Tabela 1demonstram a importância que o IGD-M, somado à busca ativa para o cadastramento das famílias de modo a alcançar o limite de famílias estimado pelo MC e a atualização do cadastro das famílias com perfil CadÚnico, têm no repasse de recursos financeiros pelo MC aos Municípios.

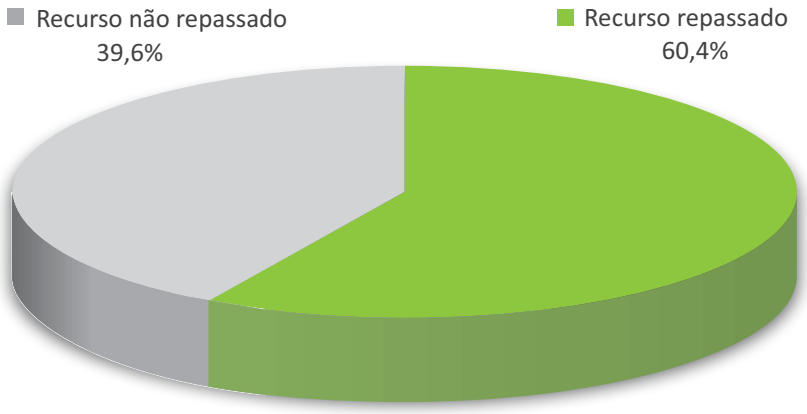
Na Região Metropolitana da Grande Vitória, o município de Fundão aparece com o maior percentual de recursos perdidos no mês de janeiro de 2021, com 100%, seguido pelos municípios de Viana (56,4%), Guarapari (47,5%) e Cariacica (46,0%). Na região, o município que menos perdeu recursos foi Vitória (17,9%).

Esses dados apontam para a necessidade de melhorar a qualidade da gestão do Cadastro Único e do PBF de modo a ampliar, tanto a fatia de recursos apropriados, quanto a efetividade no gasto com os programas sociais, questões que estão de certo modo relacionadas.

O Gráfico 42 ilustra a situação geral do Espírito Santo, representando o percentual de recursos repassados e não repassados aos municípios capixabas.

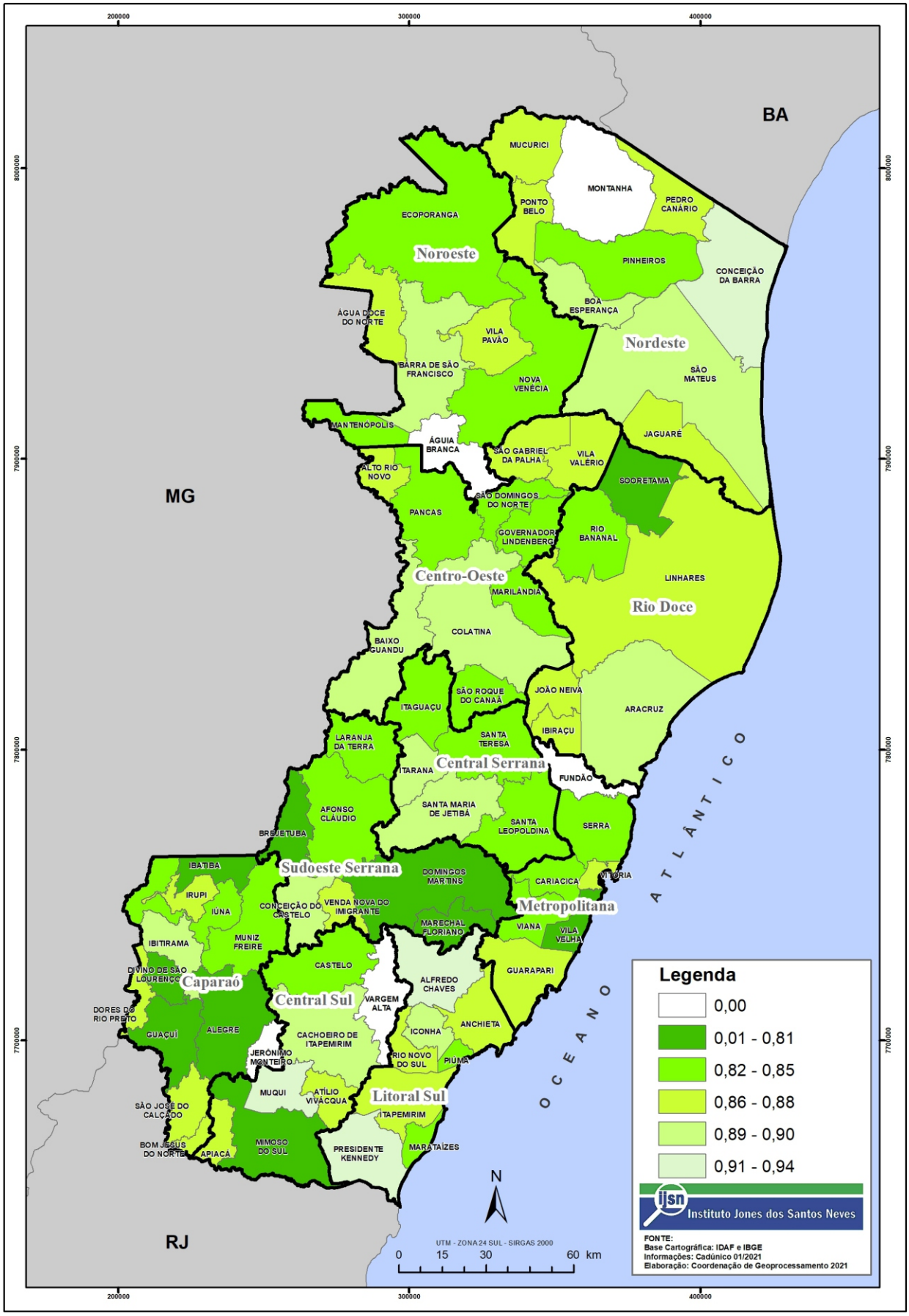
Gráfico 42

(IGD) Percentual de recursos repassados e perdidos - Espírito Santo



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Janeiro de 2021
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Mapa 22
Índice de Gestão Descentralizada Municipal
Janeiro de 2021



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) COM BASE NO CadÚNICO

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) com base no CadÚnico

A abordagem da pobreza como um fenômeno multidimensional que engendra características sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais é consensual seja na academia, nas agências multilaterais ou nas instituições governamentais. Em função da complexidade desse fenômeno e do número de fatores que interagem na configuração de uma determinada situação de pobreza, entende-se que ela deve ser tratada sempre a partir de uma perspectiva multicausal.

Claro está que o enfoque na insuficiência de renda não basta para um entendimento mais abrangente dessa questão. O fato é que outros fatores contribuem para ampliar ou diminuir a exposição dos indivíduos aos riscos característicos de uma situação de pobreza. Dimensões como o acesso ao conhecimento, condições de saúde, habitação entre outras, impactam de modo diverso essa questão, portanto, precisam ser observadas de forma integrada no âmbito das políticas públicas.

Certamente a gestão e a reunião dos ativos mobilizados para lidar com uma situação de pobreza é importante e, especialmente no caso do Brasil, isso está diretamente relacionado com a família e com os arranjos familiares, conforme corrobora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): "vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias" (2004, p.43)[5].

O índice de desenvolvimento da família (IDF)[6] consiste em um índice que visa sintetizar diferentes dimensões da pobreza. Nesse aspecto não há novidade já que existem outros índices sintéticos como, por exemplo, o IDH cujo lançamento pelo PNUD contribuiu para iniciar uma mudança na tendência historicamente dominante de se tratar a pobreza como insuficiência de renda. Desde então, o uso de indicadores sintéticos que abrangem múltiplas dimensões da pobreza tornou-se mais relevante.

Uma das principais características do IDF é a possibilidade de agregação. O fato de ter a família como unidade de análise permite que o IDF seja calculado por grupos sociais e demográficos diversos. Exemplificando, pode-se calcular o IDF dos negros, das crianças e dos idosos, bem como dos beneficiários de programas sociais. Ademais, o fato de todos os seus indicadores serem agregáveis permite obter o IDF de um país a partir da média ponderada dos IDFs dos estados, diversamente do que ocorre com o IDH.

O IDF calculado neste Perfil com base no CadÚnico é composto por 6 dimensões, 27 componentes e 65 indicadores (em anexo). Os 65 indicadores obedecem à sistemática de respostas sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para as famílias que se encontram na pior situação possível) e 1 (para as famílias que alcançam uma situação menos vulnerável no contexto do CadÚnico).

O IDF é um indicador importante para a análise da pobreza, por permitir a mensuração do contexto vivido por cada família a partir de diferentes dimensões. Entretanto, no caso do cálculo com base no CadÚnico, deve-se atentar para o fato de que a qualidade do índice, ou a sua capacidade de se aproximar de fato da realidade das famílias de um determinado grupo ou território, dependerá da qualidade do cadastro. Assim, um município cujo cadastro possui uma base mais abrangente em relação ao público alvo e é constantemente atualizado, algo positivo em termos de política social, pode apresentar

[5] MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS

[6] Sobre o IDF consultar: O Índice De Desenvolvimento Da Família (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2003. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf.

um IDF inferior ao de outro município simplesmente pelo fato de incluir em sua base um número maior de famílias mais vulneráveis.

As dimensões que compõem o IDF fornecem amplas possibilidades de monitoramento dos efeitos das políticas sociais voltadas à superação da pobreza, o que o torna um instrumento importante a ser utilizado pelos gestores de tais políticas.

Neste documento serão apresentados o IDF do estado e das microrregiões, dos anos 2021 (Tabela 2) e 2020 (Tabela 3) e suas respectivas dimensões, além do IDF para cada município, através dos Mapas (23 e 24)[7].

O IDF do Espírito Santo apresentou uma pequena variação positiva (+0,002) passando de 0,708 em 2020, para 0,711 em 2021.Houve alta na dimensão Condições Habitacionais (0,027), e variação positiva nas dimensões acesso ao conhecimento (+0,006) e ausência de vulnerabilidade (0,004). Os índices apresentaram variação positiva em todas as microrregiões do estado. A maior variação ocorreu na Central Sul (+0,007) que ocupava a 4ª posição em 2020 (0,716) e passou a ocupar a 3ª posição no ranking em 2021 (0,723). Nas microrregiões Rio Doce e Caparaó os índices variaram em +0,005 e +0,004, respectivamente, ambas permaneceram ocupando as mesmas posições no ranking. As menores variações ocorreram nas microrregiões metropolitana (+0,002) que permaneceu na 10ª posição Noroeste (+0,002), que caiu da 7ª para 8ª posição no ranking em 2021, e Centro-Oeste (+0,002) que permaneceu na primeira posição.

A comparação dos IDFs dos municípios capixabas dos anos 2021 e 2020 revela que houve variação positiva em 61municípios, ao passo que cinco municípios não apresentaram variação e 12 municípios apresentaram índices com variações negativas.

Dez municípios obtiveram alta no IDF acima de 0,010 pontos. Os dez municípios que obtiveram as maiores altas foram: Piúma (+0,021), Vargem Alta (+0,020), Iconha (+0,018), Dores do Rio Preto (+0,014), Bom Jesus do Norte (+0,014), Pancas (+0,014), Ibitirama (+0,013), Conceição da Barra (+0,011), Conceição do Castelo (+0,011), Castelo (+0,011). Os municípios que obtiveram variação negativa no IDF, entre 2021 e 2020, foram: Itapemirim (-0,009), Marechal Floriano (-0,004), João Neiva (-0,003), Montanha (-0,003), Atílio Vivacqua (-0,002), Governador Lindenberg (-0,002), Nova Venécia (-0,002), Fundão (-0,002), São José do Calçado (-0,001), Colatina (-0,001), Apiacá (-0,001), Marilândia (-0,001).

Em 2020, os cinco maiores IDFs municipais no estado eram: Venda Nova do Imigrante (0,763), Colatina (0,753), São Gabriel da Palha (0,744), Itarana (0,743) e Ibiraçu (0,743). Em 2021, os cinco primeiros municípios capixabas no Ranking do IDF foram: Venda Nova do Imigrante (0,766), Iconha (0,755), Colatina (0,752), Ibiraçu (0,745) e Castelo (0,745).

Cabe lembrar que a variação do IDF é reflexo da mudança de diversas condições de vulnerabilidade capturadas a partir das múltiplas dimensões que constituem o índice e que extrapolam a insuficiência de renda. Uma variação positiva não significa necessariamente a superação da pobreza mensurada pelo critério da renda, embora esse seja um dos subcomponentes da dimensão disponibilidade de recursos. O IDF permite aferir o desenvolvimento da família de uma perspectiva ampliada, combinando diferentes aspectos da sua realidade que contribuem de forma sinérgica para a superação da vulnerabilidade.

[7]O IDF por município pode ser obtido no site da SETADES: https://setades.es.gov.br/IDF

Tabela 02

Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2021

Unidade Territorial	*Rank* IDF Total 2019	IDF	Ausência de vulnera-bilidade	Acesso ao conheci-mento	Acesso ao trabalho	Disponibili-dade de recursos	Desenvolvi-mento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		**0,711**	**0,744**	**0,614**	**0,468**	**0,549**	**0,984**	**0,912**
Centro-Oeste	**1º**	0,732	0,760	0,605	0,531	0,610	0,985	0,902
Rio Doce	**2º**	0,727	0,749	0,601	0,518	0,594	0,984	0,920
Central Sul	**3º**	0,723	0,777	0,618	0,469	0,565	0,989	0,923
Central Serrana	**4º**	0,723	0,752	0,597	0,548	0,638	0,985	0,819
Caparaó	**5º**	0,714	0,757	0,588	0,493	0,575	0,982	0,889
Sudoeste Serrana	**6º**	0,712	0,756	0,585	0,528	0,593	0,978	0,832
Nordeste	**7º**	0,707	0,756	0,596	0,451	0,559	0,987	0,891
Noroeste	**8º**	0,707	0,766	0,581	0,475	0,587	0,987	0,845
Litoral Sul	**9º**	0,706	0,743	0,605	0,462	0,551	0,987	0,886
Metropolitana	**10º**	0,703	0,724	0,637	0,434	0,502	0,982	0,945

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

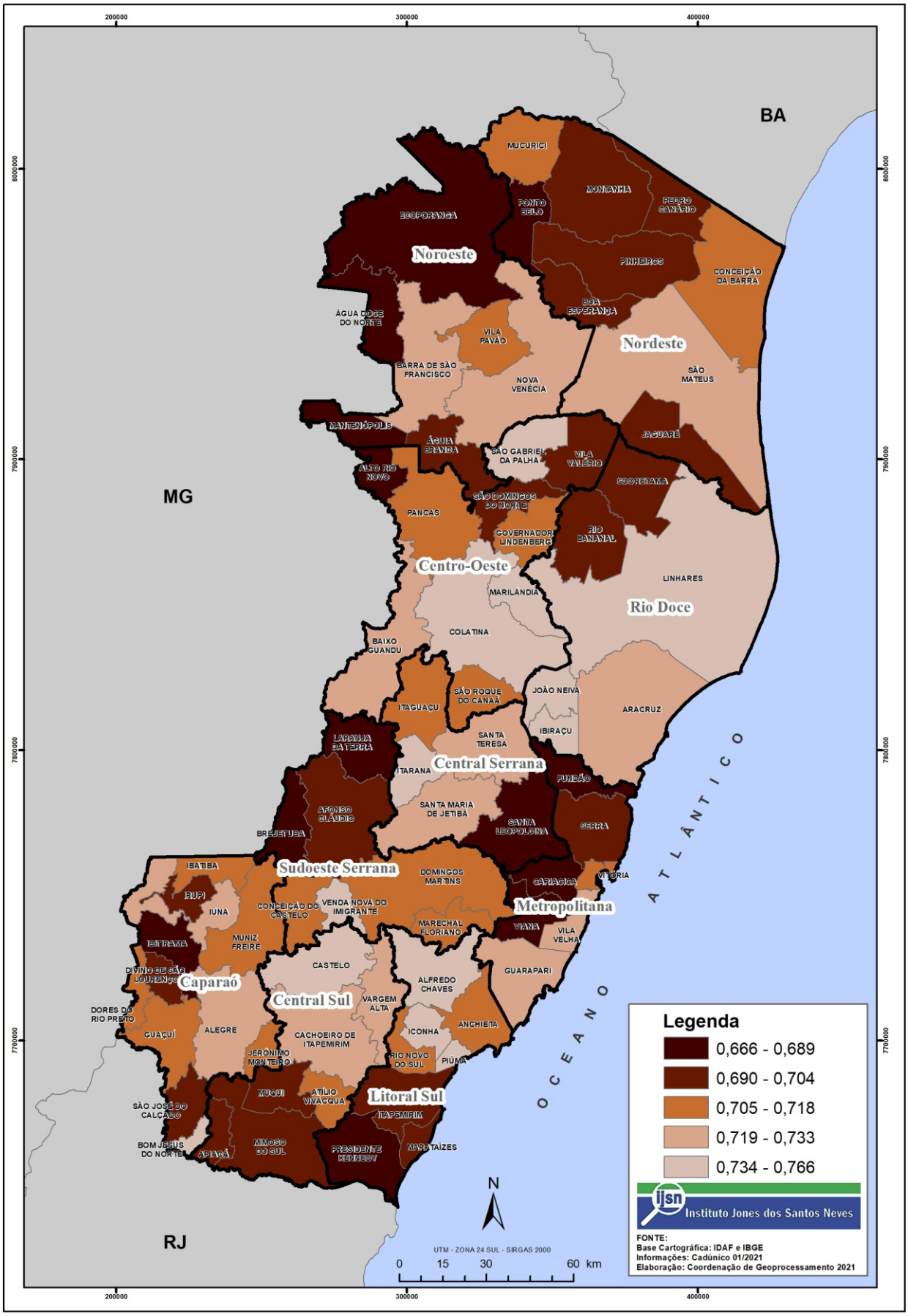
Tabela 03

Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2020

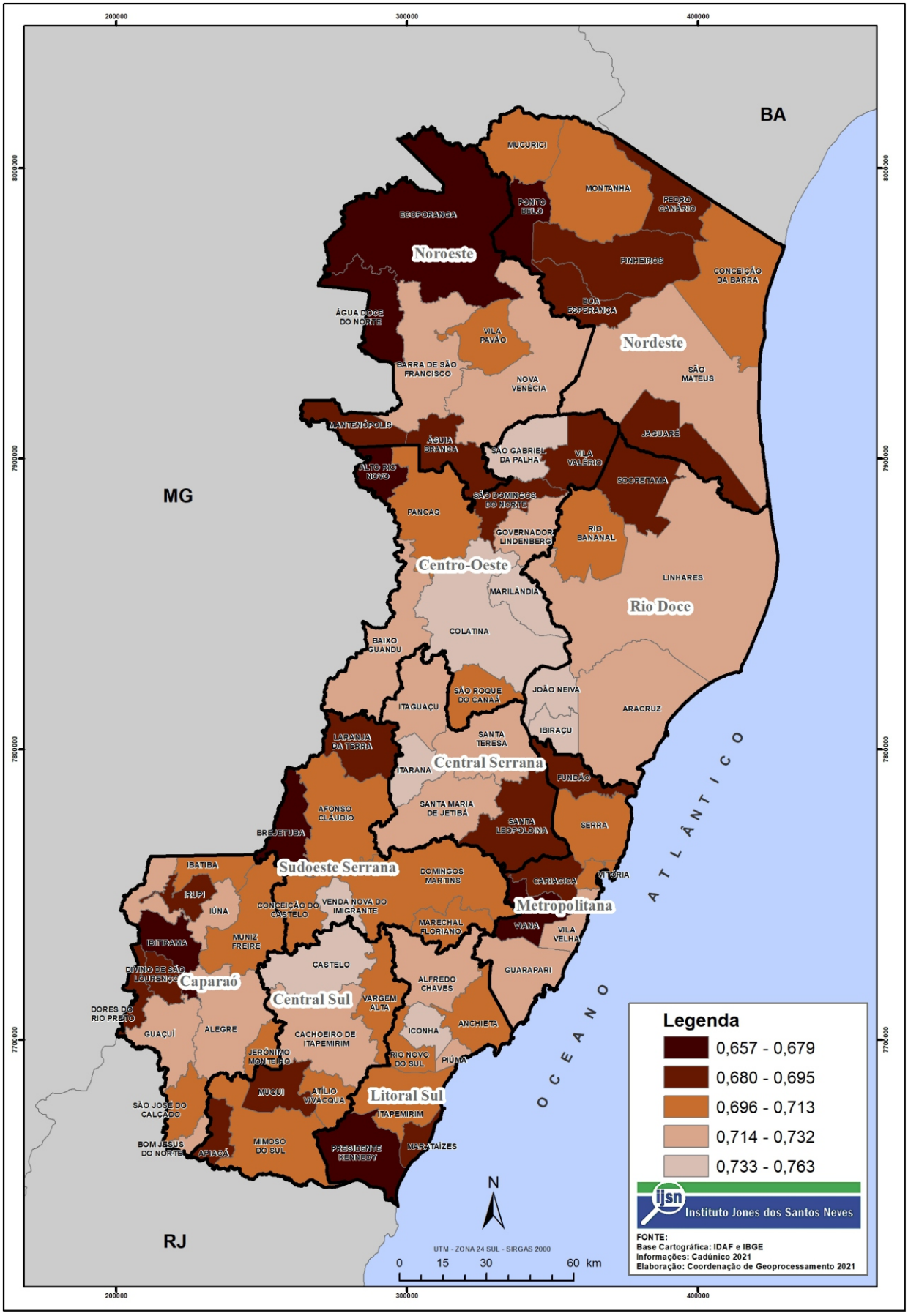
Unidade Territorial	*Rank* IDF Total 2017	IDF	Ausência de vulnera-bilidade	Acesso ao conheci-mento	Acesso ao trabalho	Disponibili-dade de recursos	Desenvolvi-mento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		**0,708**	**0,741**	**0,608**	**0,481**	**0,551**	**0,986**	**0,885**
Centro-Oeste	**1º**	**0,730**	**0,758**	**0,601**	**0,545**	**0,612**	**0,986**	**0,881**
Rio Doce	**2º**	**0,723**	**0,745**	**0,592**	**0,529**	**0,595**	**0,985**	**0,892**
Central Serrana	**3º**	**0,719**	**0,753**	**0,593**	**0,554**	**0,635**	**0,986**	**0,796**
Central Sul	**4º**	**0,716**	**0,772**	**0,608**	**0,477**	**0,559**	**0,990**	**0,895**
Caparaó	**5º**	**0,709**	**0,752**	**0,583**	**0,501**	**0,568**	**0,983**	**0,864**
Sudoeste Serrana	**6º**	**0,707**	**0,755**	**0,579**	**0,532**	**0,590**	**0,980**	**0,809**
Noroeste	**7º**	**0,705**	**0,764**	**0,577**	**0,484**	**0,586**	**0,989**	**0,827**
Nordeste	**8º**	**0,704**	**0,753**	**0,591**	**0,459**	**0,563**	**0,990**	**0,870**
Litoral Sul	**9º**	**0,703**	**0,740**	**0,596**	**0,479**	**0,555**	**0,987**	**0,860**
Metropolitana	**10º**	**0,701**	**0,720**	**0,631**	**0,453**	**0,508**	**0,984**	**0,915**

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2020. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 23
Índice de desenvolvimento da família, por município - 2021



Mapa 24
Índice de desenvolvimento da família, por município - 2020



Perfil da Pobreza no Espírito Santo: Famílias Inscritas no CadÚnico 2021

ANEXOS

Anexo 01[8]

IDF – Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
1			**Ausência de vulnerabilidade**	**Media dos 7 subcomponentes**
1	**1**		**Crianças, adolescentes e jovens**	**Media dos 3 indicadores**
1	1	1	Ausência de crianças	Ausência de crianças de 0 a 6 anos na família
1	1	2	Ausência de criança ou adolescente	Ausência de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na família
1	1	3	Ausência de criança ou adolescente ou jovem	Ausência de crianças, adolescentes e jovens de 0 a 17 anos na família
1	**2**		**Pessoas com deficiência e idosos**	**Média dos 3 indicadores**
1	2	1	Ausência de pessoas com deficiência	Ausência de pessoas com deficiência na família
1	2	2	Ausência de idoso	Ausência de idosos de 65 anos e mais na família
1	2	3	Ausência de pessoas na familía internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar	Ausência de pessoas na familía internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar
1	**3**		**Dependência econômica**	**Média dos 2 indicadores**
1	3	1	Presença de cônjuge	Presença de cônjuge na família
1	3	2	Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	Mais da metade dos membros da família encontra-se em idade ativa de 16 a 64 anos.
1	**4**		**Presença de jovem ou adulto**	**Média dos 3 indicadores**
1	4	1	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais na família
1	4	2	Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais na família
1	4	3	Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais na família
1	**5**		**Convivência familiar**	**Média dos 2 indicadores**
1	5	1	Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar	Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar
1	5	2	Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente"	Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente" do responsável pela unidade familiar
1	**6**		**Migração**	**Média dos 2 indicadores**
1	6	1	Responsável pela família nasceu nesse município	Responsável pela família nasceu nesse município
1	6	2	Ausência de criança ou adolescente com até 14 anos que nasceu em outro município	Ausência de criança ou adolescente com de 0 a 14 anos que nasceu em outro município na família
1	**7**		**Comunidades tradicionais**	**Igual ao indicador**
1	7	1	Família que não é indígena nem quilombola	Família que não é indígena nem quilombola

[8]A tabela IDF (Anexo 1) foi originalmente elaborada a partir de uma consultoria do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade para o Instituto Jones dos Santos Neves para a produção inicial do IDF que desde então passou a ser integralmente calculado pelo IJSN.

continua

Anexo 01

IDF – Dimensão 2: Acesso ao conhecimento

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
2			**Acesso ao conhecimento**	**Média dos 2 subcomponentes**
2	**1**		**Analfabetismo**	**Média dos 5 indicadores**
2	1	1	Ausência de adultos analfabetos	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos na família
2	1	2	Ausência de adultos analfabetos funcionais	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos com menos de 4 anos de estudo na família
2	1	3	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada na família
2	1	4	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	1	5	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	**2**		**Escolaridade**	**Média dos 3 indicadores**
2	2	1	Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino fundamental completo na família
2	2	2	Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino médio completo na família
2	2	3	Presença de pelo menos um audulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família
2	2	4	Presença de pelo menos um audulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família

continua

Anexo 01

IDF – Dimensão 3: Acesso ao trabalho

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
3			**Acesso ao trabalho**	**Média dos 3 subcomponentes**
3	**1**		**Disponibilidade de trabalho**	**Média dos 2 indicadores**
3	1	1	Presença de pelo menos um membro em idade ativa	Presença de pelo menos um membro em idade ativa de 16 a 64 anos na família
3	1	2	Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa	Mais da metade dos membros em idade ativa de 16 a 64 anos encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa
3	**2**		**Qualidadade do posto de trabalho**	**Média dos 2 indicadores**
3	2	1	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal na família
3	2	2	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola na família
3	**3**		**Remuneração**	**Média dos 5 indicadores**
3	3	1	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo na família
3	3	2	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família
3	3	3	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família

continua

Anexo 01

IDF – Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
4			**Disponibilidade de recursos**	**Média dos 4 subcomponentes**
4	**1**		**Existência de renda e despesas**	**Média dos 3 indicadores**
4	1	1	Família tem alguma despesa mensal	Família com alguma despesa mensal
4	1	2	Família possui alguma renda, excluindo-se as transferências	Família que possui alguma renda, excluindo-se as transferências
4	1	3	Família possui alguma renda	Família que possui alguma renda
4	**2**		**Extrema pobreza**	**Média dos 3 indicadores**
4	2	1	Despesa familiar *per capita* superior a linha de extrema pobreza	Despesa familiar *per capita* superior a linha de extrema pobreza
4	2	2	Renda familiar *per capita* superior a linha de extrema pobreza	Renda familiar *per capita* superior a linha de extrema pobreza
4	2	3	Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza	Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza
4	**3**		**Pobreza**	**Média dos 2 indicadores**
4	3	1	Despesa familiar *per capita* superior a linha da pobreza	Despesa familiar *per capita* superior a linha da pobreza
4	3	2	Renda familiar *per capita* superior a linha da pobreza	Renda familiar *per capita* superior a linha da pobreza
4	**4**		**Capacidade de geração de renda**	**Igual ao indicador**
4	4	1	Maior parte da renda familiar não advém de transferências	Maior parte da renda familiar não advém de transferências

continua

Anexo 01

IDF – Dimensão 5: Desenvolvimento infantil

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
5			**Desenvolvimento infantil**	**Média dos 3 subcomponentes**
5	**1**		**Trabalho precoce**	**Média dos 3 indicadores**
5	1	1	Ausência criança com menos de 12 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 12 anos trabalhando na família
5	1	2	Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando na família
5	1	3	Ausência criança ou adolescente com menos de 16 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando na família
5	**2**		**Acesso à escola**	**Média dos 3 indicadores**
5	2	1	Ausência de criança de 4-6 anos fora da escola	Ausência de criança de 4-6 anos fora da escola na família
5	2	2	Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola na família
5	2	3	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola na família
5	**3**		**Progresso escolar**	**Média dos 2 indicadores**
5	3	1	Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de defasagem na família
5	3	2	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto na família

continua

Anexo 01

IDF – Dimensão 6: Condições habitacionais

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
6			**Condições habitacionais**	**Média dos 8 subcomponentes**
6	**1**		**Propriedade do domicílio**	**Média dos 3 indicadores**
6	1	1	Domicílio particular ou coletivo	Domicílio particular ou coletivo
6	1	2	Domicílio particular permanente ou improvisado	Domicílio particular permanente ou improvisado
6	1	3	Domicílio particular permanente	Domicílio particular permanente
6	**2**		**Déficit habitacional**	**Igual ao indicador**
6	2	1	Densidade de até 2 moradores por dormitório	Há até 2 moradores por cômodo servindo de dormitório no domicílio
6	**3**		**Abrigabilidade**	**Igual ao indicador**
6	3	1	Material de construção permanente	Domicílio com material de construção permanente
6	**4**		**Acesso adquado à água**	**Média dos 2 indicadores**
6	4	1	Acesso adquado à água de rede geral de distribuição	Domicílio tem abastecimento de água proveniente de rede geral de distribuição
6	4	2	Acesso adquado à água	Domicílio tem acesso adquado à água
6	**5**		**Acesso adquado à esgotamento sanitário**	**Média dos 2 indicadores**
6	5	1	Domicílio possui banheiro ou sanitário	Domicílio possui banheiro ou sanitário
6	5	2	Esgotamento sanitário adquado	Domicílio com esgotamento sanitário adquado
6	**6**		**Acesso à coleta de lixo**	**Média dos 2 indicadores**
6	6	1	Lixo coletado de forma direta	Lixo coletado de forma direta
6	6	2	Lixo coletado de forma direta ou indireta	Lixo coletado de forma direta ou indireta
6	**7**		**Acesso a eletricidade**	**Média dos 2 indicadores**
6	7	1	Acesso à eletricidade com medidor de uso	Domicílio com acesso à eletricdade com medidor de uso
6	7	2	Acesso à eletricidade	Domicílio com acesso à eletricidade
6	**8**		**Pavimentação**	**Média dos 2 indicadores**
6	8	1	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total
6	8	2	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial
6	8	3	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 02

População, número de pessoas cadastradas no CadÚnico e pobreza, por município, 2021

Município	Estimativa de população em 2020	População Cadúnico 2021, com cadastro atualizado nos últimos três anos	Percentual da população inscrita no CadÚnico	Nº de Pobres 2021	Nº Ext. Pobres 2021	Percentual de Pobreza CadÚnico 2021	Percentual de Extrema Pobreza com base no CadÚnico 2021	Estimativa de Pobreza (%)	Estimativa de Extrema Pobreza (%)
Afonso Cláudio	30.455	12.000	39%	9.577	7.310	79,8	60,9	31,4	24,0
Águia Branca	9.631	4.976	52%	3.441	2.252	69,2	45,3	35,7	23,4
Água Doce do Norte	10.909	6.938	64%	5.853	4.867	84,4	70,1	53,7	44,6
Alegre	29.975	8.745	29%	6.327	3.859	72,3	44,1	21,1	12,9
Alfredo Chaves	14.636	4.567	31%	2.960	1.558	64,8	34,1	20,2	10,6
Alto Rio Novo	7.874	4.987	63%	4.052	2.747	81,3	55,1	51,5	34,9
Anchieta	29.779	10.933	37%	8.934	6.256	81,7	57,2	30,0	21,0
Apiacá	7.554	3.546	47%	2.954	2.242	83,3	63,2	39,1	29,7
Aracruz	103.101	33.691	33%	24.151	15.161	71,7	45,0	23,4	14,7
Atilio Vivacqua	12.105	3.991	33%	2.777	1.426	69,6	35,7	22,9	11,8
Baixo Guandu	31.132	13.659	44%	9.037	5.093	66,2	37,3	29,0	16,4
Barra de São Francisco	44.979	21.695	48%	14.080	7.912	64,9	36,5	31,3	17,6
Boa Esperança	15.092	7.739	51%	6.267	4.470	81,0	57,8	41,5	29,6
Bom Jesus do Norte	9.962	4.564	46%	3.093	1.994	67,8	43,7	31,0	20,0
Brejetuba	12.427	5.125	41%	4.504	2.944	87,9	57,4	36,2	23,7
Cachoeiro de Itapemirim	210.589	58.182	28%	40.083	24.696	68,9	42,4	19,0	11,7
Cariacica	383.917	120.842	31%	98.187	71.534	81,3	59,2	25,6	18,6
Castelo	37.747	8.751	23%	5.403	3.205	61,7	36,6	14,3	8,5
Colatina	123.400	32.877	27%	21.803	8.088	66,3	24,6	17,7	6,6
Conceição da Barra	31.273	15.954	51%	11.729	7.449	73,5	46,7	37,5	23,8
Conceição do Castelo	12.806	4.616	36%	3.489	2.113	75,6	45,8	27,2	16,5
Divino de São Lourenço	4.270	1.950	46%	1.597	879	81,9	45,1	37,4	20,6
Domingos Martins	33.986	7.692	23%	5.771	2.746	75,0	35,7	17,0	8,1
Dores do Rio Preto	6.771	3.299	49%	2.289	1.356	69,4	41,1	33,8	20,0
Ecoporanga	22.835	9.715	43%	7.601	5.239	78,2	53,9	33,3	22,9
Fundão	21.948	6.826	31%	5.376	3.626	78,8	53,1	24,5	16,5
Governador Lindenberg	12.880	3.393	26%	2.401	1.201	70,8	35,4	18,6	9,3
Guaçuí	31.122	12.892	41%	9.871	6.084	76,6	47,2	31,7	19,5
Guarapari	126.701	36.606	29%	26.892	14.717	73,5	40,2	21,2	11,6
Ibatiba	26.426	7.822	30%	5.952	2.577	76,1	32,9	22,5	9,8
Ibiraçu	12.591	6.313	50%	3.884	1.906	61,5	30,2	30,8	15,1
Ibitirama	8.859	5.484	62%	4.683	3.395	85,4	61,9	52,9	38,3
Iconha	13.973	3.737	27%	2.020	778	54,1	20,8	14,5	5,6
Irupi	13.526	6.955	51%	5.643	2.552	81,1	36,7	41,7	18,9
Itaguaçu	14.023	5.693	41%	4.315	2.502	75,8	43,9	30,8	17,8
Itapemirim	34.656	18.338	53%	14.896	10.295	81,2	56,1	43,0	29,7
Itarana	10.494	3.755	36%	2.368	1.213	63,1	32,3	22,6	11,6
Iúna	29.290	9.734	33%	7.613	3.531	78,2	36,3	26,0	12,1
Jaguaré	31.039	13.137	42%	10.319	6.866	78,5	52,3	33,2	22,1

continua

Anexo 02

População, número de pessoas cadastradas no CadÚnico e pobreza, por município, 2021

continuação

Município	Estimativa de população em 2020	População Cadúnico 2021, com cadastro atualizado nos últimos três anos	Percentual da população inscrita no CadÚnico	Nº de Pobres 2021	Nº Ext. Pobres 2021	Percentual de Pobreza CadÚnico 2021	Percentual de Extrema Pobreza com base no CadÚnico 2021	Estimativa de Pobreza (%)	Estimativa de Extrema Pobreza (%)
Jerônimo Monteiro	12.265	5.898	48%	4.108	2.538	69,7	43,0	33,5	20,7
João Neiva	16.722	5.667	34%	3.479	1.599	61,4	28,2	20,8	9,6
Laranja da Terra	10.933	3.750	34%	3.093	2.340	82,5	62,4	28,3	21,4
Linhares	176.688	52.404	30%	37.813	22.540	72,2	43,0	21,4	12,8
Mantenópolis	15.503	7.172	46%	5.586	4.171	77,9	58,2	36,0	26,9
Marataízes	38.883	18.675	48%	14.767	9.848	79,1	52,7	38,0	25,3
Marechal Floriano	16.920	4.428	26%	2.959	1.138	66,8	25,7	17,5	6,7
Marilândia	12.963	3.747	29%	2.439	1.075	65,1	28,7	18,8	8,3
Mimoso do Sul	26.115	10.188	39%	8.101	6.177	79,5	60,6	31,0	23,7
Montanha	18.894	12.495	66%	8.923	5.991	71,4	47,9	47,2	31,7
Mucurici	5.496	3.326	61%	2.406	1.531	72,3	46,0	43,8	27,9
Muniz Freire	17.319	6.900	40%	5.101	2.827	73,9	41,0	29,5	16,3
Muqui	15.526	6.481	42%	5.416	4.148	83,6	64,0	34,9	26,7
Nova Venécia	50.434	17.288	34%	12.263	7.233	70,9	41,8	24,3	14,3
Pancas	23.306	8.289	36%	6.004	3.348	72,4	40,4	25,8	14,4
Pedro Canário	26.381	11.663	44%	8.909	5.898	76,4	50,6	33,8	22,4
Pinheiros	27.327	11.009	40%	8.707	6.293	79,1	57,2	31,9	23,0
Piúma	22.053	7.141	32%	5.086	1.990	71,2	27,9	23,1	9,0
Ponto Belo	7.940	4.721	59%	3.560	2.710	75,4	57,4	44,8	34,1
Presidente Kennedy	11.658	7.560	65%	5.881	4.570	77,8	60,4	50,4	39,2
Rio Bananal	19.271	5.466	28%	4.409	2.894	80,7	52,9	22,9	15,0
Rio Novo do Sul	11.626	3.754	32%	2.714	1.636	72,3	43,6	23,3	14,1
Santa Leopoldina	12.197	4.472	37%	3.487	2.174	78,0	48,6	28,6	17,8
Santa Maria de Jetibá	41.015	12.501	30%	8.213	3.550	65,7	28,4	20,0	8,7
Santa Teresa	23.724	5.371	23%	3.824	1.878	71,2	35,0	16,1	7,9
São Domingos do N.	8.687	3.277	38%	2.483	1.731	75,8	52,8	28,6	19,9
São Gabriel da Palha	38.522	9.119	24%	6.191	2.710	67,9	29,7	16,1	7,0
São José do Calçado	10.546	4.142	39%	3.378	2.517	81,6	60,8	32,0	23,9
São Mateus	132.642	52.730	40%	38.723	23.302	73,4	44,2	29,2	17,6
São Roque do Canaã	12.510	3.205	26%	2.235	1.304	69,7	40,7	17,9	10,4
Serra	527.240	124.772	24%	100.007	71.941	80,2	57,7	19,0	13,6
Sooretama	30.680	10.959	36%	8.329	4.855	76,0	44,3	27,1	15,8
Vargem Alta	21.591	6.142	28%	3.972	1.974	64,7	32,1	18,4	9,1
Venda Nova do Imigr.	25.745	7.400	29%	5.067	1.565	68,5	21,1	19,7	6,1
Viana	79.500	25.111	32%	20.233	15.162	80,6	60,4	25,5	19,1
Vila Pavão	9.244	4.694	51%	3.521	1.977	75,0	42,1	38,1	21,4
Vila Valério	14.073	5.868	42%	4.596	2.724	78,3	46,4	32,7	19,4
Vila Velha	501.325	87.429	17%	64.901	38.975	74,2	44,6	12,9	7,8
Vitória	365.855	79.611	22%	63.411	46.232	79,7	58,1	17,3	12,6

Fonte: IBGE – Estimativas de população 2020; CadÚnico, 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Anexo 03

Pobreza e extrema pobreza por sexo e raça/cor, por município, 2021

Município	Percentual de pobreza		Percentual de extrema pobreza		Percentual de pobreza				Percentual de extrema pobreza			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Brancos	Amarelos	Indígenas	Negros	Brancos	Amarelos	Indígenas	Negros
Afonso Cláudio	80,0	79,6	60,3	61,5	79,1	78,6	100,0	80,5	58,8	50,0	100,0	62,9
Águia Branca	66,9	71,3	42,7	47,7	57,3	50,0	50,0	74,0	31,3	33,3	0,0	50,9
Água Doce do Norte	84,1	84,6	68,2	71,9	82,8	85,0	100,0	84,7	65,9	65,0	66,7	71,0
Alegre	71,5	73,1	42,9	45,2	70,0	63,6	33,3	74,9	40,9	27,3	33,3	47,7
Alfredo Chaves	64,9	64,7	33,6	34,6	58,7	NA	100,0	72,7	27,2	NA	100,0	43,0
Alto Rio Novo	81,0	81,5	53,1	56,9	77,6	85,7	100,0	82,5	49,0	42,9	100,0	57,2
Anchieta	81,1	82,2	56,7	57,7	79,4	75,0	87,5	82,8	56,1	60,3	68,8	57,7
Apiacá	83,8	82,9	62,4	63,8	79,7	100,0	NA	85,4	57,0	66,7	NA	67,0
Aracruz	71,1	72,1	43,0	46,6	64,1	72,1	70,0	73,8	38,5	44,2	48,2	46,4
Atilio Vivacqua	67,7	71,3	33,8	37,4	64,7	72,2	0,0	71,8	31,3	27,8	0,0	37,9
Baixo Guandu	64,9	67,2	35,7	38,6	62,8	69,7	66,7	67,7	33,1	49,4	50,0	39,2
Barra de São Francisco	64,6	65,2	35,1	37,7	58,6	64,6	33,3	67,2	30,9	29,2	22,2	38,5
Boa Esperança	80,6	81,3	54,6	60,3	68,7	80,4	40,0	83,8	45,8	63,0	40,0	60,4
Bom Jesus do Norte	65,7	69,3	40,9	45,8	60,1	76,9	50,0	74,9	35,4	61,5	0,0	51,5
Brejetuba	87,1	88,6	55,0	59,7	86,0	87,5	NA	89,2	53,7	62,5	NA	60,1
Cachoeiro de Itapemirim	67,9	69,7	40,6	43,9	63,9	77,2	56,0	71,3	36,9	45,9	38,0	45,2
Cariacica	80,6	81,7	57,1	60,7	74,3	85,7	79,7	82,7	51,9	62,3	62,3	60,7
Castelo	61,1	62,3	35,2	37,8	52,3	50,0	60,0	71,2	28,6	16,7	20,0	44,8
Colatina	65,6	66,9	23,6	25,4	61,6	65,8	61,3	68,5	19,9	24,3	29,0	26,8
Conceição da Barra	72,7	74,2	44,7	48,4	67,7	83,1	60,0	74,7	40,1	60,2	36,7	48,0
Conceição do Castelo	75,0	76,1	44,5	46,8	68,5	85,7	0,0	80,2	36,8	71,4	0,0	51,6
Divino de São Lourenço	82,3	81,4	46,0	44,1	80,6	NA	NA	83,7	46,0	NA	NA	43,7
Domingos Martins	75,4	74,7	35,5	35,9	72,9	73,7	100,0	77,7	32,6	31,6	0,0	39,7
Dores do Rio Preto	69,2	69,5	39,3	42,7	63,8	78,9	100,0	76,9	34,8	50,0	50,0	49,7
Ecoporanga	77,2	79,1	51,6	56,0	71,5	68,0	42,9	79,5	46,8	44,0	42,9	55,2
Fundão	78,3	79,1	51,2	54,7	69,7	81,0	66,7	81,3	44,8	42,9	44,4	55,6
Governador Lindenberg	69,5	71,9	33,5	37,3	58,2	NA	100,0	77,5	23,9	NA	100,0	41,5
Guaçuí	76,8	76,4	46,5	47,7	72,6	75,0	100,0	79,5	41,3	54,2	66,7	51,5
Guarapari	73,2	73,6	39,0	41,1	67,1	72,3	64,9	75,6	34,4	42,8	35,1	42,1
Ibatiba	74,3	77,6	31,0	34,6	73,5	85,7	0,0	79,8	29,5	21,4	0,0	37,9
Ibiraçu	60,3	62,5	29,1	31,2	46,9	63,6	66,7	67,2	19,9	27,3	66,7	34,2
Ibitirama	85,4	85,4	61,2	62,6	83,6	100,0	100,0	88,5	59,8	33,3	0,0	65,7
Iconha	54,2	53,9	20,1	21,5	44,9	80,0	0,0	63,5	14,0	40,0	0,0	27,8
Irupi	81,0	81,3	36,5	36,9	78,8	87,5	100,0	84,2	33,2	37,5	50,0	41,2
Itaguaçu	75,8	75,8	42,3	45,4	74,4	100,0	NA	76,3	39,3	71,4	NA	45,8
Itapemirim	81,1	81,3	54,8	57,3	80,3	82,6	69,2	81,8	53,8	54,4	53,8	57,7
Itarana	63,4	62,8	31,7	32,9	62,2	75,0	57,1	63,9	32,1	62,5	42,9	32,3
Iúna	77,7	78,6	34,3	38,0	74,0	82,4	NA	83,0	32,9	47,1	NA	40,1
Jaguaré	77,4	79,5	49,6	54,4	67,9	86,7	100,0	81,4	40,8	61,2	72,7	55,4

Anexo 03

Pobreza e extrema pobreza por sexo, por município, 2021

continuação

Município	Percentual de pobreza		Percentual de extrema pobreza		Percentual de pobreza				Percentual de extrema pobreza			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Brancos	Amarelos	Indígenas	Negros	Brancos	Amarelos	Indígenas	Negros
Jerônimo Monteiro	69,0	70,2	41,0	44,7	66,5	70,6	83,3	71,9	38,6	64,7	83,3	46,1
João Neiva	60,4	62,2	26,2	29,9	52,5	80,0	100,0	64,3	18,3	60,0	50,0	31,5
Laranja da Terra	84,8	80,3	63,9	61,1	80,4	100,0	NA	87,0	59,7	60,0	NA	68,3
Linhares	70,9	73,1	40,6	44,8	60,1	68,6	69,6	74,7	31,1	40,2	36,0	45,5
Mantenópolis	77,6	78,1	57,6	58,7	74,6	63,6	100,0	79,0	52,9	57,6	100,0	59,8
Marataízes	78,8	79,3	51,1	54,1	78,5	67,4	69,2	79,7	52,8	32,6	46,2	52,8
Marechal Floriano	66,6	67,0	25,6	25,8	61,9	76,9	75,0	76,5	22,0	30,8	25,0	32,8
Marilândia	64,4	65,7	26,6	30,5	51,4	100,0	71,4	72,4	17,7	0,0	71,4	34,6
Mimoso do Sul	79,5	79,5	59,2	61,9	76,5	78,8	100,0	82,0	56,1	63,6	100,0	64,4
Montanha	71,1	71,7	45,8	49,7	65,9	76,9	90,9	72,6	42,3	57,7	72,7	49,1
Mucurici	71,8	72,8	43,6	48,2	70,0	66,7	100,0	72,9	43,7	25,0	50,0	46,7
Muniz Freire	73,9	73,9	39,9	41,9	68,1	83,9	75,0	77,9	35,9	41,9	50,0	44,5
Muqui	82,7	84,3	61,2	66,4	80,4	88,9	66,7	85,7	58,9	77,8	33,3	67,4
Nova Venécia	69,6	72,0	39,5	43,8	63,6	64,7	75,0	74,3	35,2	50,0	50,0	44,8
Pancas	71,2	73,6	38,3	42,3	66,5	60,0	100,0	74,9	33,4	10,0	100,0	43,3
Pedro Canário	74,7	77,7	47,3	53,2	69,6	75,0	20,0	77,5	44,4	53,6	20,0	51,6
Pinheiros	76,5	81,0	52,5	60,6	67,0	86,1	75,0	80,3	47,8	66,7	50,0	58,0
Piúma	70,8	71,5	26,6	28,9	64,6	75,0	100,0	75,2	22,8	16,7	0,0	31,0
Ponto Belo	75,5	75,3	56,1	58,6	70,9	70,0	50,0	76,3	53,6	50,0	0,0	58,2
Presidente Kennedy	77,1	78,4	58,3	62,3	76,2	78,3	100,0	78,5	59,7	75,0	100,0	60,6
Rio Bananal	80,7	80,6	52,9	53,0	69,7	84,6	66,7	87,2	39,1	56,4	33,3	61,2
Rio Novo do Sul	70,6	73,9	40,8	46,2	68,3	70,0	0,0	76,6	38,3	50,0	0,0	49,1
Santa Leopoldina	78,2	77,8	48,1	49,1	76,2	75,0	100,0	79,5	45,5	50,0	0,0	51,2
Santa Maria de Jetibá	66,2	65,3	28,2	28,6	63,2	77,8	100,0	71,5	27,0	29,6	0,0	31,7
Santa Teresa	70,1	72,2	33,4	36,3	63,3	74,1	75,0	77,3	28,2	44,4	75,0	40,1
São Domingos do Norte	75,2	76,3	51,1	54,6	68,4	100,0	NA	79,4	46,2	100,0	NA	56,0
São Gabriel da Palha	66,8	68,8	27,8	31,3	63,1	52,4	50,0	70,1	26,4	38,1	0,0	31,2
São José do Calçado	81,0	82,0	58,5	62,8	79,4	0,0	NA	83,1	56,6	0,0	NA	63,7
São Mateus	72,7	74,0	42,3	45,7	65,2	70,3	64,1	75,2	36,8	42,5	42,2	45,8
São Roque do Canaã	68,9	70,5	39,1	42,1	57,8	100,0	NA	78,9	28,9	22,2	NA	50,0
Serra	79,5	80,6	55,5	59,2	73,2	82,8	75,2	81,4	51,1	57,9	50,4	58,9
Sooretama	74,3	77,4	42,2	46,1	66,4	86,1	100,0	77,3	35,0	47,2	100,0	45,6
Vargem Alta	62,8	66,4	28,8	35,1	58,2	71,4	100,0	69,3	25,9	38,1	60,0	36,7
Venda Nova do Imigr.	69,0	68,1	21,7	20,7	61,2	66,7	66,7	74,9	16,0	11,1	0,0	25,8
Viana	79,7	81,2	58,0	62,1	73,6	85,0	84,2	81,9	52,8	60,1	63,2	62,2
Vila Pavão	74,3	75,7	39,7	44,4	70,6	50,0	100,0	79,2	36,2	0,0	100,0	47,7
Vila Valério	77,7	78,9	44,7	48,0	68,3	100,0	100,0	83,5	32,7	62,5	100,0	53,5
Vila Velha	74,3	74,2	43,4	45,5	65,9	76,2	71,5	76,1	36,8	48,3	52,8	46,3
Vitória	80,3	79,2	57,3	58,7	73,3	78,9	73,7	81,3	52,0	55,7	50,9	59,6

Fonte: CadÚnico, Janeiro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Observação: NA corresponde a valor não registrado

Anexo 04

Número de famílias, famílias com membros na primeira infância e crianças na Primeira infância, por município, 2021

Município	Número de Famílias	Famílias com crianças menores de 6 anos	Famílias pobres com crianças menores de 6 anos	Famílias extremamente pobres com crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos pobres	Crianças menores de 6 anos extremamente pobres
Afonso Cláudio	4.128	887	851	698	1.030	994	820
Águia Branca	1.856	374	340	255	433	399	308
Água Doce do Norte	2.667	553	544	491	659	650	586
Alegre	3.395	620	588	426	720	688	515
Alfredo Chaves	1.642	312	263	181	366	317	226
Alto Rio Novo	1.827	345	337	276	400	392	327
Anchieta	3.874	1.007	969	752	1.170	1.130	889
Apiacá	1.542	271	264	232	322	315	281
Aracruz	12.386	3.232	2.817	2.014	3.809	3.355	2.422
Atilio Vivacqua	1.418	312	269	168	393	347	223
Baixo Guandu	5.327	1.143	1.018	679	1.328	1.201	833
Barra de São Francisco	8.177	1.677	1.421	901	1.975	1.694	1.113
Boa Esperança	2.842	668	651	542	780	763	643
Bom Jesus do Norte	1.967	351	320	244	418	383	297
Brejetuba	1.561	425	416	303	520	510	385
Cachoeiro de Itapemirim	22.866	5.210	4.716	3.399	6.359	5.843	4.309
Cariacica	43.640	12.415	11.869	9.578	15.166	14.596	11.963
Castelo	3.239	606	534	414	687	611	479
Colatina	12.644	3.051	2.634	1.157	3.622	3.183	1.483
Conceição da Barra	5.700	1.266	1.155	860	1.522	1.401	1.057
Conceição do Castelo	1.591	417	385	263	503	470	333
Divino de São Lourenço	619	169	166	97	199	196	122
Domingos Martins	2.418	715	646	333	877	806	447
Dores do Rio Preto	1.236	285	265	192	324	304	224
Ecoporanga	3.728	737	708	540	867	836	649
Fundão	2.593	645	617	476	756	727	570
Governador Lindenberg	1.085	268	242	152	313	287	188
Guaçuí	4.668	1.123	1.078	797	1.359	1.312	990
Guarapari	14.452	3.180	2.988	1.964	3.845	3.642	2.462
Ibatiba	2.677	745	684	332	858	792	404
Ibiraçu	2.253	605	445	255	711	541	310
Ibitirama	1.776	528	501	404	617	589	479
Iconha	1.334	237	188	80	272	221	99
Irupi	2.268	679	646	322	785	752	395
Itaguaçu	1.961	471	454	303	559	540	368
Itapemirim	6.914	1.639	1.585	1.222	1.930	1.871	1.467
Itarana	1.255	284	246	142	329	291	175
Iúna	3.250	918	861	455	1.080	1.019	566
Jaguaré	4.619	1.265	1.202	889	1.444	1.379	1.038

continua

Anexo 04

Número de famílias, famílias com membros na primeira infância e crianças na Primeira infância, por município, 2021

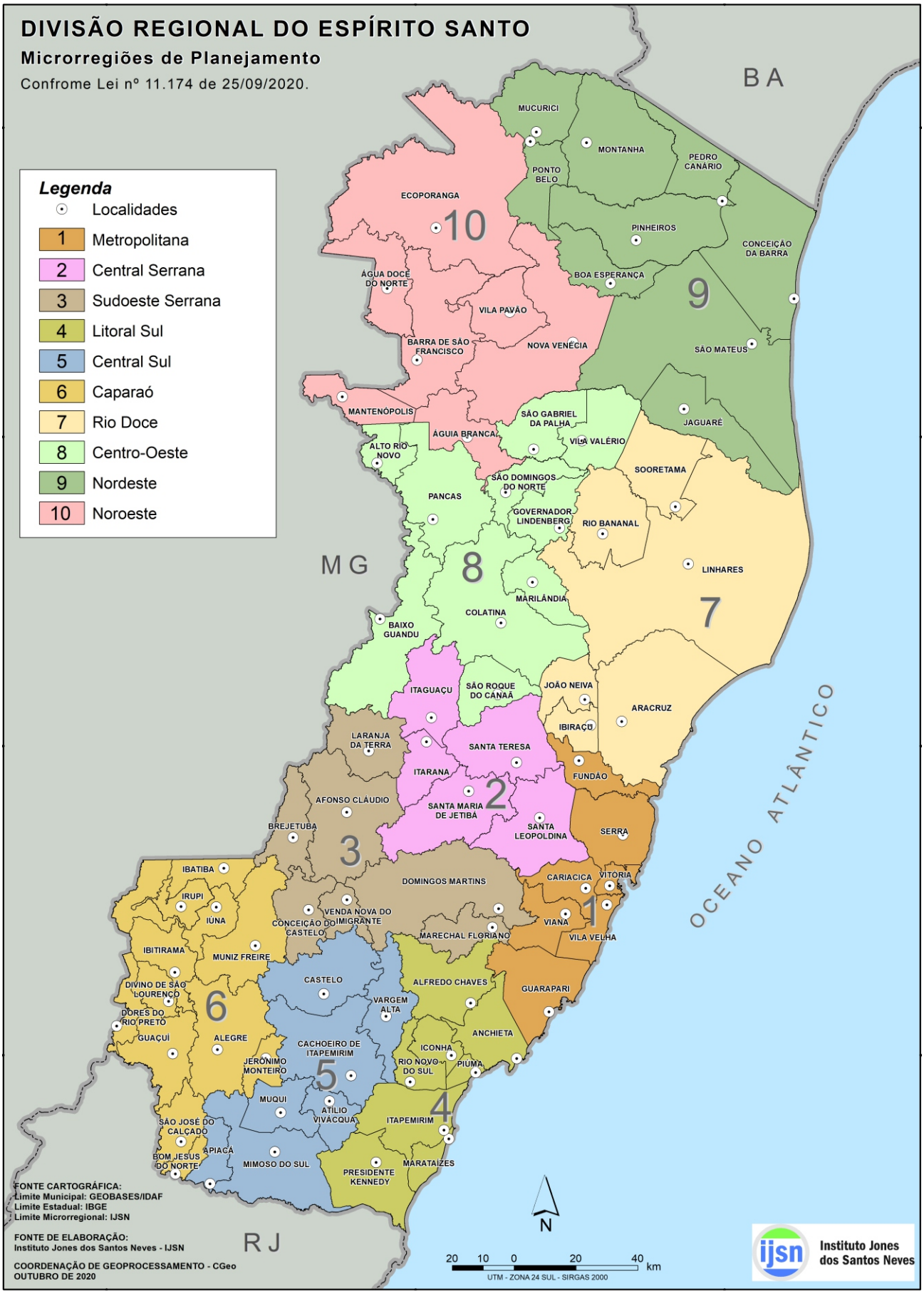
continuação

Município	Número de Famílias	Famílias com crianças menores de 6 anos	Famílias pobres com crianças menores de 6 anos	Famílias extremamente pobres com crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos	Crianças menores de 6 anos pobres	Crianças menores de 6 anos extremamente pobres
Jerônimo Monteiro	2.140	499	457	323	598	554	400
João Neiva	2.255	396	357	216	466	425	270
Laranja da Terra	1.334	301	285	234	346	329	273
Linhares	19.860	4.880	4.409	3.067	5.686	5.189	3.665
Mantenópolis	2.631	579	556	453	672	648	537
Marataízes	7.013	1.712	1.609	1.212	1.995	1.887	1.444
Marechal Floriano	1.581	442	382	162	540	476	204
Marilândia	1.256	310	278	137	363	330	166
Mimoso do Sul	4.120	752	729	643	867	844	754
Montanha	4.998	972	892	689	1.167	1.083	855
Mucurici	1.289	241	223	157	285	267	194
Muniz Freire	2.257	614	582	368	733	700	472
Muqui	2.399	541	528	442	643	630	529
Nova Venécia	6.429	1.441	1.266	849	1.660	1.477	1.009
Pancas	2.912	658	604	385	760	704	459
Pedro Canário	4.382	1.017	962	732	1.238	1.179	913
Pinheiros	4.134	1.009	967	802	1.205	1.162	973
Piúma	2.733	669	604	286	821	756	385
Ponto Belo	1.910	366	342	285	434	409	345
Presidente Kennedy	3.001	700	646	550	833	775	669
Rio Bananal	1.755	499	477	340	585	563	418
Rio Novo do Sul	1.357	332	302	202	406	373	256
Santa Leopoldina	1.558	353	321	221	416	381	266
Santa Maria de Jetibá	4.154	1.198	1.000	456	1.375	1.162	543
Santa Teresa	1.829	431	396	223	526	489	288
São Domingos do Norte	1.162	239	225	184	282	268	223
São Gabriel da Palha	3.311	798	714	372	958	868	479
São José do Calçado	1.511	338	328	268	403	392	327
São Mateus	20.049	4.388	4.072	2.896	5.136	4.811	3.515
São Roque do Canaã	1.157	234	221	145	284	271	188
Serra	46.663	12.418	11.757	9.414	14.592	13.906	11.251
Sooretama	3.687	1.083	961	615	1.303	1.170	770
Vargem Alta	2.142	440	392	239	533	482	307
Venda Nova do Imigrante	2.462	658	570	217	773	679	266
Viana	9.273	2.600	2.485	2.062	3.092	2.970	2.480
Vila Pavão	1.697	355	336	222	397	378	249
Vila Valério	1.961	530	510	355	634	614	442
Vila Velha	34.054	8.015	7.463	5.135	9.675	9.098	6.417
Vitória	29.843	8.377	7.926	6.375	10.355	9.879	8.039

Fonte: CadÚnico, Dezembro de 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 05

Mapa – Microrregiões do Espírito Santo



Instituto Jones dos Santos Neves

www.ijsn.es.gov.br

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Economia e Planejamento